



GOVERNAÇÃO

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA C
GOVERNAÇÃO - PENSAMENTO
E AÇÃO ESTRATÉGICA

Atualização janeiro 2015

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

#1 - Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

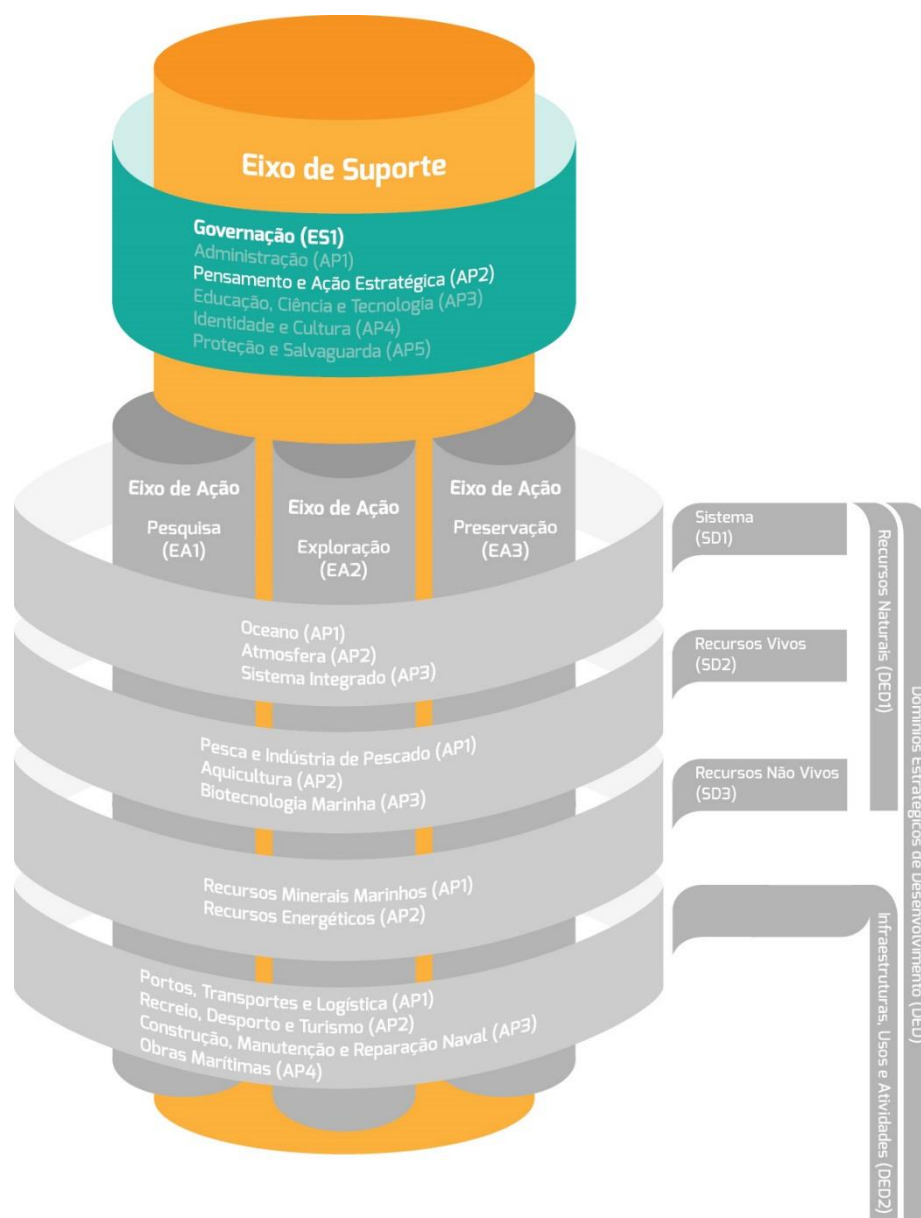
#5 - Adequar a oferta de formação às necessidades da economia do mar.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Prospectiva e Planeamento
SEAMIND - Indicadores e Monitorização (ex-Monitorização e Indicadores)
Serviços dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros
Conta Satélite do Mar
Análise <i>Input - Output</i>
Política de Formação e Emprego



Programa de Ação

Análise Estratégica

P1206018 – prospetiva e Planeamento
P1206019 – SEAMIND - Indicadores e Monitorização (**ex-Monitorização e Indicadores**)
P1206020 - Serviços dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros
P1206021 - Conta Satélite do Mar
P1206022 - Análise *Input – Output*
P1206023 - Política de Formação e Emprego

Objetivos

- Assegurar os instrumentos de apoio ao acompanhamento, atualização e avaliação da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), bem como das medidas e políticas transversais com impacto no mar e com elas relacionadas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)
- Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Economia (ME) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)
- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC)
- Comunidades Intermunicipais (CIM)
- Áreas Metropolitanas (AML)

Governo Regional dos Açores (GRA)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Direção-Regional dos Assuntos do Mar dos Açores (DRAM)

Governo Regional da Madeira (GRM)
- Direção-Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Direção-Regional do ordenamento do Território e Ambiente da Madeira (DROTA)
- Observatório Oceânico da Madeira (OOM)

Outras Entidades

- Banco de Portugal (BdP)
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- OCEANO XXI
- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)
- Universidade de Aveiro (UA)
- Universidade Aberta (UAb)
- Universidade do Algarve (UAlg)
- Universidade da Beira Interior (UBI)
- Universidade Católica Portuguesa / LIAM Maria Scientia (UCP/ LIAM Maria Scientia)
- Universidade de Évora (UEvora)
- Universidade de Lisboa (ULisboa)
- Universidade do Minho (UMinho)
- Universidade do Porto (UP)
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-UL)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)
- Fundação Calouste Gulbenkian – Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)
- Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL)
- Associação dos Portos de Portugal (APP)
- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (APSS)
- Lisnave
- Associação das Indústrias Navais (AI Navais)
- Outras instituições representativas dos sectores da Economia e do Mar a identificar

Grupo de Conselheiros do Mar

- Peritos de reconhecido mérito da sociedade civil, com interesse em matérias da economia como setor estratégico para Portugal

Resultados Esperados

- Estudo de viabilidade de uma Conta Satélite do Mar;
- Piloto de uma Conta Satélite do Mar no contexto das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística;
- Avaliação dos efeitos indiretos e induzidos da economia do Mar através de uma análise Input-Output;
- Proposta de um conjunto de indicadores relevantes específicos para o domínio Oceano que envolva a análise das áreas socioeconómica e ambiental, e que permita uma análise da componente Oceanos em políticas transversais ou setoriais;
- Análise dos serviços dos ecossistemas numa óptica de integração nas políticas públicas para o mar;
- prospetiva e análise crítica da monitorização da sócio-economia do mar e de outros indicadores de desenvolvimento sustentável, em Portugal;
- Constituição de um grupo informal de conselheiros do mar.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013), FEAMP PO MAR 2020 (para eventuais projetos/atividades de cooperação), Horizonte 2020

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1206-P1206018

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

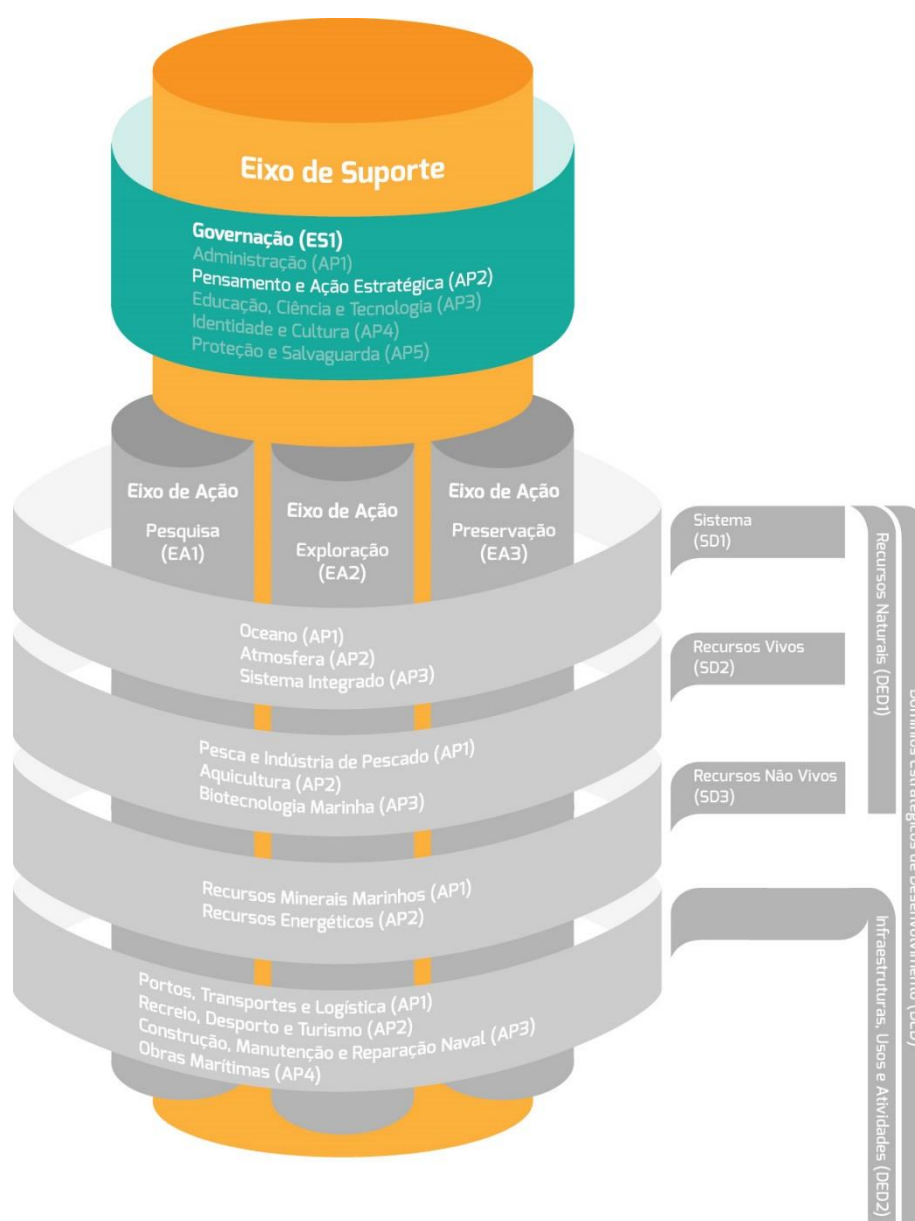
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Prospetiva e Planeamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Prospetiva e Planeamento

Objetivos

- Implementar uma unidade de análise prospetiva, incluindo cenarização, e de análise crítica dos indicadores da economia do mar e de outros, numa lógica de contributo marítimo para o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: Num contexto de crescente complexidade e incerteza, há claros benefícios na constituição de uma unidade de análise prospetiva, como uma área dedicada à prospetiva estratégica de médio e longo prazo, horizonte presente em muitos dos objetivos dos assuntos do mar, e apoiada por um grupo de reflexão e aconselhamento a constituir. Nesta lógica, a criação e implementação desta unidade deverá ser promovida pela Direção-Geral de Política do Mar, atendendo à sua missão de desenvolver, avaliar e atualizar a Estratégia Nacional para o Mar. Esta unidade deverá funcionar a três planos, designadamente:

- Em estreita colaboração com as instituições públicas de referência na economia portuguesa, designadamente o Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia, e o Banco de Portugal, e em articulação com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira. Sempre que se afigure necessário, pode recorrer a outros organismos da Administração para efeitos de análise de políticas públicas setoriais;
- Em parceria direta com os representantes setoriais, nomeadamente o Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM) e a Oceano XXI, garantindo a identificação de formas de incentivar e concretizar a criação de clusters de atividades marítimas;
- Em articulação com o grupo de prospetiva da OCDE “The Future of the Ocean Economy” e entidades nacionais que integram o grupo: Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e Fundação Calouste Gulbenkian/ Iniciativa Gulbenkian Oceanos (FCT/ IGO)
- Com o aconselhamento de um grupo de peritos da sociedade civil de reconhecido mérito e com interesse em matérias estratégicas da economia portuguesa (Grupo de Conselheiros do Mar).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa de cenários prospetivos:

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fundação Calouste Gulbenkian/ Iniciativa Gulbenkian Oceanos (FCG/ IGO)

- Banco de Portugal (BdP)

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)

- OCEANO XXI

Equipa a ser consultada para o desenvolvimento dos cenários, sempre que se justificar:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Ministério da Economia (ME) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- EMPORDEF- Empresa Portuguesa de Defesa
- LIAM Maria Scientia - Univ. Católica Portuguesa
- Fundação Calouste de Gulbenkian – Iniciativa Oceanos

Grupo de Conselheiros do Mar:

- Peritos de reconhecido mérito da sociedade civil, com interesse em matérias da economia como setor estratégico para Portugal

Tarefas

1. Elaboração de uma base de dados de atores;
2. Elaboração de uma base de dados de documentos de apoio à análise estratégica;
3. Identificação de instrumentos de incentivo à concretização de clusters de atividades marítimas;
4. Análise do contexto nacional na dinâmica internacional;
5. Participação no Grupo da OCDE “*The Future of the Ocean Economy*”
6. Análise crítica da monitorização da Estratégia Nacional para o Mar;
7. Elaboração de cenários para a economia do mar em Portugal;
8. Preparação e apoio às reuniões do Grupo de Conselheiros do Mar.

Resultados Esperados

- Relatório bienal de prospetiva e análise crítica da monitorização da sócio-economia do mar e de outros indicadores de desenvolvimento sustentável, em Portugal.
- Relatório final do projeto “*The Future of the Ocean Economy*”.

Calendarização

2014:

Cenários para a Economia do Mar em Portugal

2017, 2019:

Relatório de contexto nacional na dinâmica internacional e análise crítica da monitorização da Estratégia Nacional para o Mar

Reuniões trianuais do grupo de Conselheiros do Mar (promovidas pela DGPM)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Produtos concretizados

Relatório “A Economia do Mar em Portugal” – Capítulo 5. Cenários e Anexo IV – Metodologia de cenarização; (jan 2013) – efetuado

Anexo A da “Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” – 3. Cenarização (nov 2014) - efetuado

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206019

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

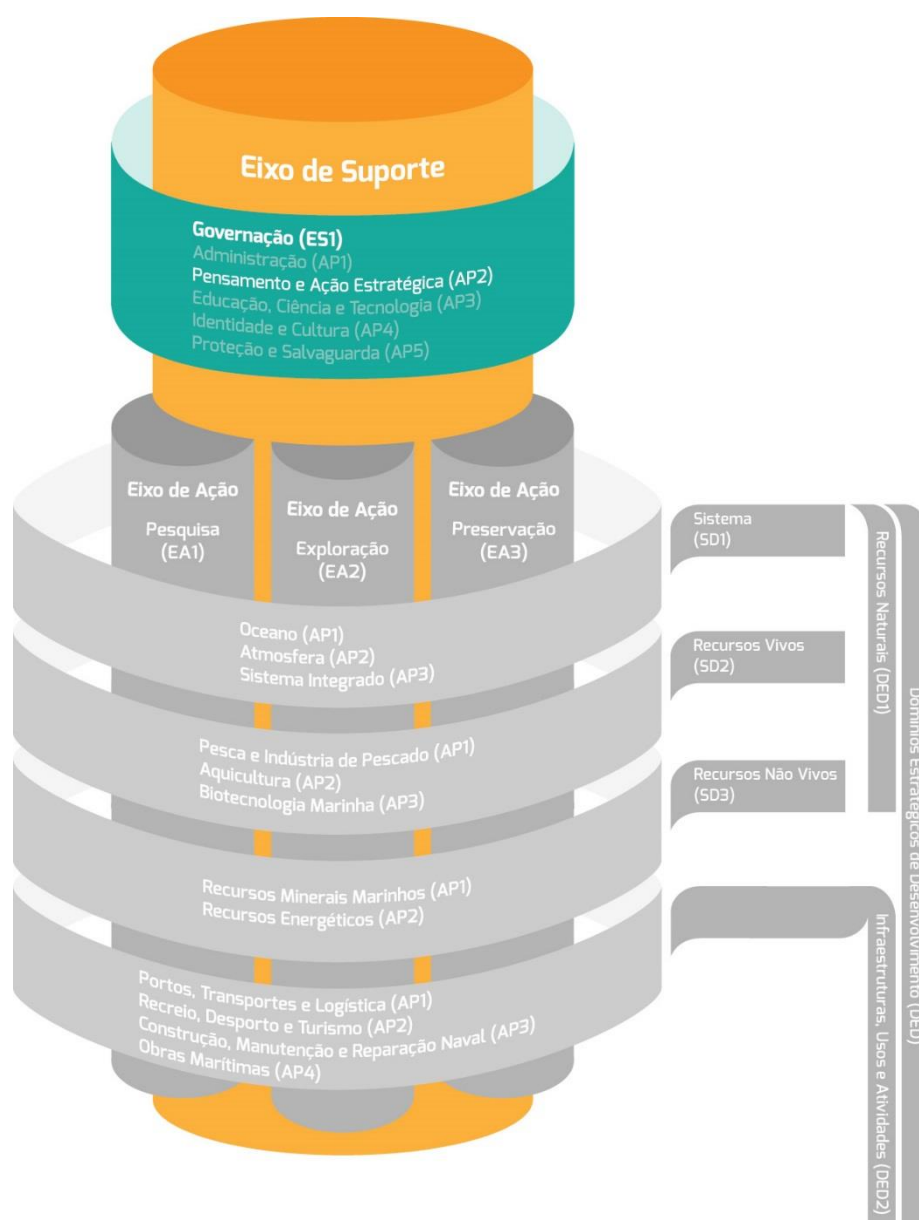
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

SEAMIND - Indicadores e Monitorização (ex-Monitorização e Indicadores)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

SEAMIND - Indicadores e Monitorização (ex-Monitorização e Indicadores)

Objetivos

- Implementar um conjunto de indicadores para aferir os resultados da Estratégia Nacional para o Mar, numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: Atualmente há um conjunto de princípios comumente aceites pela comunidade internacional e espelhados em muitos dos documentos de política, designadamente o princípio do desenvolvimento sustentável, assente num equilíbrio de objetivos de carácter económico, social e ambiental, e a abordagem ecossistémica. Ainda que muitos destes documentos de política não sejam específicos dos assuntos do mar, eles têm uma componente marítima ou marinha. Destacam-se designadamente:

- Estratégia “Europa 2020”
- Estratégia “Horizonte 2020”
- Diretiva Quadro Estratégia Marinha
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável
- Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020
- “The Future we want” – Rio+20
- *Roadmap for maritime spatial planning in the UE*
- “Step-by-Step Approach for Marine Spatial Planning toward Ecosystem-based Management”, UNESCO
- Ordenamento do espaço marítimo na UE – Balanço e Perspectivas COM (2010) 771 final
- Documento orientador *Green Growth* da OCDE
- Livro Branco “Roteiro do espaço único europeu dos transportes – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos”

Neste projeto ter-se-á em consideração a expressão nacional destas políticas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Equipa a ser consultada em função da temática abordada:

Ministério das Finanças (MF)
- Observatório do QREN

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- DOCAPESCA
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Instituto Superior Técnico (IST)
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-UL)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Tarefas

1. Identificação do público alvo e das respetivas necessidades de informação;
2. Identificação dos indicadores existentes e das áreas temáticas chave a considerar;
3. Análise comparativa de indicadores dentro de dada área temática chave;
4. Identificação da componente marítima em indicadores existentes e proposta de novos indicadores quando se justifique;
5. Teste aos indicadores – Piloto da Pesca, Aquicultura e Indústria do Pescado;
6. Teste aos restantes indicadores – Implementação da metodologia às restantes áreas programáticas da ENM;
7. Estudo e proposta de desenvolvimento de uma plataforma colaborativa.
8. Desenvolvimento de um *Dash Board* por Áreas Programáticas da ENM;
9. Estabilização de um conjunto de indicadores para monitorização da ENM, numa lógica de desenvolvimento sustentável;
10. Publicação anual de resultados;
11. Análise da aplicabilidade de uma abordagem aos serviços dos ecossistemas no contexto da ENM.

Resultados Esperados

Documento metodológico

Dash Board

Publicação anual de resultados

Calendarização

2013-2014

Tarefas 1 a 5

2015-2016:

Tarefas 6 a 9

2017-2020

Tarefas 10 e 11

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento comunitário

2016-2020

PO MAR 2020 – 100.000,00€

PO Competitividade e Internacionalização – 250.000,00€

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1206-P1206020

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

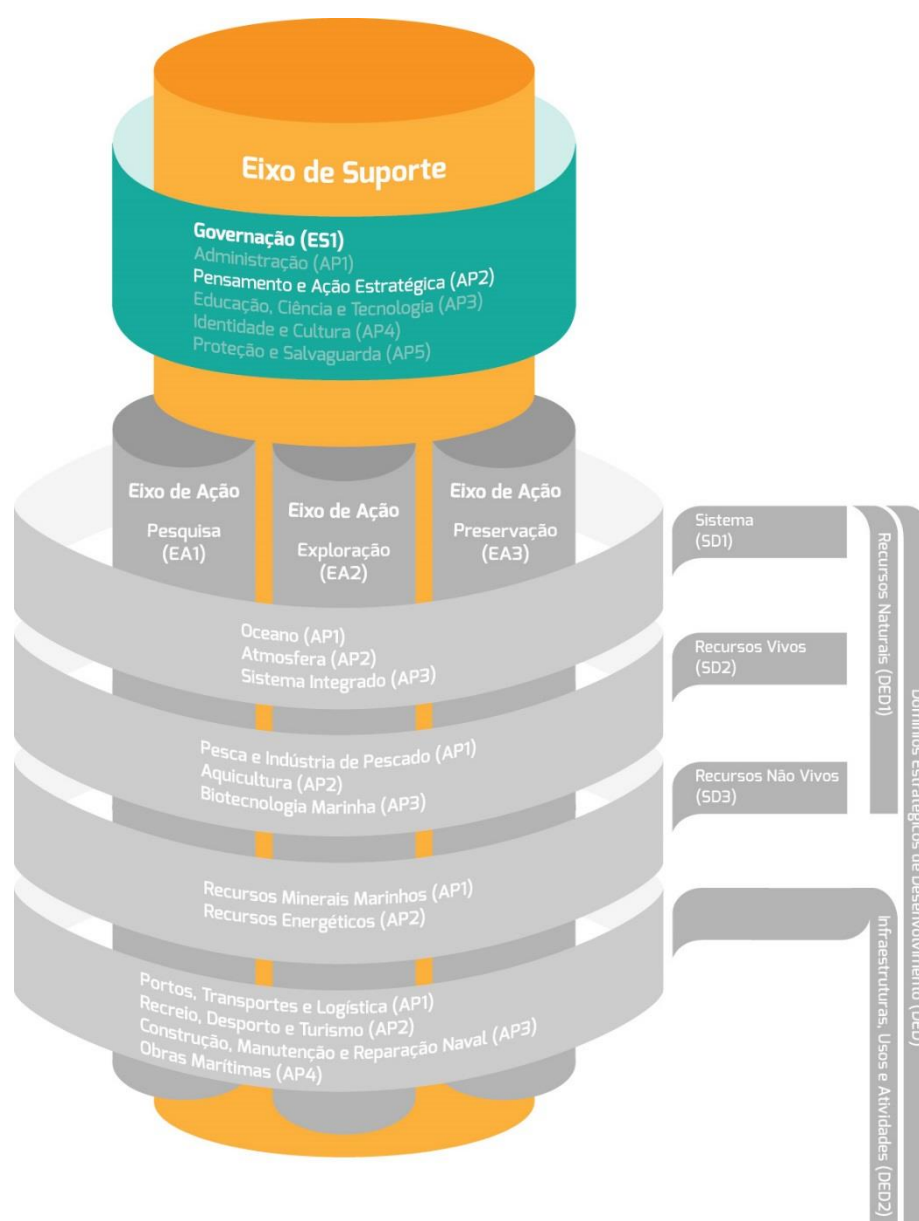
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Serviços dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Serviços dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros

Objetivos

- Integrar o conceito dos serviços dos ecossistemas nas políticas públicas para o mar

Uma abordagem de desenvolvimento sustentável deverá assegurar uma análise integrada da componente ambiental e socioeconómica, constatando-se que os valores ambientais não são devidamente integrados na tomada de decisão porque não passam pelo sistema de mercado convencional. Nesse sentido é objetivo deste projecto, integrar a experimentação da valoração da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas marinhos e costeiros, bem como a análise da sua compatibilização/integração no sistema estatístico.

Esta análise deverá ser desenvolvida em articulação e na sequência do trabalho internacional já desenvolvido no contexto TEEB – *The Economics of Ecosystem and Biodiversity*, pela unanimidade que colhe junto da comunidade científica.

O reconhecimento do valor e da análise dos serviços dos ecossistemas está hoje presente em documentos relevantes da política do mar, ou com esta relacionada, ou nas metodologias de trabalho desenvolvidas ao seu abrigo, como sejam a Diretiva Quadro Estratégia Marinha e a Declaração de Limassol (Declaração dos Ministros do Mar em 2012, no contexto da Política Marítima Integrada), ou a Convenção da Diversidade Biológica.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Fundação Calouste Gulbenkian - Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)

Tarefas

1. Análise da aplicabilidade de uma abordagem com base nos serviços dos ecossistemas no contexto da ENM e das políticas públicas para o mar
2. Avaliação de metodologias aplicáveis valoração dos serviços dos ecossistemas e respetiva valorização nas políticas públicas
3. Avaliação da viabilidade de integração da valoração (valorização dos serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros nas estatísticas nacionais

Resultados Esperados

Relatório anuais com as atividades desenvolvidas e propostas de política pública

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Comunitários
Horizonte 2020, FEEI

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206021

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

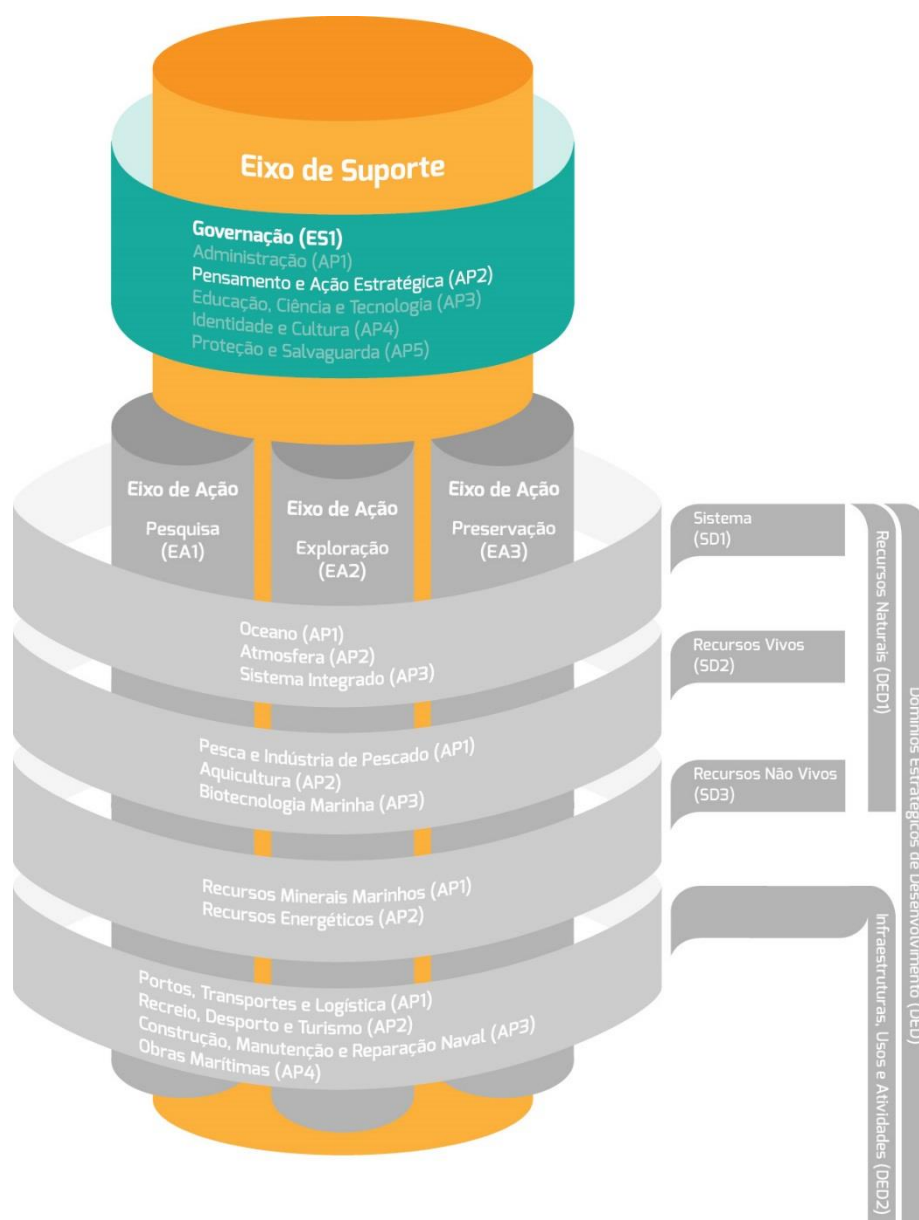
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Conta Satélite do Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Conta Satélite do Mar

Objetivos

Desenvolver um projeto-piloto da Conta Satélite do Mar que integre contabilisticamente a totalidade dos produtos e serviços que, direta ou indiretamente, se relacionam com a utilização comercial do recurso mar. Portugal passará, assim, a dispor de um instrumento estatístico adequado para: i) medir a relevância da Economia do Mar; ii) apoiar a decisão em matéria de coordenação de políticas públicas para o mar; e iii) monitorizar a Estratégia Nacional para o Mar na componente económica. A Conta Satélite do Mar permitirá, também ao país, dispor de informação credível e adequada no contexto da Política Marítima Integrada (PMI) e de outros processos em que é determinante informação sobre a Economia do Mar.

Desenvolvimento: Elaboração dos trabalhos e estudos necessários à construção de um subsistema contabilístico para o Mar – a Conta Satélite do Mar, ampliando, assim, o Sistema de Contas Nacionais Portuguesas. O projeto integra: 1) a elaboração do Estudo de viabilidade da Conta Satélite do Mar; 2) a construção de um projeto-piloto relativo a 2010-2011.

Entidade Coordenadora

Instituto Nacional de Estatística (INE) – PCM

Núcleo da equipa:

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoia ao INE e entidade corresponsável pelo projeto

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE) - Coordena

Equipa a ser consultada, sempre que se justificar:

Ministério das Finanças (MF)

- Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Autoridade Marítima Nacional / Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal (TP)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Economia (ME) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- DOCAPESEA

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)
- Comunidades Intermunicipais (CIM)
- Áreas Metropolitanas (AML)

Governo Regional dos Açores (GRA)

- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Direção-Regional dos Assuntos do Mar dos Açores (DRAM)

Governo Regional da Madeira (GRM)

- Direção-Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Direção-Regional do ordenamento do Território e Ambiente da Madeira (DROTA)
- Observatório Oceânico da Madeira (OOM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Fundação Calouste Gulbenkian – Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)
- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)
- Universidade de Aveiro (UA)
- Universidade Aberta (UAb)
- Universidade do Algarve (UAlg)
- Universidade da Beira Interior (UBI)
- Universidade Católica Portuguesa / LIAM Maria Scientia (UCP/ LIAM Maria Scientia)
- Universidade de Évora (UEvora)
- Universidade de Lisboa (ULisboa)
- Universidade do Minho (UMinho)
- Universidade do Porto (UP)
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)
- Fundação Calouste Gulbenkian – Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)
- Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL)
- Associação dos Portos de Portugal (APP)
- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (APSS)
- Lisnave
- Associação das Indústrias Navais (AI Navais)
- Outras instituições representativas dos sectores da Economia e do Mar

Poderão ser envolvidas outras instituições que o andamento do projeto revele como necessário.

Tarefas

Fase 1 – Estudo de viabilidade

1. Pesquisa de documentação e experiências metodológicas de outros Estados-membros e organismos internacionais – métodos e desenvolvimentos de outras contas satélite;
2. Definição conceptual de “Economia do Mar”, incluindo: a) Conceitos; b) Classificações e nomenclaturas; c) Universo;
3. Diagnóstico das estatísticas e dados administrativos existentes sobre “Economia do Mar”, incluindo: a) Inventariação de fontes do Sistema Estatístico Nacional (SEN); b) Pesquisa de fontes de informação complementares; c) Avaliação das informações;
4. Definição de um modelo metodológico para a elaboração de uma Conta Satélite do Mar;
5. Avaliação das condições, metodológicas e práticas, de exequibilidade da Conta Satélite do Mar.

Fase 2 – Elaboração da Conta Satélite do Mar – projeto-piloto 2010-2011

6. Compilação de variáveis 2010-2011;
7. Aplicação da metodologia e obtenção de resultados;
8. Estudo e análise dos resultados;
9. Divulgação.

Resultados Esperados

- Relatório do “Estudo de viabilidade da Conta Satélite do Mar” (no final da tarefa 5);
- Relatório final da “Conta Satélite do Mar 2010-2011” (no final da tarefa 8).

Calendarização

2013-2014:
Tarefas 1 a 5

2015-2016:
Tarefas 6 a 9

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE – orçamentos INE e DGPM

Custos a determinar pela Entidade Coordenadora e pelo núcleo da equipa

Produtos concretizados

“Relatório do Estudo de Viabilidade da Conta Satélite do Mar” (abr 2014) - Efetuado
“Relatório Intermédio da Conta Satélite do Mar – Universo de Análise” (fev 2015) – em curso/ efetuado
Relatório final

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206022

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

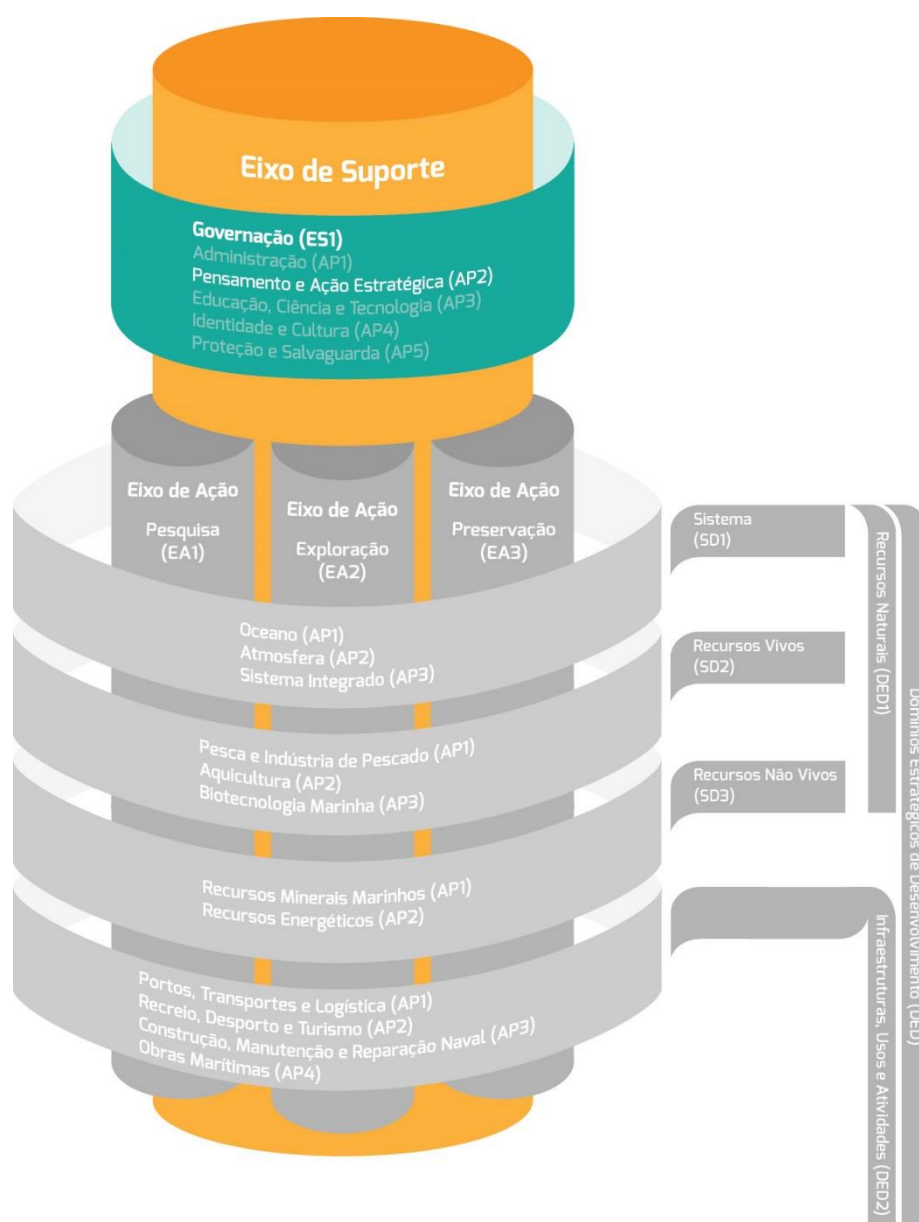
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Análise Input-Output



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Análise *Input-Output*

Objetivos

- Desenvolver uma metodologia de análise *Input-Output*, que permita avaliar os efeitos indiretos e induzidos da economia do Mar na economia Nacional, preferencialmente a partir da Conta Satélite do Mar.

Desenvolvimento: Elaboração de uma matriz Input - Output para a economia do mar por forma a avaliar não só os efeitos diretos mas também os efeitos indiretos e induzidos na economia nacional.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Equipa a ser consultada sempre que se justificar:

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Universidade de Aveiro (UAve)
- Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Outras entidades que sejam identificadas durante a implementação do projeto

Tarefas

Exercício experimental a partir das Contas Nacionais Anuais (CN) e da Conta Satélite do Mar (CSM) na base 2011

1. Elaboração de matrizes *Input-Output* (IO) simétricas para as CN e CSM para os anos de 2010 e 2011 e eventuais outros anos que o INE venha a disponibilizar;
2. Determinação dos multiplicadores;
3. Cálculo dos efeitos diretos, indiretos e induzidos da economia do Mar na economia Nacional.

Resultados Esperados

- Relatório de “Análise *Input-Output* para a Economia do Mar – Um exercício a partir da Conta Satélite do Mar” (no final da tarefa 3).

Calendarização

2015 e 2016:
Tarefas 1 a 3

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE – orçamento DGPM

Custos a determinar pela Entidade Coordenadora e pela Equipa Técnica Especializada

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206023

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #5

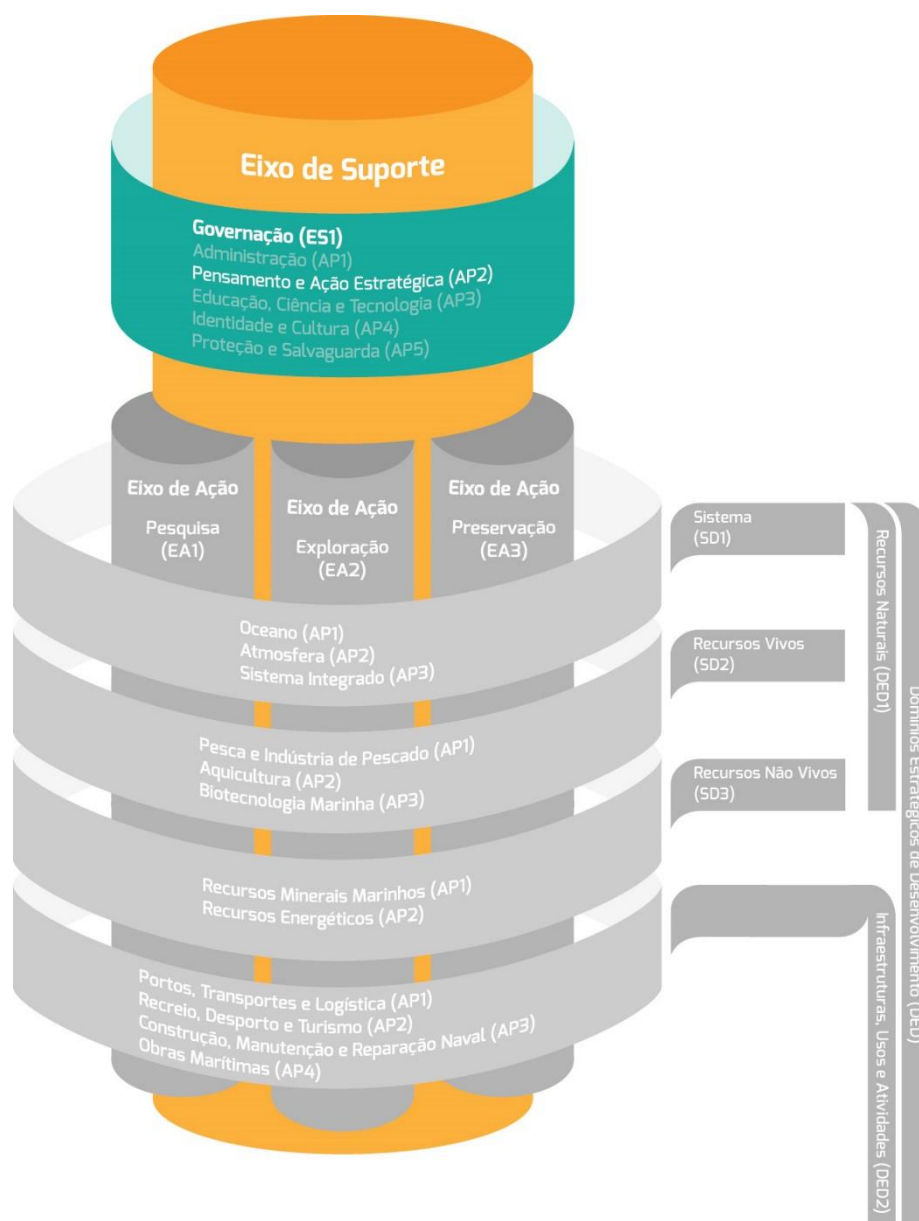
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Política de Formação e Emprego



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política de Formação e Emprego

Objetivos

- Avaliar as necessidades atuais e futuras do mercado de emprego em matéria de formação

Trata-se de um projeto que se suporta no projeto de Análise prospetiva e Planeamento e que será relevante para os projetos “Rede de cooperação e capacitação tecnológica” e “Formação Profissional”

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Instituto Nacional de Administração (INA)
- Direção-Geral de Qualificações dos Trabalhadores em Funções Públicas (DGQTFP)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordena
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Ordem dos Engenheiros
- OCEANO XXI
- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- Outras instituições representativas dos setores da economia do mar a identificar

Tarefas

1. Levantamento das necessidades reais de profissionais do mar, em termos presentes e futuros
2. Articulação com os Projetos “Rede de cooperação e capacitação tecnológica” e “Formação Profissional” para identificar áreas estratégicas de aposta em matéria de necessidades formativas e de formação profissional
3. Acompanhamento e propostas de ajuste em função da evolução do mercado de trabalho e da oferta formativa e educativa

Resultados Esperados

Relatório inicial - tarefas 1 e 2.

Relatórios anuais de acompanhamento e de revisão em função da evolução do mercado de trabalho e da oferta formativa e educativa – tarefa 3

Calendarização

2016 – Relatório inicial

2017 e seguintes – Relatórios anuais

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Comunitários
FEEI, FEAMP

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

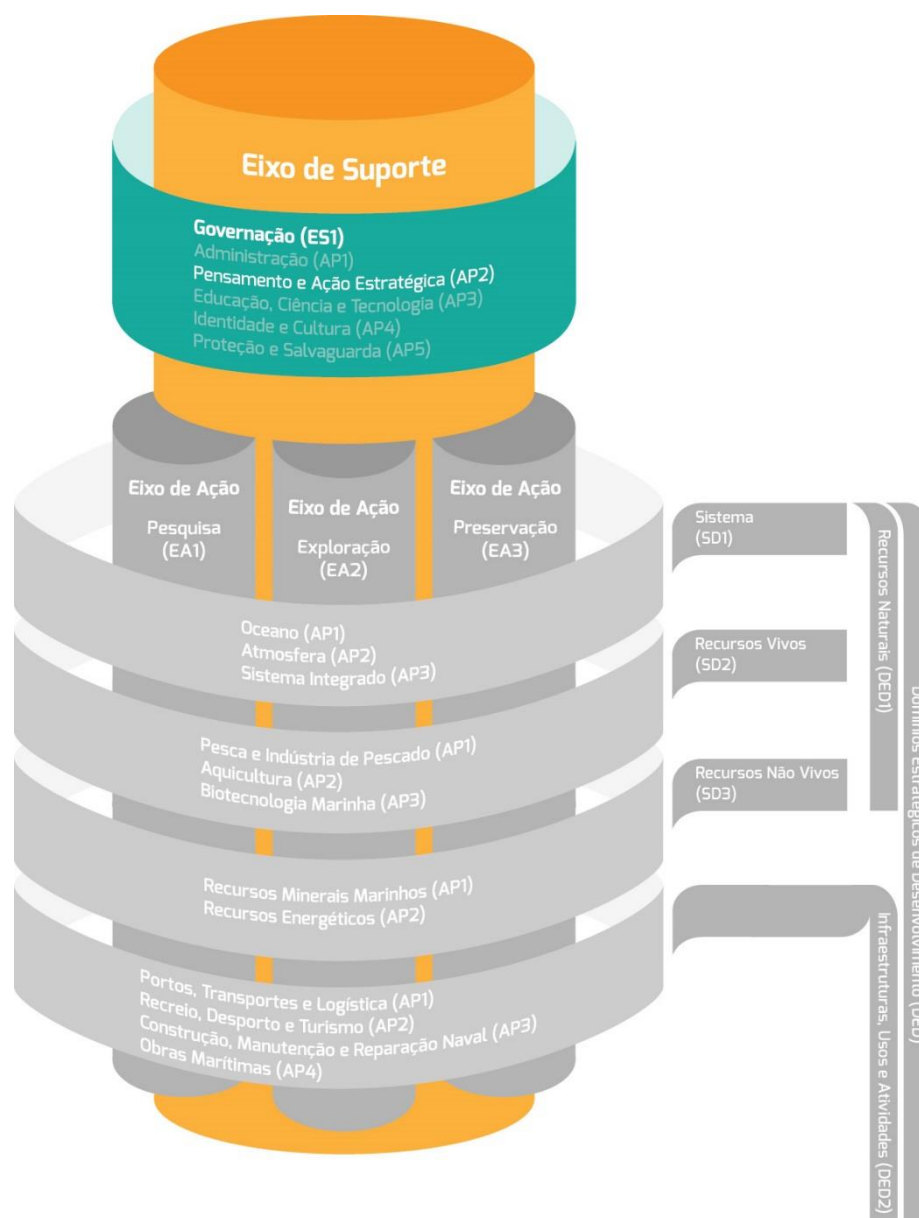
#1 - Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

	Política Marítima Integrada
	Política Comum de Pescas
	Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
	Cooperação PT-EEA



Programa de Ação

EU / EEA

P1207024 - Política Marítima Integrada (PMI)
P1207025 - Política Comum de Pescas (PCP)
P1207026 - Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
P1207027 - Cooperação PT-EEA

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos da Política Marítima Integrada (PMI) do EU, designadamente nos seguintes âmbitos:
 - Grupo de Pontos Focais de Alto-Nível da PMI;
 - Grupo e Sub-grupos técnicos da Comissão Europeia para a PMI dirigidos pela DG-Mare;
 - Estratégia da UE Marítima da UE para a Área do Atlântico no quadro da implementação da PMI nas bacias oceânicas;
- Preparação e acompanhamento da participação ministerial nacional no âmbito da PMI;
- Promover o fortalecimento da cooperação no quadro do Espaço Europeu Alargado (EEA) nas actividades relacionadas com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)

- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

- Direção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Presidência e dos Assuntos Parlamentares (MPAP)

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

- Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (SEDR)

Ministério da Economia (ME)

- Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade (SEIIC)

- Secretário de Estado Adjunto e da Economia (SEAE)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

- Turismo de Portugal (TP)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - coordenação

- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (GPP)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES)
- Secretaria de Estado da Ciência (SEC)
- Agência de Inovação (AdI)
- Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Serviços de Informação Estratégica de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa
- OCEANO XXI
- WAVEC/ENERGYIN
- Conselho Económico e Social (CES)
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Agência Independente do Desporto e do Mar
- Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)
- Representante do Chefe da Delegação Portuguesa no Comité das Regiões da EU
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Garantir, no quadro da PMI, a coerência dos objectivos estratégicos relacionados com o mar e das concretizações alcançadas na ENM com base na PMI, na EMUEAA e no instrumento de cooperação *EEA Grants*.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos comunitários e do EEA, a suportar pelo OE

Financiamento Comunitário:

Um novo quadro financeiro para a UE será iniciado para o período 2014-20 cobrindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do futuro Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e Pescas (FEAMP), estando aberta a possibilidade dos projetos poderem concorrer a mais que uma fonte e financiamento, devem ainda ser considerados os apoios do programa de pesquisa Horizonte 2020, e COSME.

Banco Europeu de Investimento

Financiamento da Cooperação:

EEA Financial Mechanism 2009-2014

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207024

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) #1

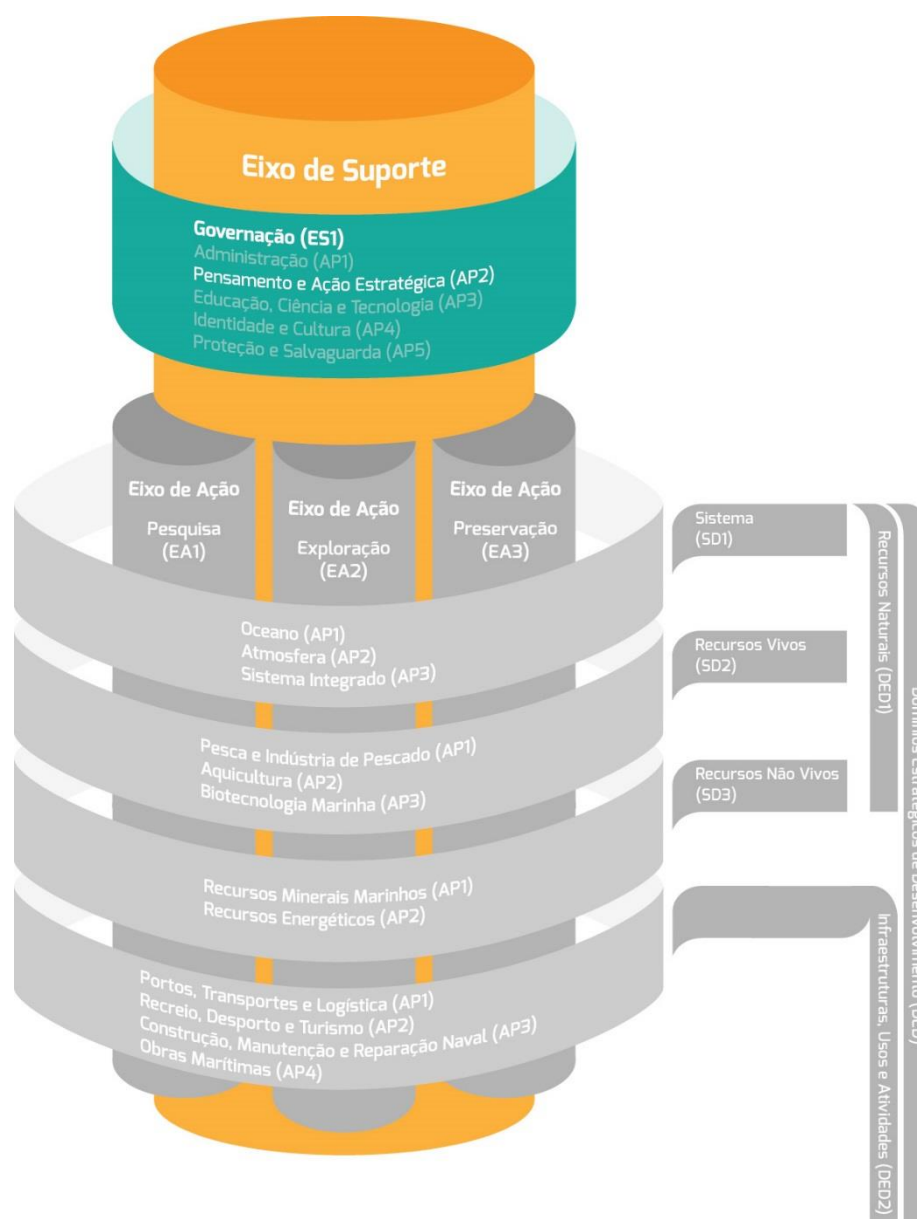
PA – UE / EEA

ES1 – GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Política Marítima Integrada



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Marítima Integrada

Objetivos

- Harmonização das políticas públicas para o mar dos Estados Membros em articulação com a Política Comum de Pescas
- Harmonização dos instrumentos de gestão (Vigilância marítima integrada e desenvolvimento de um Ambiente Comum de Partilha de Informação (CISE) Ordenamento do espaço marítimo e
- Conhecimento do Meio Marinho)
- Coerência na implementação das estratégias das Bacias Oceânicas (ex. Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Atlântico – EMUEAA e o respetivo Plano de Ação)
- Desenvolvimento socioeconómico relacionado com o Crescimento Azul
- Articulação de meios (recursos humanos, fundos e infraestruturas e equipamentos).

Desenvolvimento: A Política Marítima Integrada estabeleceu uma nova abordagem destinada a reforçar o desenvolvimento sustentável das atividades potenciais utilizadoras do espaço marítimo. A Europa poderá conseguir um crescimento azul, baseado num desenvolvimento sustentável se articular as políticas relativas ao Mar. As diferentes instituições a nível comunitário e a nível nacional organizaram-se de forma a poder dar uma resposta articulada permitindo uma maior integração e tirar partido das sinergias que se podem criar. Matérias transversais como o ordenamento do espaço marítimo, a vigilância integrada ou o conhecimento do meio marinho são também referidas como parte essencial para a concretização da, salientando-se o seu papel ao nível das regiões e das bacias oceânicas. As regiões, que tem território costeiro são fundamentais para a implementação da PMI em articulação com a autoridade nacional e promovendo a integração/cooperação com as regiões dos outros Estados-Membros.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar - -Coordenação

- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete das Relações Internacionais)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

Assegurar o acompanhamento da PMI designadamente nos seguintes âmbitos:

1. Grupo de Pontos Focais de Alto-Nível da PMI;
2. Grupo e Sub-grupos técnicos da Comissão Europeia para a PMI dirigidos pela DG-Mare;
3. Grupo da Estratégia do Atlântico para a implementação do Plano de Ação da Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico, no quadro da implementação da PMI nas bacias oceânicas;

Resultados Esperados:

- Alcançar crescimento numa lógica do conhecimento, da integração e da inclusão social

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos comunitários e do EEA, a suportar pelo OE

Financiamento Comunitário:

FEDER, FSE, FC, ETC, CEF, FEAMP, HORIZON 2020, LIFE+

Financiamento da Cooperação

MFEEE 2009-2014 e seguintes

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207025

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

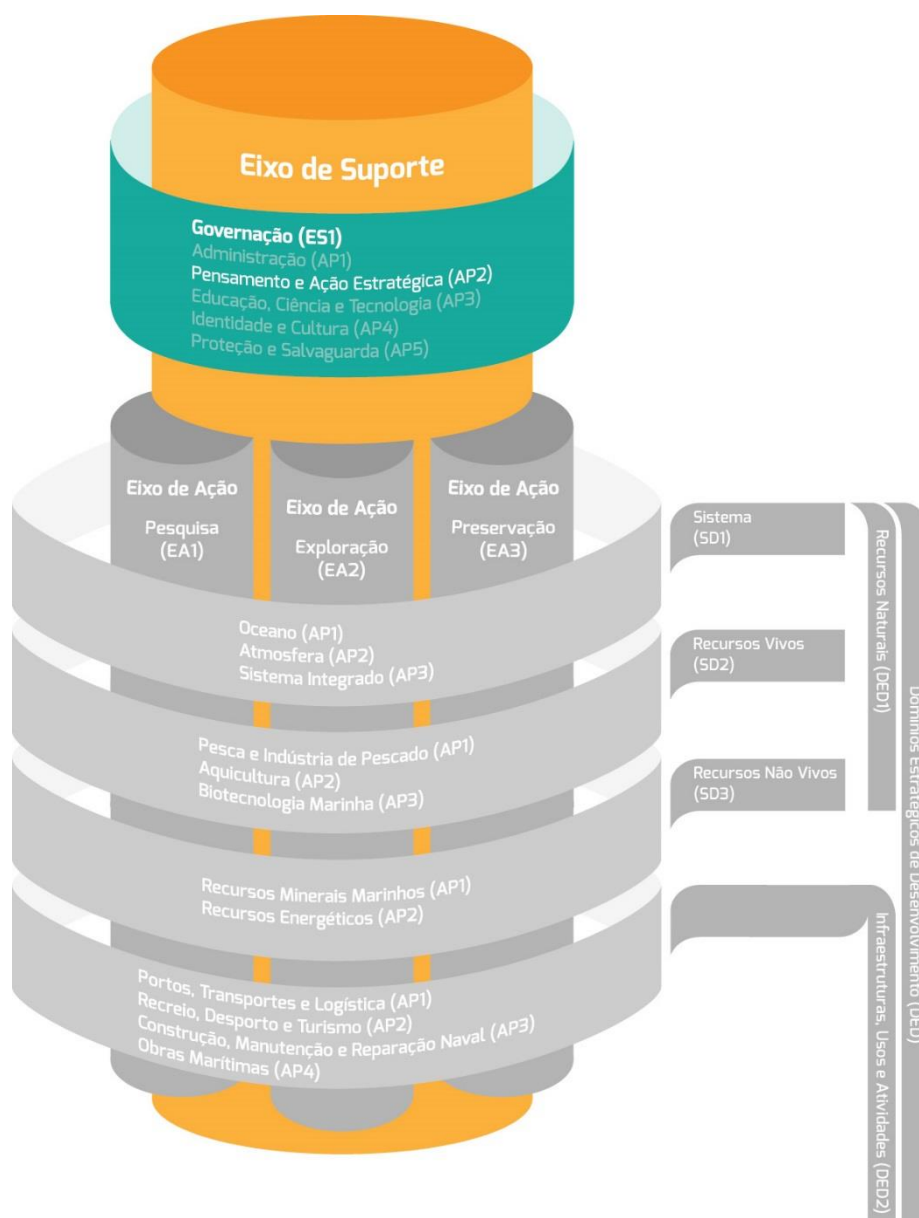
PA – EU / EEA

ES1 – GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Política Comum das Pescas (PCP)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Comum das Pescas

Objetivos

- Eliminar, progressivamente, as devoluções de acordo com abordagem caso a caso, e atendendo aos melhores pareceres científicos disponíveis, reduzindo as capturas indesejadas, e assegurando que todas as capturas são descarregadas;
- Criar condições para tornar o setor das capturas e da transformação no domínio da pesca mais viável e competitivo do ponto de vista económico.
- Promover o desenvolvimento das actividades aquícolas sustentáveis na União, a fim de contribuir para a abastecimento alimentar e para o emprego;
- Contribuir para assegurar um nível de vida adequado às populações que dependem das actividades de pesca, tendo em conta, as especificidades da pesca costeira e os aspectos socio-económicos;
- Garantir um mercado interno dos produtos da pesca e da aquicultura, eficiente e transparente, atendendo aos interesses, dos produtores e dos consumidores;
- Promover a igualdade de condições de concorrência no domínio da transformação e do comércio dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Assegurar a coerência com a legislação da União em matéria de ambiente, nomeadamente o objectivo de se atingir, até 2020, um bom estado ambiental, bem como com as outras políticas da União.

Entidade Coordenadora

Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direcção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - coordenação

- Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades Participantes – a envolver sempre que se justifique

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete de Relações Internacionais)

Tarefas da equipa técnica especializada

Assegurar o acompanhamento da PCP, designadamente nos seguintes âmbitos:

1. Grupo de Política Interna e Externa das Pescas do Conselho da União Europeia;
2. Grupos e Subgrupos, Técnicos da Comissão Europeia dirigidos pela DG-MARE;
3. Comitês da pesca e da aquicultura;

Contribuir para a aplicação da Política Comum das Pescas, e garantir a sua execução, controlo e fiscalização, nomeadamente:

1. Assegurar, através de métodos de gestão e ordenamento, o quadro de conhecimento dos recursos naturais marinhos disponíveis nas áreas sob soberania ou jurisdição nacional e garantir a execução das políticas de preservação dos recursos marinhos;
2. Preparar, coordenar e executar os Programas Plurianuais e os Planos Anuais relativos à recolha de dados da PCP;
3. Programar, coordenar e executar a fiscalização, a vigilância e o controlo das actividades da pesca e conexas;
4. Assegurar o cumprimento das regras da Organização Comum de Mercado dos produtos da pesca e da aquicultura
5. Gerir o sistema de informação das pescas nas diversas componentes e ligações aos órgãos nacionais, europeus e internacionais.

Resultados Esperados

Garantir que as actividades de pesca e de aquicultura proporcionem condições sustentáveis, a longo prazo, do ponto de vista ambiental, económico e social e contribuem para a segurança do abastecimento de produtos alimentares.

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Identificam-se necessidades de co-financiamento para programas de incentivos ao investimento e para o desenvolvimento de programas europeus, a serem suportados pelo OE;

Financiamento Comunitário:

FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pesca) podendo ser complementados por outros Fundos do Quadro Estratégico Comum.

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207026

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) #1

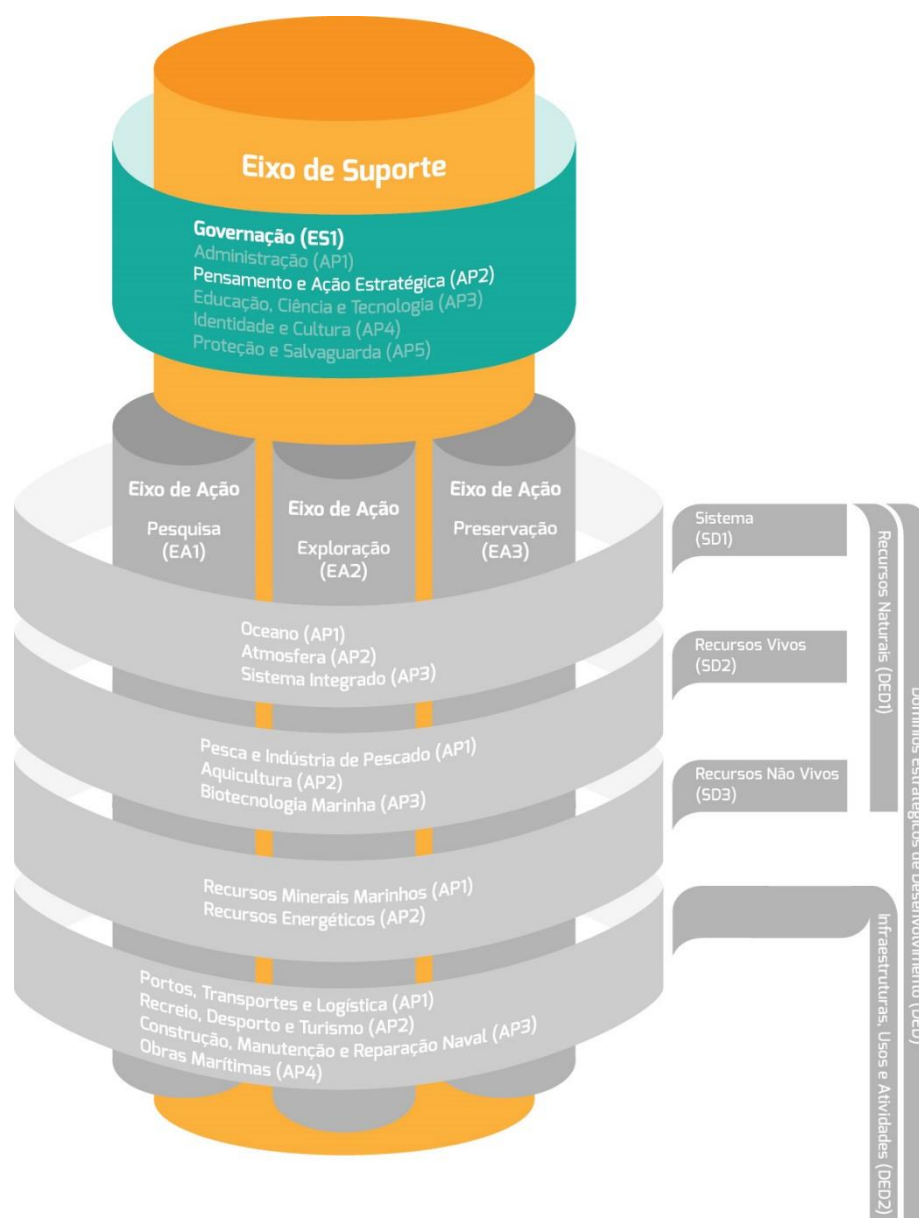
PA – EU / EEA

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA) e Plano de Ação



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA) e Plano de Ação

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA).

Desenvolvimento:

A EMUEAA foi apresentada em novembro de 2011 em Lisboa, expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar, de forma sustentável, o seu potencial de longo prazo favorecendo um modelo de desenvolvimento assente na promoção do Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo (CISI). Tal implica um amplo compromisso que permite o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, possibilitando um uso sustentável e eficiente dos recursos, a competitividade, a coesão social e a geração de emprego, capaz de assegurar coesão social e territorial. O Fórum Atlântico, criado na sequência da aprovação da Estratégia Marítima, integrou representantes dos cinco Estados-Membros, e criou e dinamizou uma rede de informação e interesse que permitiu reunir as ações prioritárias e tipologia de projetos a considerar no Plano de Ação. Para dinamizar esta tarefa a nível nacional foi constituído um grupo de trabalho, de âmbito nacional, integrando representantes das diferentes tutelas, das Regiões e dos stakeholders com a missão de identificar os projetos, e ações prioritárias, alinhados com as cinco áreas temáticas estabelecidas.

Em Maio de 2013 a Comissão adoptou o Plano de Ação para a Estratégia Marítima do Atlântico, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Todo o território de Portugal é litoral, ligando a fachada atlântica com o interior de uma forma integrada, ou insular. Este aspeto constitui um fator diferenciador que pode e deve ser reconhecido no estabelecimento de uma estratégia nacional, integrada no contexto Atlântico, privilegiando a complementaridade entre as regiões, favorecendo a coesão territorial, promovendo a acessibilidade e a mobilidade funcional e sistémica.

O enorme potencial económico do Mar-Portugal permanece largamente inexplorado. As energias marinhas, a mineração dos fundos marinhos, a biotecnologia marinha e outros sectores emergentes, bem como atividades tradicionais como a pesca, aquicultura, turismo e transporte marítimo podem contribuir para o desenvolvimento de um crescimento azul na Europa, permitindo gerar empregos e estimular o crescimento económico. A inovação, a tecnologia e o incremento do conhecimento, bem como a preservação ambiental, são aspetos fundamentais para a promoção do crescimento azul.

O modelo de governação para a EMUEAA e respetivo Plano de Ação, são determinantes para o sucesso da sua implementação, acompanhamento e monitorização. Para esse efeito, foi criado em dezembro de 2014 o Grupo da Estratégia do Atlântico (GEA), o qual sucedeu ao Fórum do Atlântico, sendo coordenado em rotatividade anual pelos Estados-membros desta Bacia. Foi igualmente criado apoio de um Mecanismo de Assistência, que será impulsionado por cada Estado-membro, como elemento facilitador e promotor da operacionalidade.

Igualmente, durante o processo de negociação do Acordo de Parceria “Portugal 2020”, foi assegurado que as prioridades de implementação do Plano de Ação da EMUEAA fossem refletidas na maior extensão possível, com reflexo direto nos Programas Operacionais previstos no “Portugal 2020”.

Está assim constituída uma importante janela de oportunidade para promover a utilização sustentada do espaço marítimo, dinamizando o desenvolvimento de projetos de cooperação que concorrem para as cinco grandes áreas temáticas estabelecidas (redução da pegada de carbono, abordagem ecossistémica, crescimento social inclusivo, ameaças e emergências e exploração sustentada do fundo marinho e dos recursos naturais) o que permitirá reforçar a coesão territorial, favorecendo a cooperação entre as Regiões.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)
- Instituto de Seguros de Portugal

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Doca Pesca, Portos e Lotas, SA

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português Desporto e Juventude (IPDJ)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Mecanismo de Assistência para o Plano de Ação do Atlântico
- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- OCEANO XXI
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Articular as entidades nacionais da administração central e regional, e os stakeholders económicos e sociais em torno deste tema;
2. Promover a discussão pública alargada envolvendo os Estados-Membros da Bacia do Atlântico - Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal;
3. Identificar os potenciais projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar o Plano de Ação da Estratégia Marinha do Atlântico, a apresentar em 2013 pela Comissão Europeia;
4. Apresentar as ações prioritárias e projetos passíveis de integrar o Plano de Ação;
5. Dinamizar e participar em fóruns de reflexão e discussão para a disseminação e comunicação e preparação da ação e concretização dos projetos.

Resultados Esperados

- Elaborar um Plano de Ação com a identificação das acções prioritárias e projectos nacionais evidenciando as grandes tendências;
- Criar projectos a candidatura aos fundos europeus promovendo a integração e cooperação entre regiões e entre Estados-Membros;
- Harmonizar o Plano de Ação da EMUEAA com os regulamentos dos fundos, tendo por objectivo o alinhamento com as áreas temáticas e as áreas prioritárias definidas;
- Promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (CISI);
- Reafirmar a maritimidade nacional.
- Dinamizar fóruns de discussão (*Lisbon Atlantic Conference (Organização Nacional), Workshops do Fórum do Atlântico e da Plataforma das Partes Interessadas da EMUEAA, entre outras*)

Calendarização

2013 - 2020

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE – orçamento DGPM

Custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

Produtos concretizados

Comunicação da EMUEAA – novembro de 2012
Plano de Ação – maio de 2013

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207027

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

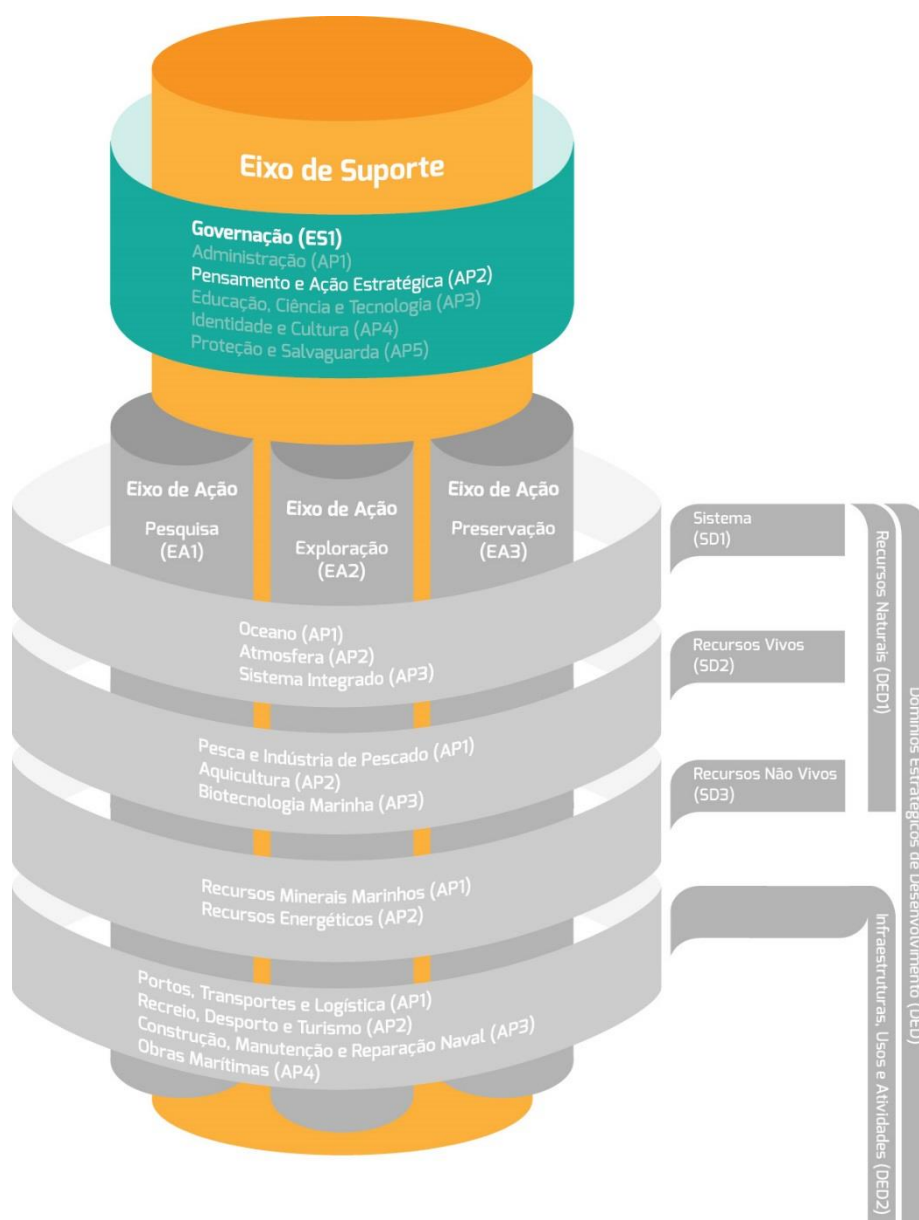
PA – EU / EEA

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Cooperação PT-EEA



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação PT-EEA

Objetivos

- Promover e fortalecer a cooperação bilateral entre Portugal e os países que integram o Espaço Europeu Alargado (EEA), designadamente, a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein, através de iniciativas relacionadas com o mar;
- Enquadrar estrategicamente o empenhamento dos meios para a execução do quadro de programação e do respectivo instrumento financeiro (*EEA Financial Mechanism*), nas iniciativas relacionadas com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Apresentar e promover as ações prioritárias e projetos que irão integrar o Plano de Ação para o reforço das Relações Bilaterais PT-EEA;
2. Apoiar, através dos contributos relacionados com o mar, as negociações do próximo MoU para o período 2015-2020.

Resultados Esperados

- Elaborar e implementar um Plano de Ação bilateral de reforço da cooperação em áreas prioritárias no mar;
- Promover acordos de parceria na área do mar entre instituições públicas portuguesas, norueguesas, islandesas e do Liechtenstein;
- Assegurar o enquadramento estratégico de suporte à elaboração de um Programa Operacional para o Mar, nomeadamente, em termos de efeitos a alcançar e produtos a desenvolver, nos MoU relacionados com os fundos EEA (MFEEE)

Calendarização

2013-2017

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE – orçamento DGPM

Financiamento da cooperação:
EEA Financial Mechanism 2009-2014 - fundo para as Relações Bilaterais (1,5% do Programa Operacional PT02) – 363.928 €

Produtos concretizados

Plano de Ação para o Fortalecimento das Relações Bilaterais – Aprovado em agosto de 2014

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

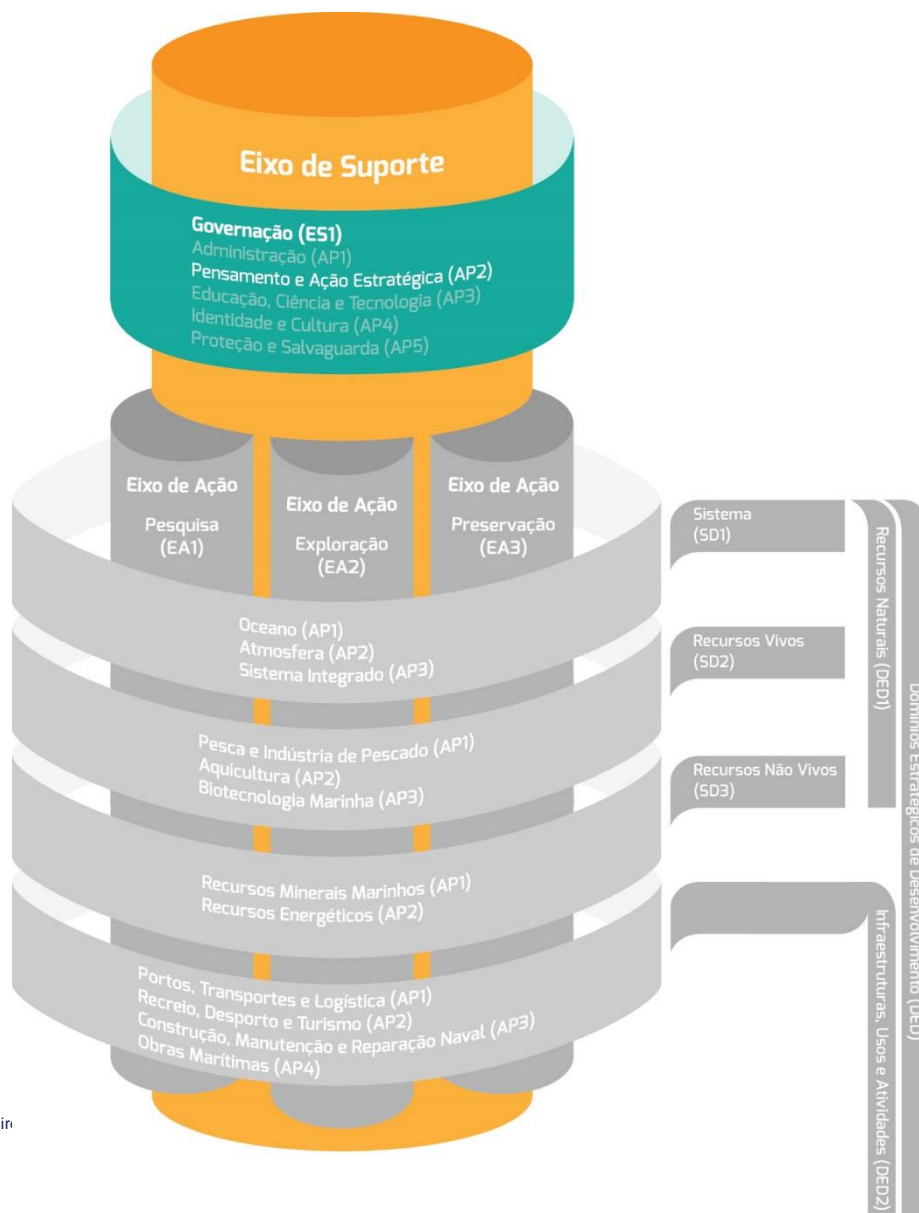
#3 - Cooperação internacional que privilegia os *fora* sobre os Oceanos.

#4 - Cooperação científica que promove parcerias entre os principais parceiros, públicos e privados.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional	
	Nações Unidas – Extensão da Plataforma Continental (ex-Nações Unidas) integrado no projecto P1209035 Extensão da Plataforma Continental
	União Africana
	CPLP
	Convenção OSPAR
	União Europeia (Ação Externa) – Instrumento de Estabilidade
	Cooperação Bilateral com Países Amigos
	(NOVO) OCDE
	(NOVO) Estratégia de Segurança Marítima da UE
	(NOVO) Cooperação Bilateral com Países Amigos - Cabo Verde
	(NOVO) Nações Unidas - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	(NOVO) União Europeia (Ação Externa) – Declaração de Galway (UE - Estados Unidos - Canadá)



Programa de Ação

Internacional

P1208028 – Nações Unidas – Extensão da Plataforma Continental (~~ex-Nações Unidas~~) integrado no projecto **P1209035 Extensão da Plataforma Continental**

P1208029 - União Africana

P1208030 – CPLP

P1208031 - Convenção OSPAR

P1208032 – União Europeia (Ação Externa) – Instrumento de Estabilidade

P1208033 – Cooperação Bilateral com Países Amigos

P1208150 – OCDE (**NOVO**)

P1208151 - Estratégia de Segurança Marítima da UE (**NOVO**)

P1208152 - Cooperação Bilateral com Países Amigos - Cabo Verde (**NOVO**)

P1208154 - Nações Unidas - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (**NOVO**)

P1208157 - União Europeia (Ação Externa) – Declaração de Galway (UE - Estados Unidos - Canadá) (**NOVO**)

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos internacionais relacionados com o Mar nos diversos *fora*, de uma forma articulada e integrada entre os diferentes serviços e organismos intervenientes;
- Assegurar o apoio técnico e científico a países terceiros no âmbito dos trabalhos de extensão da plataforma e o acompanhamento dos desenvolvimentos nos *fora* internacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)

- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Superior Técnico (IST) /Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Presidência do Conselho de Ministros

- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Outras entidades:

- Laboratórios de Estado e Universidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos do Mar nos *fora* internacionais sobre os Oceanos de uma forma articulada e integrada;
- Promover o modelo de governação da ENM no contexto europeu, atlântico e global, como um importante contributo para a governação internacional do Oceano.
- Promover a cooperação internacional com especial destaque para os países africanos e da CPLP, e os países da grande Bacia Atlântica Norte e Sul).

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento Comunitário:

Instrumento de Estabilidade (Serviço de Ação Externa da UE)

FEEI (numa lógica de complementaridade e vizinhança)

Horizonte 2020

Financiamento da Cooperação

Fullbright (EUA)

National Science Foundation (EUA)

Cooperação Sul-Sul (Banco Mundial e Bancos Africano e Sul Americano para o Desenvolvimento)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208029

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

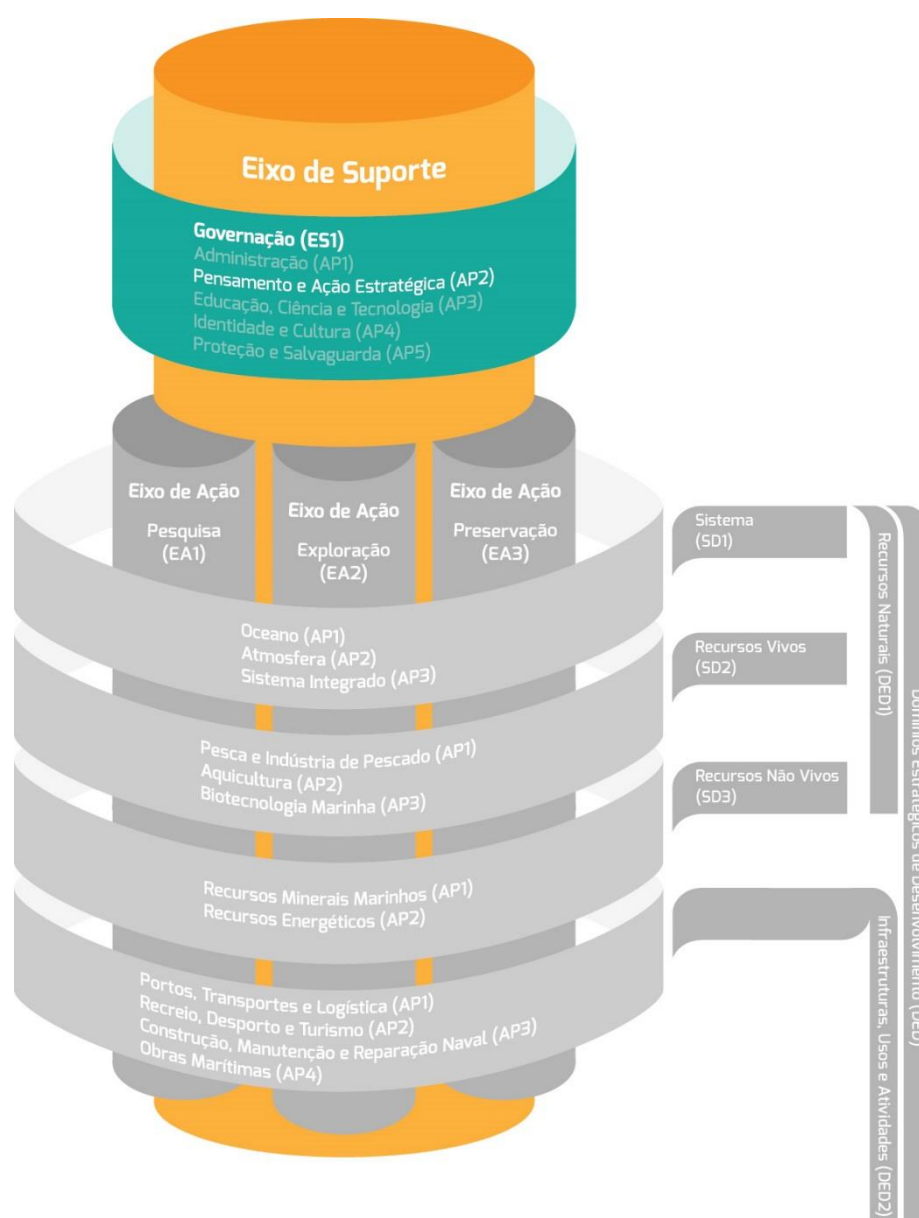
Efeito(s) - #3

PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

	Internacional
	União Africana



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Africana

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos internacionais relacionados com o Mar nos diversos *fora*, de uma forma articulada e integrada entre os diferentes serviços e organismos intervenientes;
- Promover a cooperação em matéria dos assuntos do mar com âmbito da União Africana, através de um instrumento de assistência técnica entre a DGPM e o futuro Departamento dos Assuntos do Mar da Comissão Africana e a ligação ao órgão de consulta de alto-nível para a *African Union - 2050 Africa's Integrated Maritime Strategy (AIM-Strategy)*.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Concretização do acordo de parceria;
2. Criar o plano de ação de suporte à assistência;
3. Executar o plano de ação;
4. Promover o fortalecimento da cooperação e a influência, através de visitas e eventos dedicados.

Resultados Esperados

- Reforçar o papel de Portugal no quadro da agenda internacional dos Oceanos;
- Afirmar a visão estratégica de Portugal para a política marítima integrada.

Calendarização

2013:
Tarefas 1, 2

2013-2020:
Tarefas 3, 4

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento da DGPM)

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208030

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

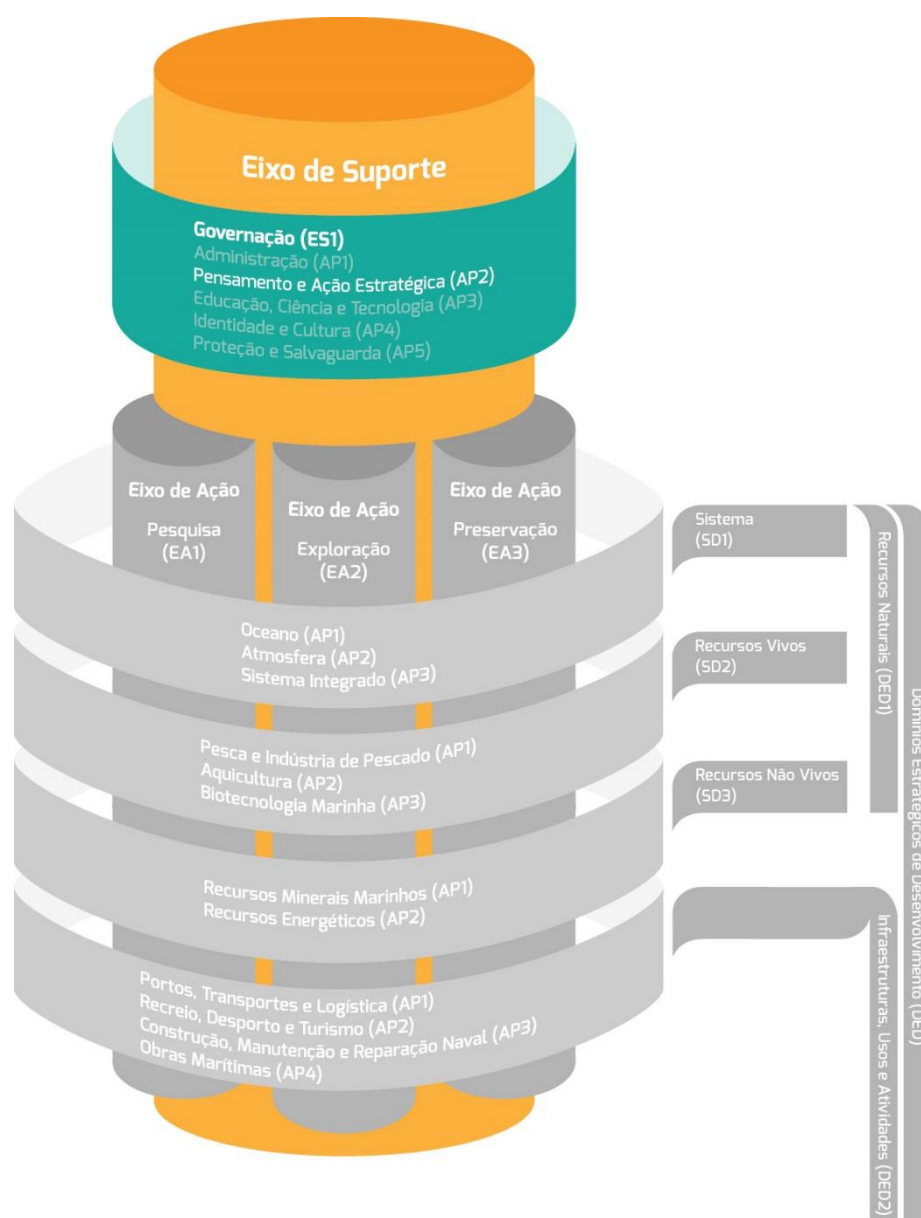
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

CPLP



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

CPLP

Objetivos

- Desenvolver a cooperação multilateral relevante em matéria dos assuntos do mar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), assegurando a representação nacional, promovendo as acções programadas e apoiando os serviços e organismos envolvidos.

Desenvolvimento: Participar na concertação de esforços para a implementação e actualização da Estratégia da CPLP para os Oceanos que concretize uma visão integrada e que promova o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respetivas jurisdições nacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação
- Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
Grupo de Pontos Focais constituído para o efeito.

Tarefas

1. Assegurar a participação nas reuniões para os assuntos do mar do Secretariado Executivo da CPLP;
2. Participar nos grupos de trabalho criados para a implementação das iniciativas específicas aprovadas no âmbito das reuniões de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, nomeadamente:
 - Elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP;
 - Desenvolvimento dos projectos de Extensão da Plataforma Continental e de investigação científica e proteção ambiental;
 - Pesquisa sobre recursos minerais nos fundos marinhos;
 - Definição de áreas estratégicas de interesse comum aos EM e estabelecimento dos requisitos para a criação do Observatório de Informação e Estratégia Marítima (Segurança e Vigilância Marítima);
 - Kit do Mar CPLP - No âmbito da Estratégia para os Oceanos da CPLP Portugal propõe a implementação de um projecto educativo para a mobilização de professores, alunos e a sociedade civil para sensibilizar a comunidade lusófona para o tema MAR, como um tema de afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP;
 - Feira do Mar da CPLP;
3. Cooperação, no âmbito da CPLP, com a Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) para a formalização da Parceria do lixo marinho dos países de língua oficial portuguesa.
4. Cooperação no domínio das atividades de Transporte Marítimo e Portuário.

Resultados Esperados

- Estreitar as relações com os países da CPLP;
- Concretizar as diversas iniciativas elencadas e obter:
- Atlas dos Oceanos da CPLP;
- Protocolos de cooperação para o desenvolvimento dos projectos de Extensão da Plataforma Continental e de investigação científica e proteção ambiental;
- Protocolos de cooperação para a pesquisa sobre recursos minerais nos fundos marinhos;
- Definição de áreas estratégicas de interesse comum aos EM e estabelecimento dos requisitos para a criação do Observatório de Informação e Estratégia Marítima
- Contribuir para a promoção da literacia do mar, o seu conhecimento e o emprego nas suas profissões, atendendo às realidades sociais e do território e procurar promover a consciencialização para a importância do mar através da implementação do Kit do Mar CPLP ou através da adaptação do conceito subjacente ao Kit do Mar nacional à realidade de cada país da CPLP;

- Feira do Mar da CPLP;

E ainda:

- Protocolo de parceria do lixo marinho para os países de língua oficial portuguesa

Calendarização

2015:

Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar – Timor Leste

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento de Cooperação:

Custos eventuais resultantes da participação no Secretariado Técnico Permanente, e nos grupos de trabalho para implementação das iniciativas específicas, a suportar pelos OE próprios dos Estados-membros da CPLP.

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208031

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP -Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

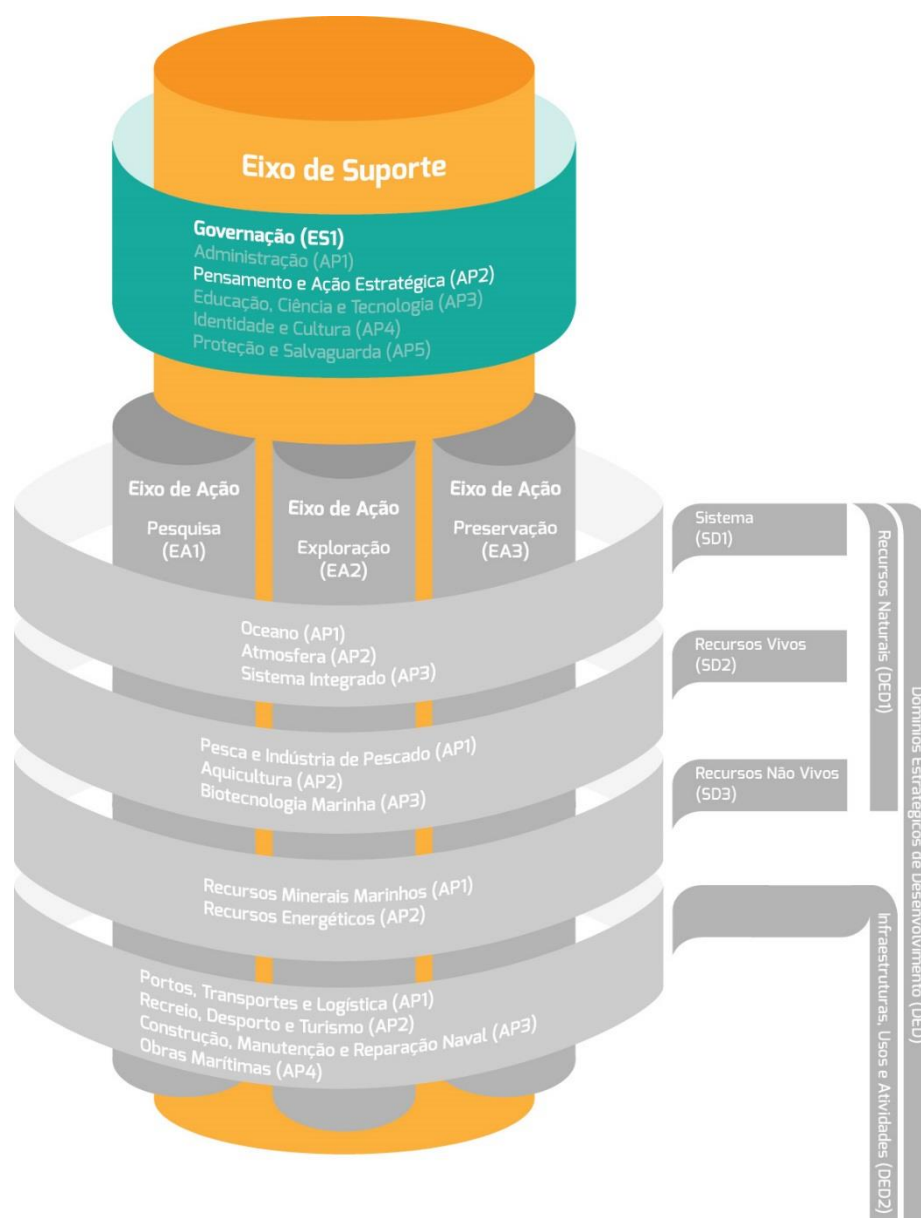
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Convenção OSPAR



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Convenção OSPAR

Objetivos

A convenção para a proteção do ambiente marinho do Atlântico Nordeste – Convenção OSPAR é um mecanismo através do qual, os representantes dos 15 Estados que ratificaram a convenção e a Comissão Europeia, desenvolvem um conjunto de iniciativas e projetos de cooperação para a proteção do ambiente marinho no Atlântico Nordeste.

A Convenção de Oslo celebrada em 1972 incide sobre a rejeição em meio marinho, marca o início desta cooperação entre Estados, tendo o seu âmbito vindo a ser alargado com a Convenção de Paris, passando a abranger as questões ligadas às origens provenientes de terra e ainda a indústria *off-shore*. Estas duas Convenções vieram, mais tarde a ser atualizadas e unificadas através da Convenção OSPAR em 1992. A áreas da biodiversidade e ecossistemas vieram a ser consideradas apenas em 1998, permitindo, desta forma, considerar a atividade antrópica, não poluente e, desta forma, procurar avaliar em que termos esta pode afetar o estado do Oceano.

Assegurar as obrigações de Portugal, enquanto parte contratante e promover uma participação nacional articulada através da representação nos diversos Comitês e Grupos constituídos no âmbito da OSPAR com os seguintes objetivos:

- Assegurar o acompanhamento nacional de uma forma integrada dos diferentes Comitês e Grupos de Trabalho, afirmando a posição de Portugal como uma nação marítima;
- Assegurar a articulação com as obrigações do Estado português no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha e em especial no acompanhamento Grupo de Correspondência Intersetorial para a implementação da DQEM;
- Promover a reafirmação da soberania dos Estados e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos;
- Reafirmar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da classificação de Áreas Marinhas Protegidas, designadamente na Plataforma Continental Estendida.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Comité da Indústria *offshore* – OIC
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas -EIHA (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre o lixo marinho (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre análise socioeconómica
Grupo de Trabalho sobre entradas no ambiente marinho
Grupo de peritos DYNAMEC (substâncias perigosas)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre impactes cumulativos (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre análise socioeconómica (Coordenação)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Chefia da Delegação
Grupo de Coordenação (Coordenação)
Comité da Biodiversidade – BDC (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre Áreas Marinhas Protegidas (Coordenação)
Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas - EIHA
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre o lixo marinho
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre análise socioeconómica
Grupo de Trabalho sobre a monitorização e sobre tendências e efeitos das substâncias no Ambiente Marinho
Grupo de Correspondência Intersetorial para a implementação da DQEM - ICG MSFD
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
Grupo dos Juristas / Linguistas
Grupo de Correspondência Intersetorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
 - Grupo de Coordenação
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização (Coordenação)
 - Comité das Substâncias Perigosas e da Eutrofização - HASEC
 - Grupo de Trabalho sobre a monitorização e sobre tendências e efeitos das substâncias no Ambiente Marinho (Coordenação)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
 - Comité da Biodiversidade - BDC
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Superior Técnico (IST) / Instituto Tecnologia e Nuclear (ITN)
 - Comité das Substâncias Radioativas - RSC

Governo Regional dos Açores (GRA)

- Direção Regional dos Assuntos do Mar
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho
 - Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas – EIHA

Governo Regional da Madeira (GRM)

- Direção Regional d Ordenamento do Território e Ambiente
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho

Tarefas

1. Identificar, nos termos das obrigações de Parte Contratante, a informação contida em bases de dados relativas ao estado das águas marinhas, aos sistemas e às atividades ou medidas que a afetam ou que são suscetíveis de a afetar;
2. Assegurar que os dados a reportar à Comissão OSPAR, relativos às diferentes temáticas, são enviados, em articulação com a posição nacional, através do elemento coordenador de cada Comité e Grupo, garantindo a sua recolha junto das instituições competentes para a produção ou gestão dos mesmos;
3. Produção dos relatórios periódicos e outros, inserindo os dados recolhidos, nos termos das obrigações estabelecidas para as Partes Contratantes;
4. Preparação da participação nos grupos de trabalho, emitindo contributos compatíveis com a posição nacional em cada matéria, sob coordenação do Grupo de Coordenação e em estreita articulação com o Chefe de Delegação (*Head of Delegation*);
5. Desenvolvimento de ações de cooperação com instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração.

Resultados Esperados

- Responder aos compromissos nacionais no âmbito da Convenção OSPAR;
- Proceder à classificação de novas Áreas Marinhas Protegidas no âmbito da OSPAR;
- Assegurar a defesa dos interesses de Portugal no âmbito da Convenção OSPAR, através de uma posição nacional harmonizada.

Calendarização

2013-2020:

- Participação nas reuniões dos chefes de delegação e na sua preparação em articulação com o grupo de coordenação e nas reuniões previstas de acordo com as prioridades nacionais;
- Assegurar a participação nos grupos de trabalho, privilegiando a discussão e colaboração *on-line*.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208032

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

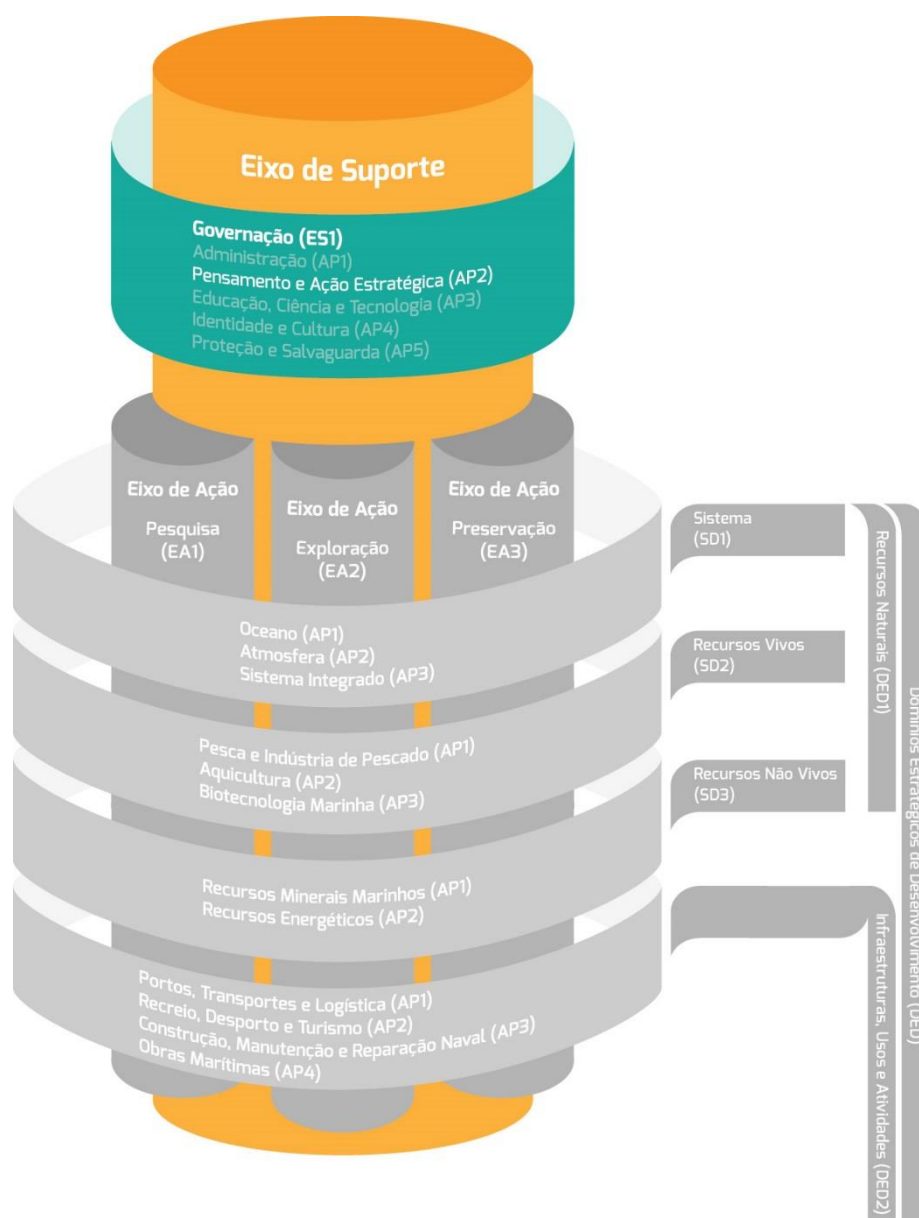
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

União Europeia (Ação Externa) – Instrumento de Estabilidade



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Europeia (Ação Externa) – Instrumento de Estabilidade

Objetivos

- Apoiar os países em regiões das Rotas Marítimas Críticas na implementação de medidas visando a melhoria da segurança marítima, principalmente nos aspetos relacionados com o Combate à Pirataria Marítima e o Roubo Armado no Mar, bem como a Pesca Ilegal, Não Reportada, ou Não Regulada, inserido no contexto do Programa das Rotas Marítimas Críticas e tendo em consideração os seus desenvolvimentos, nomeadamente:
 - A Resolução 2039 do CSNU;
 - A contribuição para a melhoria da gestão dos assuntos do mar.

Desenvolvimento:

O objetivo geral do Programa é incrementar a segurança e proteção marítimas e desta forma contribuir para tornar mais seguras as vias de comunicação marítimas em zonas consideradas críticas para os interesses da EU (i.e. o Estreito de Malaca e Singapura, e o Oceano Índico Ocidental, mais particularmente o Golfo de Aden e o Corno de África, e o Golfo da Guiné).

- Projeto *Critical Maritime Routes Gulf of Guinea* – “Implementação”

Desenvolvimento:

Este projeto sofreu uma profunda reorientação à luz do Processo de Yaoundé (Conselho do Golfo da Guiné) e suas consequências, como a criação do centro de coordenação inter-Regional, com base em Yaoundé. Em conformidade, o CRIMGO atualizou os termos de referência para destacar os apoios da UE à nova dinâmica regional, incluindo a extensão do projeto até 2017. As atividades do CRIMGO irão concentrar-se nas seguintes linhas de ação: 1. Assistência Técnica para o Centro de Coordenação Inter-Regional (ICC) através de empenhamento de especialistas em modalidade de curta e longa duração; 2. Ações de treino – a. Continuidade das sessões de treino, aumento do apoio às capacidades de treino regionais (abordagem de sustentabilidade) / b. Continuidade dos exercícios de segurança marítima a nível nacional, regional e inter-regional (aplicação da abordagem de partilha de informação de da implementação *bottom-up*).

- Integrar o *Instrument for Stability (IFS) Expert Support Facility Lot 3 – Critical infrastructure and counter-terrorism (EuropeAid/134757/C/SER/Multi)* através da participação em consórcio europeu cobrindo o período de participação 2014-2016, focalizando a ação nas Infraestruturas Críticas/Rotas Marítimas Críticas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

O consórcio constituído por:

- *Expertise France (EF)*, França (Líder do consórcio)
- *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)*, da Alemanha;
- *Finnish Border Guard (FBG)*, da Finlândia;
- *Institut de Recherche pour le Développement (IRD)*, de França;
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), de Portugal
- *Northern Ireland Co-operation Overseas (NI-CO)*, do Reino Unido;
- *Finnish Environment Agency (SYKE)*, da Finlândia;
- *Energie-Control Austria (E-Control)*, da Áustria
- *Accademia Italiana della Marina Mercantile (IMSSEA)*, de Itália;
- *Institut de Radioprotection et de Sûreté Nucléaire (IRSN)*, de França;
- “*Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (FIIAPP)*”, de Espanha,
- *Ecole Nationale d’Aviation Civile (ENAC)*, de França
- “*Szczecin Maritime University (AMS)*”, da Polónia.

Entidade Europeia Coordenadora/Gestora do IdE:
DG-DEVCO

Tarefas

Projeto CRIMGO:

1. Determinar a vontade dos países da região do Golfo da Guiné em participar no projeto (correspondente à Primeira Fase “exploração inicial” já concluída);
2. Preparar e detalhar a implementação (correspondente à Segunda Fase “preparação detalhada” já concluída);
3. Implementar as ações e medidas que concretizam os objetivos do projeto (correspondente à Terceira Fase “implementação final”, a ter o seu início em Janeiro de 2013) e a concluir em 2017, e promover a participação de agentes de cooperação na modalidade de curta duração.

Parceria para o *Instrument for Stability (IFS) Expert Support Facility Lot 3 (2014-2016)*:

4. Avaliação e seleção de candidatos do consórcio para agentes de cooperação;
5. Apoio à implementação de projetos e aos agentes de cooperação nacionais envolvidos.

Resultados Esperados

- Aumentar o nível de partilha de informação, a coordenação e cooperação no campo da segurança e proteção marítimas e em especial no combate à pirataria marítima e roubo armado no mar na região, e a pesca ilegal, não reportada ou não regulamentada, através das seguintes ações:
 - Estabelecer um mecanismo regional de formação e treino que materialize o “Projeto Educacional” e que responda às necessidades regionais na área da segurança marítima;
 - Incrementar o nível de partilha de informação marítima e as capacidades estabelecidas, quer ao nível das regiões de intervenção quer ao nível de cada um dos países beneficiários;
 - Implementar um mecanismo visando a coordenação interagência na ação de Estado no mar;
 - Apoiar as Organizações Regionais na definição e implementação das suas estratégias para o mar.

Calendarização

2013-2017

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento comunitário:

Instrumento de Estabilidade (Serviço de Ação Externa da UE)

Produtos concretizados

Participação de Agentes de Cooperação no Projeto CRIMGO no Golfo da Guiné em ação de edificação de capacidade em segurança marítima (formação e treino)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208033

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

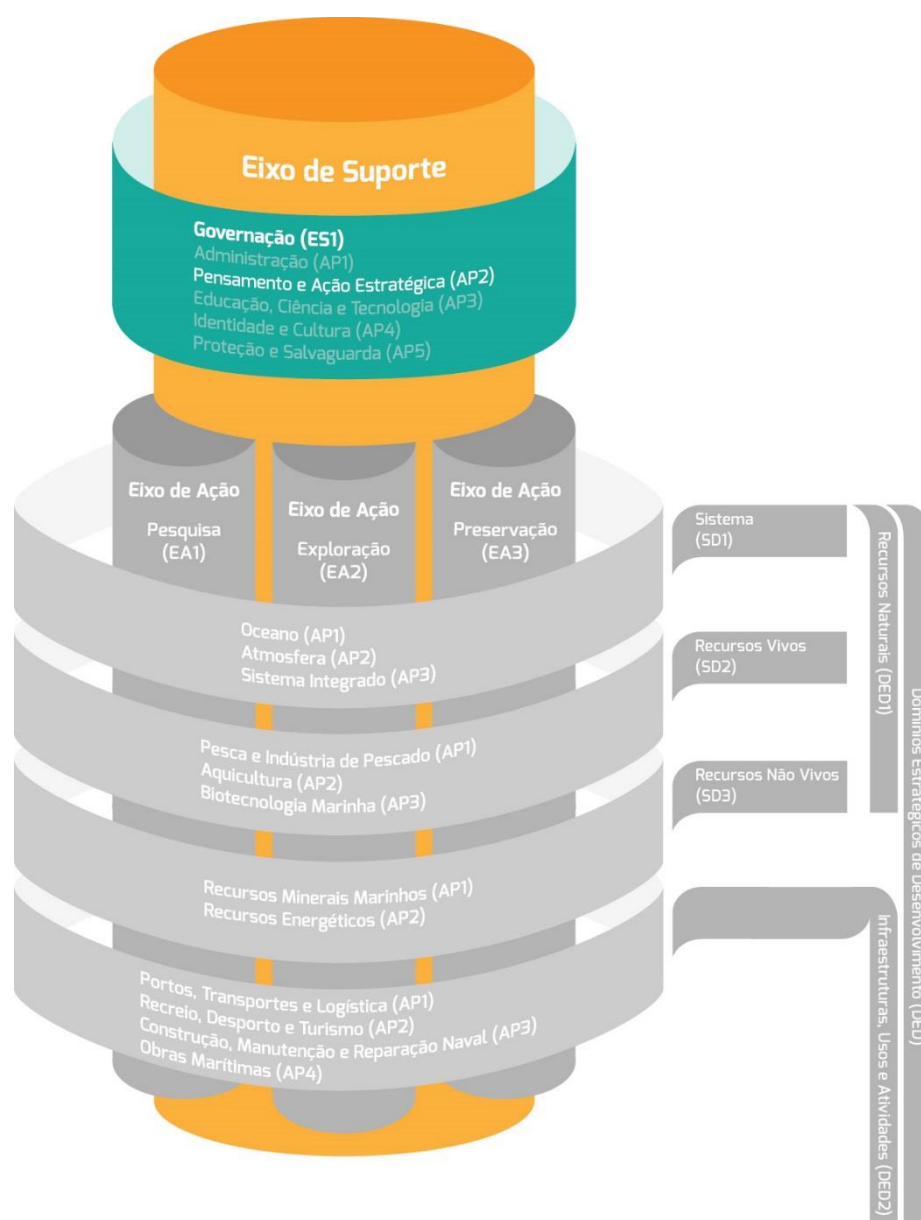
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Cooperação Bilateral com Países Amigos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação Bilateral com Países Amigos

Objetivos

- Identificar e promover ações de cooperação bilateral com países amigos, abordando a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos;
- Contribuir para uma cooperação internacional que privilegia os fora sobre os Oceanos;
- Promover a especialização de recursos humanos e a capacitação tecnológica para apoio à investigação científica orientada para o mar profundo;
- Aplicar o potencial dos recursos humanos formados no Projeto de Portugal, para apoio na preparação da Proposta de Extensão da Plataforma Continental, nos termos do artigo 76º da CNUDM, de países com os quais o Estado Português celebre acordos de cooperação;
- Utilizar os equipamentos oceanográficos adquiridos no âmbito do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC) de Portugal em benefício de outros países, com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)
- Direção Geral de Política Externa (DGPE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
- Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- DOCAPESCA – Portos e Lotas, SA (Docapesca)

Outras Entidades

- Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Desenvolvimento de trabalhos preparatórios com vista à identificação de oportunidades de cooperação futura, em áreas estratégicas, com países amigos;
2. Apoio na definição da componente marítima em declarações e outros documentos a elaborar no contexto de cimeiras com países amigos
3. Preparação de documentos enquadradores da cooperação entre Portugal e países amigos no âmbito marítimo, no contexto civil, e respetivos planos de ação;
4. Monitorização das ações de cooperação estabelecidas;
5. Divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental, resultados e desenvolvimentos, nomeadamente, através das seguintes tarefas:
 - Realização de palestras e participação em conferências internacionais;
 - Realização de *workshop*stêmáticos sobre o processo de extensão da plataforma continental, numa perspetiva interdisciplinar, destinados em particular a outros países da CPLP;
 - Apoio a Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação, no processo de estabelecimento das respetivas linhas de base;
 - Cooperação no planeamento e realização de ações de conhecimento das características geológicas e hidrográficas do fundo submarino ao largo de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação;

- Colaboração no planeamento e realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a caracterizar cartograficamente os fundos marinhos ao largo de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação;
- Auxílio de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação na criação e/ou atualização da estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base de um sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;
- Apoio de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação, no processo de preparação da negociação e estabelecimento de fronteiras com outros Estados;
- Assessoria para a participação nos fora internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito das Nações Unidas e organizações regionais.

Resultados Esperados

- Declarações conjuntas entre Portugal e países amigos;
- Documentos enquadreadores da cooperação bilaterais, em áreas estratégicas, e respectivos planos de acção;
- Respostas a inquéritos relativos a pontos de situação da cooperação entre Portugal e países amigos, na área marítima;
- Sensibilização para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
- Melhor caracterização e conhecimento dos fundos marinhos pelos Estados com os quais se desenvolva este projeto de cooperação, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é reduzida ou inexistente;
- Estabelecimento de linhas de base pelos Estados com os quais se desenvolva este projeto de cooperação;
- Desenvolvimento de projetos nacionais por estes Estados para a apresentação de informação preliminar e proposta de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
- Desenvolvimento dos processos de delimitação dos espaços marítimos;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do processo de cooperação internacional para o PEPC;
- Treino de estudantes universitários de outros países da área da geologia, geofísica, oceanografia, hidrografia e direito do mar, em laboratório e gabinete, através de workshops dedicados, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas e durante as reuniões e conferências internacionais sobre o processo de extensão da plataforma continental.

Calendarização

2013-2020:
Tarefas 1, 2, 3 e 4 (recorrentes)

2013-2018

Relativamente à divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental:

2013 – 2018:

- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização para esta oportunidade junto de outros países, em particular da CPLP;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos;
- Realização de um conjunto de *workshop*stêmáticos sobre o processo de extensão da plataforma continental, numa perspetiva interdisciplinar;
- Planeamento e desenvolvimento das ações a desenvolver em resposta a pedidos de cooperação, que sejam dirigidos à EMEPC pela tutela para o desenvolvimento da cooperação para o projeto de extensão da plataforma continental.

2017:

- Edição de uma publicação, reunindo conclusões dos workshops temáticos realizados;
- Apresentação dos resultados deste projeto de cooperação em pelo menos uma conferência nacional e uma conferência internacional.

2018:

- Edição de uma publicação com a avaliação do desenvolvimento deste projeto de cooperação;

- Apresentação dos resultados deste projeto de cooperação em pelo menos uma conferência nacional e uma conferência internacional.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

A serem identificadas, caso a caso, pela equipa sempre que se revele necessário, para além dos inerentes custos de funcionamento das instituições envolvidas.

Relativamente à divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental:

Financiamento Nacional:

OE - 333.000,00 € (orçamento EMEPC)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2015: 100.000,00€
- 2016: 100.000,00€
- 2017: 100.000,00€
- 2018: 33.000,00€

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208150

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

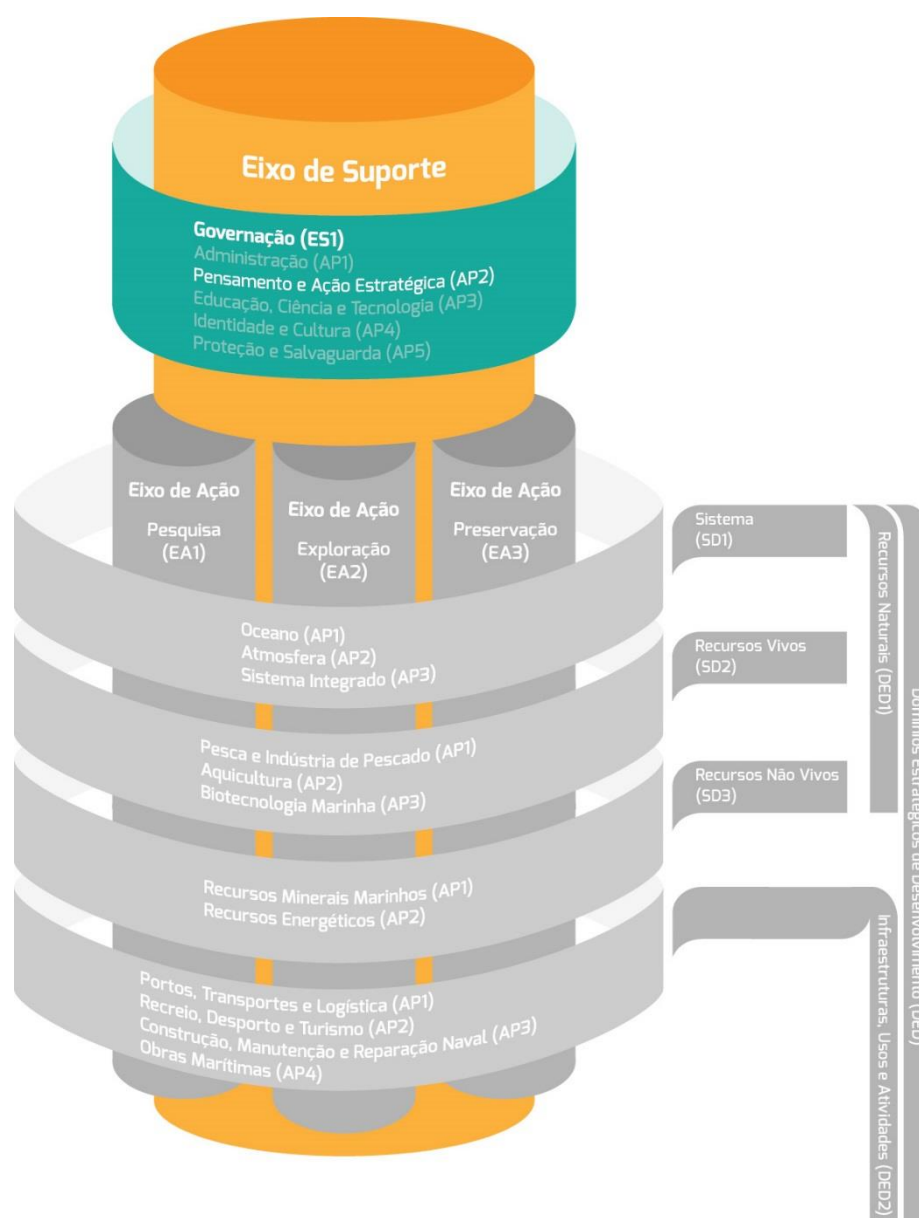
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

(NOVO) OCDE



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (**NOVO**)

Objetivos

- Acompanhamento de grupos regulares da OCDE relacionados com a economia do mar, designadamente o Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*”;
- Participação em grupos de projeto específicos para a área do Mar, designadamente Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*”. O projeto decorrerá de 2013 a finais de 2015, tendo por objetivo elaborar cenários para a economia do mar até 2030, com particular enfoque no potencial de desenvolvimento das indústrias emergentes baseadas no oceano.

Entidade Coordenadora

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) – Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*”

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*”

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoio técnico à coordenação

Outras entidades

- Fundação Calouste Gulbenkian/ Iniciativa Gulbenkian Oceanos (IGO)

Equipa a ser consultada em função da temática abordada:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)
- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Outras entidades

- Associação das Indústrias Navais (AI Navais)
- Peritos diversos identificados ao longo do projeto

Tarefas

1. Participação em reuniões do Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*”;
2. Contributos para o “*Peer review of Portuguese Government support measures to the Shipbuilding and maintenance / repair industry*”;
3. Participação em reuniões do Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*”;
4. Emissão de pareceres e comentários a relatórios produzidos pelo Secretariado da OCDE;
5. Indicação de peritos para Workshops Temáticos, Workshop sobre “Ordenamento do Espaço Marítimo e Monitorização do Oceano” e Symposium final.
6. Colaboração, como país acolhedor, na organização de Workshop sobre Ordenamento do Espaço Marítimo e Monitorização do Oceano, a realizar em Lisboa;

7. Participação em workshops temáticos quando justificável, Workshop sobre Cenários Globais, Workshop sobre Ordenamento do Espaço Marítimo e Monitorização do Oceano e Symposium final.

Resultados Esperados

- Relatos das Reuniões;
- Pareceres e comentários a relatórios produzidos pelo Secretariado da OCDE;
- Relatório “*Peer review of Portuguese Government support measures to the Shipbuilding and maintenance / repair industry*”;
- Relatórios dos workshops temáticos (1) *Exploring the Prospects for Marine Renewable Energy to 2030*, 2) *Prospects of Marine Aquaculture*, 3) *Offshore Oil and Gas: the New Frontiers*, 4) *Prospects of Deep-Sea Mining*, 5) *Maritime monitoring, control and surveillance via Space Applications*, 6) *Maritime Safety*, 7) *Marine Biotechnology*, 8) *Development of Coastal and Ocean Tourism*);
- Organização do workshop sobre Ordenamento do Espaço Marítimo e Monitorização do Oceano
- Relatório do workshop sobre Ordenamento do Espaço Marítimo e Monitorização do Oceano
- Relatório do Symposium final
- Relatório de Cenários “*The Future of the Ocean Economy: Exploring the prospects for emerging ocean industries to 2030*”

Calendarização

2013:

- 1 Reunião do Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*”
- 1 Relatório “*Peer review of Portuguese Government support measures to the Shipbuilding and maintenance / repair industry*”;
- 1 Reunião do Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*”.

2014:

- 1 Reunião do Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*”
- 2 Reuniões do Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*”;
- 4 Workshops Temáticos;
- 1 Workshop sobre Cenários Globais.

2015:

- 1 Reunião do Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*”
- 2 Reuniões do Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*”;
- 4 Workshops temáticos;
- 1 Workshop sobre Ordenamento do Espaço Marítimo e Monitorização do Oceano, a realizar em Lisboa;
- 1 Symposium final

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Contribuições para a OCDE:

- Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shipbuilding and the Offshore Industry*” (OE do ME – 2013 - 8605,00€; 2014 – 9440,00€; 2015 -2016 ~18000,00€);
- Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospetiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*” (OE do MEC/ FCT – 25.000,00€; contribuição orçamento FCG

Custo total previsto 2013-2015:

- 2013: Participação em reuniões e workshops – OE – orçamento das instituições do Estado envolvidas
- 2014: Participação em reuniões e workshops – OE – orçamento das instituições do Estado envolvidas; e orçamento da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)
- 2015: Participação em reuniões e workshops – Participação em reuniões e workshops – OE – orçamento das instituições do Estado envolvidas; e orçamento da Fundação Calouste Gulbenkian Realização de workshop em Portugal – EEA Grants ~ 25.000,00€; orçamento do MEC/FCT ~ 12.500,00€; contribuição orçamento da FCG

Produtos concretizados

- Relatos e informações das Reuniões do Grupo de Trabalho Nº 6 da OCDE (WP 6) - Construção naval e indústria *offshore* - “*Shippbuilding and the Offshore Industry*” (2013 e 2014);
- Relatório “*Peer review of Portuguese Government support measures to the Shipbuilding and maintenance / repair industry*”, (C/WP6(2013)13/FINAL), 27-Jan-2014
- Relatos das reuniões do Grupo de Trabalho/ *Steering Group* do Projeto de prospectiva da OCDE “*The future of the Ocean Economy*” (2013 e 2014)
- Pareceres e comentários a relatórios produzidos pelo Secretariado da OCDE (2013, 2014 e 2015);
- Drafts de Relatórios dos workshops temáticos: 1) *Exploring the Prospects for Marine Renewable Energy to 2030* e 3) *Offshore Oil and Gas: the New Frontiers* (2014);
- Draft de Relatório de Cenários “*The Future of the Ocean Economy: Exploring the prospects for emerging ocean industries to 2030*” (2014)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208151

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

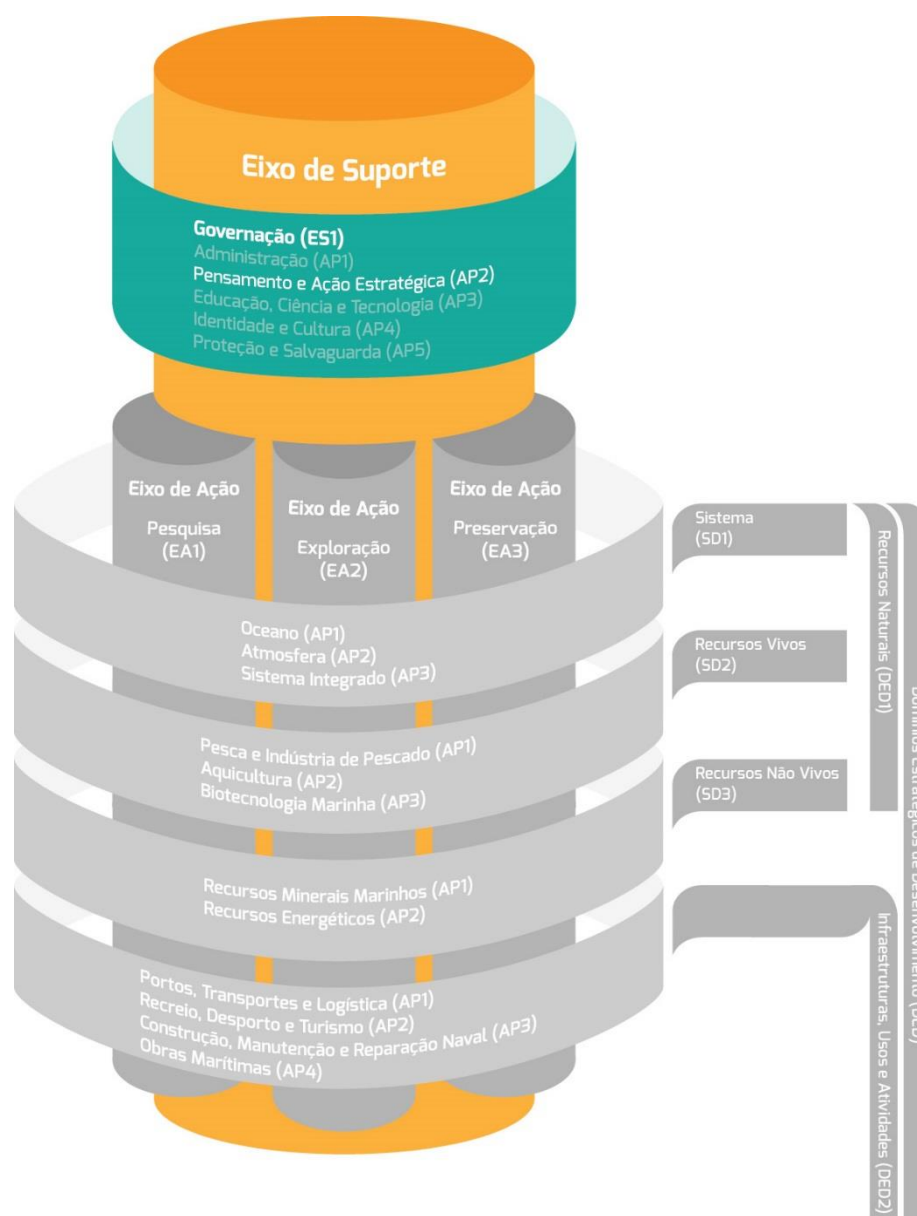
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

(NOVO) Estratégia de Segurança Marítima da UE



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia de Segurança Marítima da UE (ESMUE) (**NOVO**)

Objetivos

A Estratégia de Segurança Marítima da UE (ESMUE) reúne aspetos tanto internos como externos da segurança marítima da União contendo o seu Plano de Ação as seguintes vertentes:

VERTENTE 1: AÇÃO EXTERNA

- Trabalhar em prol de uma abordagem coordenada das questões de segurança marítima em fóruns internacionais e com países terceiros;
- Reforçar a visibilidade da UE no domínio marítimo a nível mundial;
- Em sintonia com a Estratégia Europeia de Segurança (EES), reforçar e apoiar as respostas regionais da UE no domínio marítimo mundial, nomeadamente fazendo o melhor uso possível das políticas existentes, garantindo a coerência com as políticas da UE, nomeadamente a Política Marítima Integrada (PMI), a Estratégia de Segurança Interna e as iniciativas ao abrigo da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).
- Com base na cooperação da UE existente, conduzir atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de segurança marítima com países terceiros e organizações regionais a fim de reforçar as suas capacidades nos seguintes domínios:
 - 1) governação marítima e Estado de direito, incluindo a justiça penal e a execução do direito marítimo;
 - 2) a segurança portuária e do transporte marítimo em conformidade com as normas internacionais acordadas;
 - 3) as capacidades para gerir as suas próprias fronteiras, e
 - 4) o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).
- Rever e, se necessário, reforçar a preparação da UE e dos Estados-Membros para futuras situações de emergência marítimas. Reforçar a preparação para futuras situações de emergência marítimas e integrar a segurança marítima na agenda da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) em estreita cooperação com todos os atores relevantes da UE, em sintonia com a abordagem abrangente da EU;
- Promover mecanismos de resolução de litígios de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), designadamente o Tribunal Internacional do Direito do Mar, nos diálogos políticos da UE com países terceiros e organizações internacionais;
- Promover, tanto no âmbito da OMI como do Grupo de Contacto para a Pirataria ao largo da Costa da Somália, a divulgação dos princípios da jurisdição exclusiva dos Estados de bandeira no alto mar, bem como a imunidade funcional do pessoal que exerce funções oficiais no mar.

VERTENTE 2: CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO MARÍTIMA, VIGILÂNCIA E PARTILHA DE INFORMAÇÕES

- Continuar a promover o ambiente comum de partilha de informações (CISE); Continuar a melhorar a cooperação intersetorial e a interoperabilidade a nível nacional e da UE no que diz respeito à vigilância marítima integrada, no âmbito das responsabilidades respetivas das autoridades do Estado-Membro e da EU; e Criar um "conhecimento da situação marítima" global a respeito da vigilância e segurança marítimas a fim de melhorar o alerta precoce e facilitar a resposta atempada, tendo em conta as prioridades regionais;
- Reforçar a cooperação transfronteiras e o intercâmbio de informações a fim de otimizar a vigilância do espaço marítimo da UE e das suas fronteiras marítimas;
- Assegurar a coordenação adequada entre as diversas iniciativas da UE de vigilância na UE e no domínio marítimo mundial. Apoiar a condução das missões e operações da PCSD no domínio marítimo mundial com os recursos de vigilância marítima da UE.

VERTENTE 3 : DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

- Identificar domínios e tecnologias de capacidades suscetíveis de beneficiar de investimento adicional, melhorar a harmonização para uma melhor interoperabilidade, normalização e certificação.
- Explorar as possibilidades de desenvolver capacidades polivalentes e de dupla utilização e explorar as opções para a sua utilização. Deste modo, assegurar que estas iniciativas contribuem para a capacidade de ação da UE e resultam em níveis inalterados ou superiores de investimento dos Estados-Membros na investigação e desenvolvimento de capacidades;
- Promover o reforço da partilha de boas práticas, a análise de riscos e informações sobre ameaças entre todas as instâncias pertinentes; Utilizar da melhor forma e criar sinergias entre informações, capacidades e sistemas geridos por autoridades civis e militares também para missões polivalentes e plurinacionais; e Promover iniciativas e projetos de mutualização e partilha, prosseguidos pelos Estados-Membros designadamente através da AED e de outros intervenientes pertinentes civis e militares; deverá ser

prosseguida a boa coordenação e o reforço mútuo com a NATO, a fim de assegurar a complementaridade e reforçar a coerência.

VERTENTE 4: GESTÃO DOS RISCOS, PROTEÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS MARÍTIMAS CRÍTICAS E RESPOSTA ÀS SITUAÇÕES DE CRISE

- Realizar análises de risco comuns a fim de estabelecer uma gestão partilhada dos riscos para a segurança marítima, tendo inclusivamente em conta a proteção do estatuto do meio marinho da EU;
- Tomar iniciativas para reforçar a cooperação transsetorial e a cooperação transfronteiras em matéria de resposta às crises marítimas e a planificação de emergência face a ameaças para a segurança bem definidas, tendo igualmente em conta a Decisão do Conselho relativa às regras de execução da cláusula de solidariedade;
- Avaliar a resiliência das infraestruturas de transportes marítimos às catástrofes naturais e provocadas pelo homem e às alterações climáticas; e Tomar medidas de adaptação adequadas, nomeadamente a partilha de boas práticas, a fim de atenuar os riscos relacionados com a segurança;
- Promover o entendimento mútuo a fim de aumentar a interoperabilidade entre os intervenientes na segurança marítima.

VERTENTE 5: INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA MARÍTIMA

- Agrupar as oportunidades de formação em segurança marítima disponíveis em módulos comuns de formação marítima; e Criar novas redes de desenvolvimento dos conhecimentos e competências no domínio da segurança marítima para os institutos, centros e academias civis e militares, e desenvolver as redes já existentes;
- Definir uma agenda civilo-militar para a investigação e inovação em apoio da segurança marítima, incluindo o desenvolvimento de capacidades polivalentes e de dupla utilização para apoiar as capacidades dos Estados-Membros; Promover as parcerias público-privadas para acelerar o desenvolvimento tecnológico. Criar uma rede de investigação e de parceiros para o desenvolvimento à escala mundial; e Promover a realização de exercícios conjuntos entre organismos.

A ESMUE, sempre que aplicável, é complementada, ou complementar, de Estratégias Europeias e respetivos Planos de Ação orientados para as mesmas regiões em situação de fragilidade, designadamente a Estratégia da UE para o Golfo da Guiné.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) - MNE

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)
- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)
- Direção-Geral de Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)

Ministério da Administração Interna (MAI)

Ministério da Justiça (MJ)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Outras Entidades

- - Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Formulação do documento da Estratégia;
2. Elaboração do Plano de Ação visando a realização de ações transetoriais de um modo abrangente e coordenado, integrando a segurança marítima nas políticas, estratégias e instrumentos da UE;

3. Implementação do Plano de Ação e respetiva monitorização coordenada pelo Grupo dos Amigos da Presidência e apoiadas pelas instâncias preparatórias do Conselho pertinentes de acordo com os respetivos papéis institucionais e domínios de especialização. A Comissão e a Alta Representante são convidadas a assegurar conjuntamente o seguimento do presente Plano de Ação por meio dos grupos de trabalho e de peritos existentes, quer na sua composição atual quer numa composição de mais alto-nível, tendo em conta as respetivas áreas de responsabilidade e competência. Deverão ser convidados a participar nessas reuniões os intervenientes relevantes a nível da UE e dos Estados-Membros (quer civis, quer militares).

Resultados Esperados

- Realização de ações transeitoriais de um modo abrangente e coordenado, integrando a segurança marítima nas políticas, estratégias e instrumentos da UE.

Calendarização

2014-2017

O Grupo dos Amigos da Presidência deverá reunir-se pelo menos uma vez por semestre, a partir de janeiro de 2015, a fim de avaliar os progressos realizados na aplicação do Plano de Ação e de contribuir para a formulação de orientações políticas.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento comunitário:
Instrumento de Estabilidade (Serviço de Ação Externa da UE)

Produtos concretizados

Comunicação Conjunta da ESMUE – Apresentada em junho de 2014
Plano da Ação da ESMUE – Aprovado em dezembro de 2014

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1208-P1208152

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

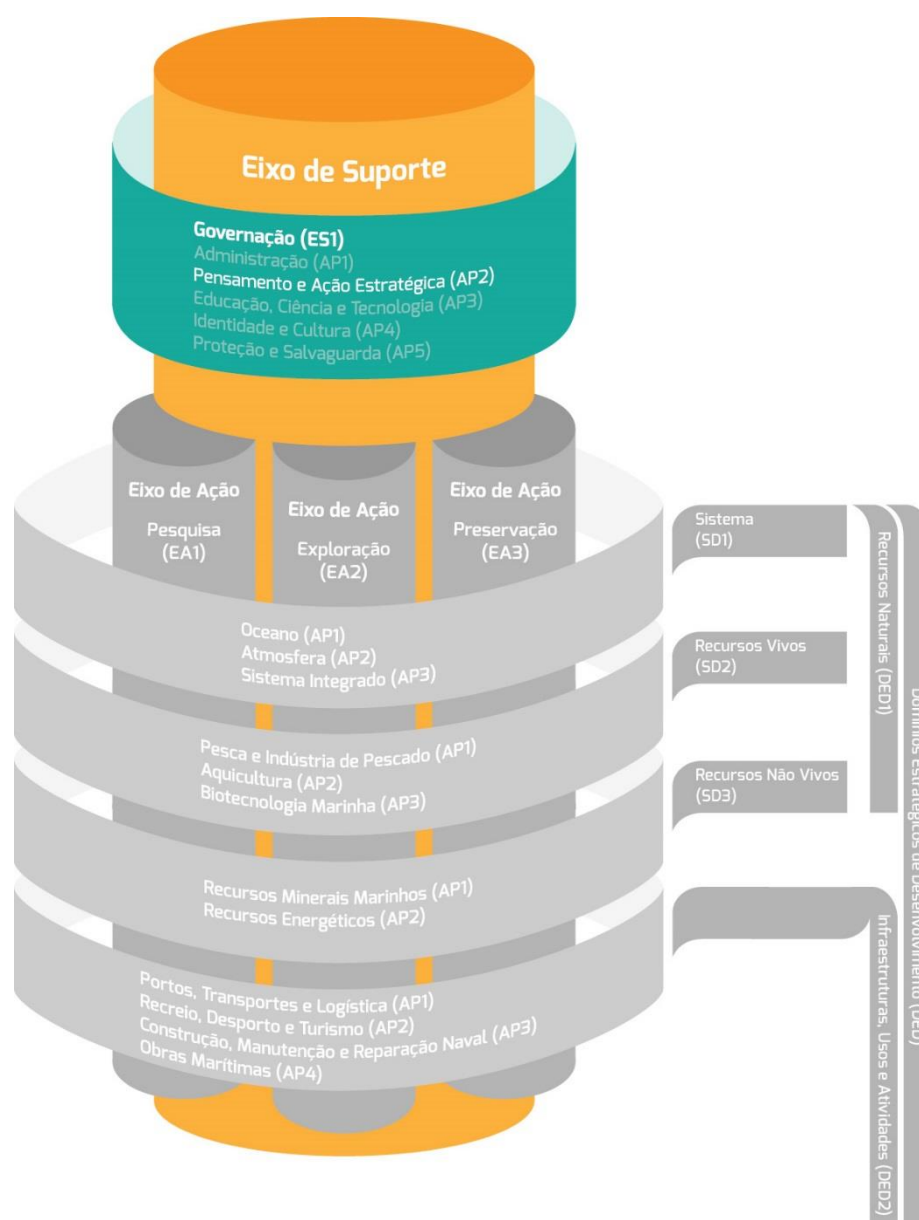
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

(NOVO) Cooperação Bilateral com Países Amigos – Cabo Verde



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação Bilateral com Países Amigos – Cabo Verde (**NOVO**)

Objetivos

- Promover uma cooperação integrada na área do Mar, entre Portugal e Cabo Verde, no domínio da economia marítima

A equipa técnica especializada deste projeto enquadra-se na estrutura da Comissão Permanente Luso/Cabo-Verdiana. A respetiva missão está em linha com o estipulado no ponto 28. Da Declaração Conjunta da II Cimeira Portugal – Cabo Verde e faz o enfoque na identificação de áreas de potencial de cooperação no domínio da economia marítima.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM

Entidades Participantes – Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- DocaPesca
- Gabinete de Prevenção e de Investigação dos Acidentes Marítimos (GPIAM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

Escola Superior Náutica Infante D. Henrique

Entidades que acompanham o projeto

- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP/MAM)
- AICEP
- Direção-Geral de Política Externa (DGPE/MNE)

Tarefas

- Identificar e estudar potencialidade de cooperação no domínio da Economia Marítima, enquanto contributo pela parte portuguesa para o Grupo de Trabalho no Domínio da Economia Marítima, previsto na Comissão Permanente Luso/Cabo-Verdiana
- Desenvolver e monitorizar os projetos e ações acordadas no contexto da Comissão Permanente Luso/Cabo-Verdiana, no que se refere ao Domínio da Economia Marítima
- Preparar contributos para futuro PIC PT – CV
- Estudar eventuais necessidades de financiamento alternativas ao orçamento próprio das instituições que desenvolvem os projetos e/ou ações

Resultados Esperados

- Plano Anual de Ação para 2015 (Conjunto PT/CV)
- Documento de Identificação de Potencialidades de Cooperação no Domínio da Economia do Mar (Conjunto PT/CV)
- Revisão do Plano Anual de Ação
- Relatório anual de monitorização da implementação do Plano Anual de Ação

Calendarização

2014

- Apoio à Cimeira PT/CV e produção de documentação para validação pela Comissão Bilateral Permanente
- Elaboração do Plano Anual de Ação para 2015, em conjunto com CV
- Elaboração do Documento de Identificação de Potencialidades de Cooperação no Domínio da Economia do Mar, em conjunto com CV

2015

- Implementação do Plano Anual de Ação para 2015 e respetiva monitorização
- Revisão do Plano Anual e elaboração de proposta dos trabalhos para 2016
- Apoio ao Camões I.P. no que se refere ao PIC PT – CV

2016-2020

- Continuação da cooperação PT/CV e da implementação de projetos acordados bilateralmente

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Outras fontes:

Em estudo

Produtos concretizados

2014

- Plano Anual de Ação (2015)
- Documento de Identificação de Potencialidades de Cooperação no Domínio da Economia do Mar

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1208-P1208154

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

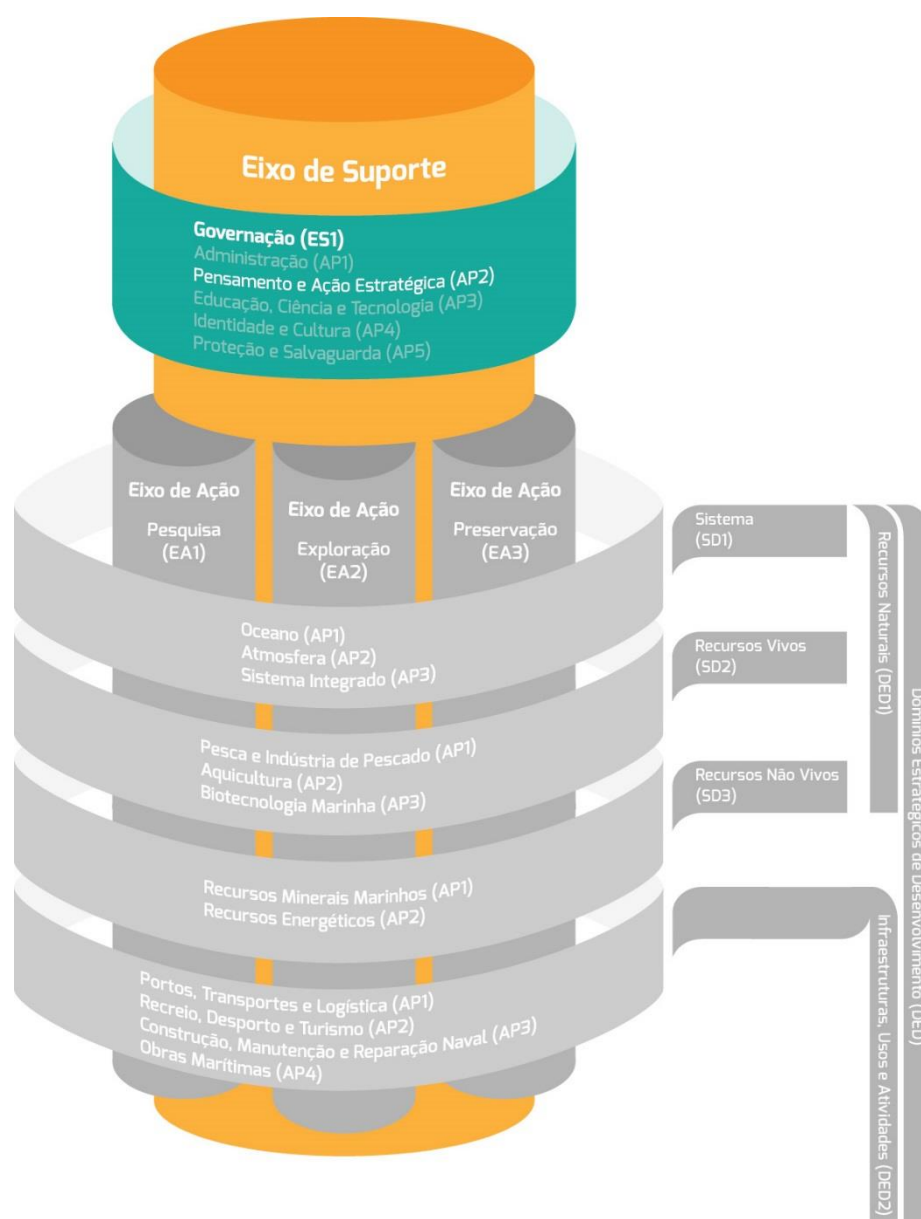
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

(NOVO) Nações Unidas - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Nações Unidas - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (**NOVO**)

Objetivos

Desenvolver pensamento Nacional para apoio às negociações no plano europeu e das Nações Unidas no que se refere à Agenda pós-2015, nomeadamente no que se refere ao estabelecimento de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável de aplicação Universal e definição do modelo de financiamento do Desenvolvimento, na área dos Oceanos.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar – MAM, em articulação com o Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Outras entidades:

Podem vir a ser identificadas outras entidades com o desenrolar das negociações e durante o processo de implementação da monitorização dos indicadores de desenvolvimento sustentável.

Tarefas

Discussão interna das temáticas em negociação e preparação de propostas de posição nacional na área dos Oceanos

Resultados Esperados

- Contributos articulados na área dos Oceanos para apoio às negociações
- Garantia dos trabalhos conducentes à implementação dos indicadores de desenvolvimento sustentável na área dos Oceanos, em Portugal, em articulação coma monitorização dos objetivos estratégicos da ENM 2013-2020

Calendarização

2013-2014

- Preparação de contributos diversos
- Apoio á preparação do “Documento de Posição Nacional sobre a Agenda pós 2015”, na área dos Oceanos

2015

- Preparação de contributos diversos para apoio às negociações
- Apoio à Cimeira que adoptará a agenda pós-2015
- Trabalhos de acompanhamento em Portugal dos indicadores relativos aos objetivos de desenvolvimento sustentável na área dos Oceanos que vierem a ser adoptados internacionalmente,

2015- 2020

- Finalização dos trabalhos de acompanhamento em Portugal dos indicadores relativos aos objetivos de desenvolvimento sustentável na área dos Oceanos que vierem a ser adoptados internacionalmente

Monitorização dos indicadores de desenvolvimento sustentável na área dos Oceanos, que vierem a ser adoptados internacionalmente, em Portugal, em articulação com o projeto do PMP “SEAMind – Indicadores e Monitorização”

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE – Orçamento de funcionamento das instituições envolvidas

Produtos concretizados

Proposta para “Documento de Posição Nacional sobre a Agenda pós 2015”, na área dos Oceanos (documento interno)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1208-P1208157

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

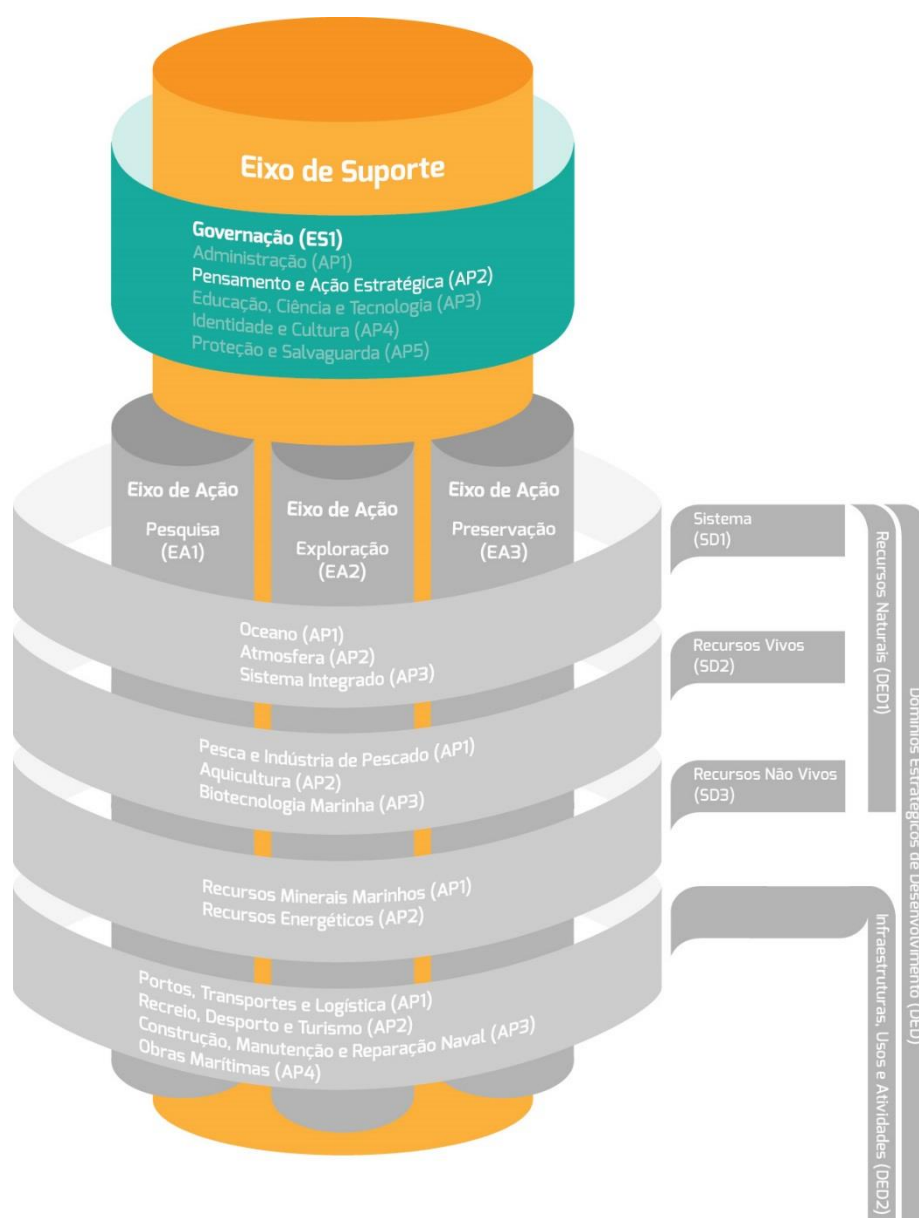
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

(NOVO) União Europeia (Ação Externa) – Declaração de Galway (UE-EUA-Canadá)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Europeia (Ação Externa) – Declaração de Galway (UE-EUA-Canadá) (**NOVO**)

Objetivos

- Prosseguir com uma visão partilhada sobre um Oceano Atlântico que é saudável, resiliente, seguro, produtivo, compreendido e estimado de modo a promover o bem-estar, a prosperidade e a segurança da atual e das futuras gerações;
- Aumentar, através da cooperação entre os parceiros, o conhecimento do Oceano Atlântico e os seus sistemas dinâmicos – incluindo as interligações com a região do Ártico que faz fronteira com o Atlântico – através da convergência de esforços para a observação oceânica para melhorar o estado ambiental do oceano e o seu tratamento, e promover a gestão sustentável dos seus recursos. A observação é fundamental para a compreensão do Oceano e a previsão naquele meio. As atividades podem incluir os esforços para melhorar a coordenação da partilha de informação, a interoperabilidade e coordenação das infraestruturas de observação e o mapeamento do leito marinho e dos habitats;
- Promover a compreensão acerca do valor do Oceano Atlântico junto dos cidadãos, através da promoção da literacia do mar em seu redor. Tal inclui a explicação acerca da forma como os resultados dos esforços da ciência e da observação sobre o Oceano procuram dar tratamento às questões prementes enfrentadas pelos cidadãos, o ambiente e o mundo, e a promoção da compreensão pública acerca do valor do Oceano Atlântico;
- Envolver representantes dos parceiros nacionais, a Comissão Europeia, do setor privado e da comunidade científica para prosseguir os esforços comuns, aproveitando o valor das parcerias público-privadas;
- Reforçar os esforços internacionais para promover o conhecimento comum sobre o Oceano, incluindo o “World Ocean Assessment”.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM (em articulação com a Comissão Europeia – DG-RDI/DG-MARE)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Plataforma de Stakeholders internacionais envolvendo:

- CE/DG-RDI;
- CE/DG-MARE;
- ESA;
- NOAA, dos EUA;
- NASA, dos EUA;
- NSF, dos EUA;
- DFO, do Canadá;
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), de Portugal;
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), de Portugal;
- IFREMER, de França;
- KDM, da Alemanha;
- GEOMAR, da Alemanha;
- *Marine Institute*, da Irlanda;
- PLOCAN, de Espanha;
- IMR, da Noruega;
- IOC-UNESCO;
- ICES;
- JPI-Oceans;
- *World Ocean Council (WOC)*.

Entidade Coordenadora dos Stakeholders por parte da UE:
DG-RDI

Entidade Coordenadora dos Stakeholders por parte dos EUA:
NOAA

Entidade Coordenadora dos Stakeholders por parte do Canadá:
DFO

Tarefas

1. Fazer o inventário das molduras de cooperação bilateral existentes relacionadas com ciência e tecnologia (ex. *US-EU Science and Technology Joint Consultive Group* e a *Canada-EU Science and Technology Joint Coordinating Committee*) e da cooperação multilateral, e fazer uso devido das mesmas, incluindo as relacionadas com as iniciativas de observação do Oceano e de literacia do mar;
2. Recomendar prioridades futuras para cooperação;
3. Coordenar o planeamento e a programação das atividades relevantes nestas áreas, incluindo a promoção da mobilidade dos investigadores.

Resultados Esperados

- Benefícios mútuos incluindo melhores avaliações e previsões sobre o ecossistema, uma compreensão mais profunda acerca das vulnerabilidades e riscos, incluindo os relacionados com o sistema climático global e os impactos das alterações climáticas;
- A criação de novas ferramentas para aumentar a resiliência, conservar a riqueza da biodiversidade, gerir os riscos e determinar as prioridades sociais, ambientais e económicas.

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento comunitário:

Horizonte 2020 (BG13 e 14)

FEDER - Programa Espaço Atlântico (numa lógica de complementaridade)

LIFE+ (numa lógica de complementaridade)

“PO s do “Portugal 2020” (numa lógica de complementaridade)

Financiamento de Cooperação

MFEEE 2009-2014 (PT02) (numa lógica de complementaridade)

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Acção Estratégica

Efeito(s)

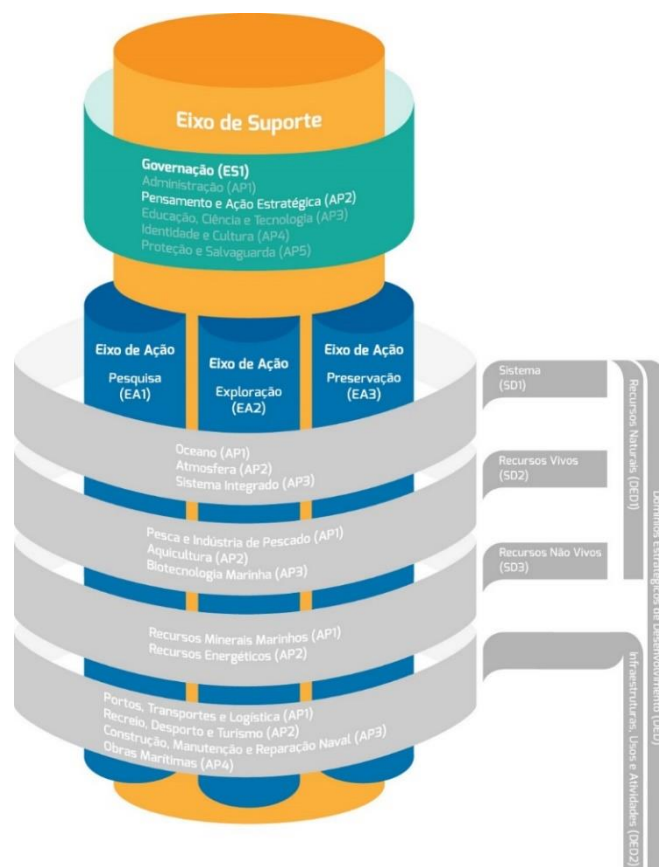
#1 – Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das acções implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

#2 - Lei do Mar atualizada com os limites das zonas marítimas nacionais que decorrerão do reconhecimento da plataforma continental estendida, Pela Comissão de Limites das Nações Unidas, e com a correspondente atribuição de competências no quadro do exercício da autoridade do Estado no mar.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional	
	Estratégia Nacional para o Mar
	Extensão da Plataforma Continental (integra o P1208028 - Nações Unidas – Extensão da Plataforma Continental (ex-Nações Unidas))
	Linhas de Base de Portugal
	Plano Estratégico Nacional de Segurança Marítima 2014-2020
	Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-2020
	Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-2020
	Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-2020
	Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos - Recursos Minerais (veio da veio da Área Programática Recursos Minerais Marinhos, Programa de Ação Recursos Geológicos)
	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (veio da Área Programática Recursos Energéticos, Programa de Ação Energia Renovável Marinha)
	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (veio da Área Programática Recursos Energéticos, Programa de Ação Energia Renovável Marinha)
	(NOVO) Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020 - ENEI
	(NOVO) Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)
	(NOVO) Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PET3+)



Programa de Ação

Nacional

P1209034 - Estratégia Nacional para o Mar
P1209035 - Extensão da Plataforma Continental (**integra o P1208028 - Nações Unidas – Extensão da Plataforma Continental (ex-Nações Unidas)**)
P1209036 - Linhas de Base de Portugal
P1209037 - Plano Estratégico Nacional de Segurança Marítima 2014-2020
P1209038 - Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-2020
P1209039 - Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-2020
P1209040 - Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-2020
P1209119 - Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos - Recursos Minerais (**veio da Área Programática Recursos Minerais Marinhos, Programa de Ação Recursos Geológicos**)
P1209120 - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (**veio da Área Programática Recursos Energéticos, Programa de Ação Energia Renovável Marinha**)
P1209121 - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (**veio da Área Programática Recursos Energéticos, Programa de Ação Energia Renovável Marinha**)
P1209148 - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020 – ENEI (**NOVO**)
P1209155 - Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (**NOVO**)
P1209156 - Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PET3+) (**NOVO**)

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos.
- Promover a pesquisa, disponibilidade de serviços de monitorização e avaliação de riscos, e ativação de medidas de preservação, envolvendo o conjunto das interações no Oceano.

Desenvolvimento: Prevê-se como efeito contribuir para uma cooperação científica que promova parcerias entre os principais parceiros, públicos e privados.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)

- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões I.P.)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Administração Interna (MAI)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério dos Assuntos Parlamentares (MAP)

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

- Direção-Geral das Actividades Económicas (DGAE)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Direção-Geral do Território (DGT)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Centros de Investigação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Enriquecimento da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Treino de estudantes universitários da área da geologia, geofísica, hidrografia, biologia e direito do mar, em laboratório e gabinete, através de *workshops* dedicados, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas e durante as reuniões e conferências internacionais sobre o processo de extensão da plataforma continental;
- Sensibilização nacional para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Afirmção internacional de Portugal, no âmbito do processo de extensão da plataforma continental;
- Determinação da linha de costa para efeitos de determinação dos pontos de apoio das linhas de base;
- Aperfeiçoamento do conhecimento e das estratégias nacionais para os setores da pesca, aquicultura e portos, num contexto nacional.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:

FEAMP, Horizon 2020 (a identificar)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209034

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

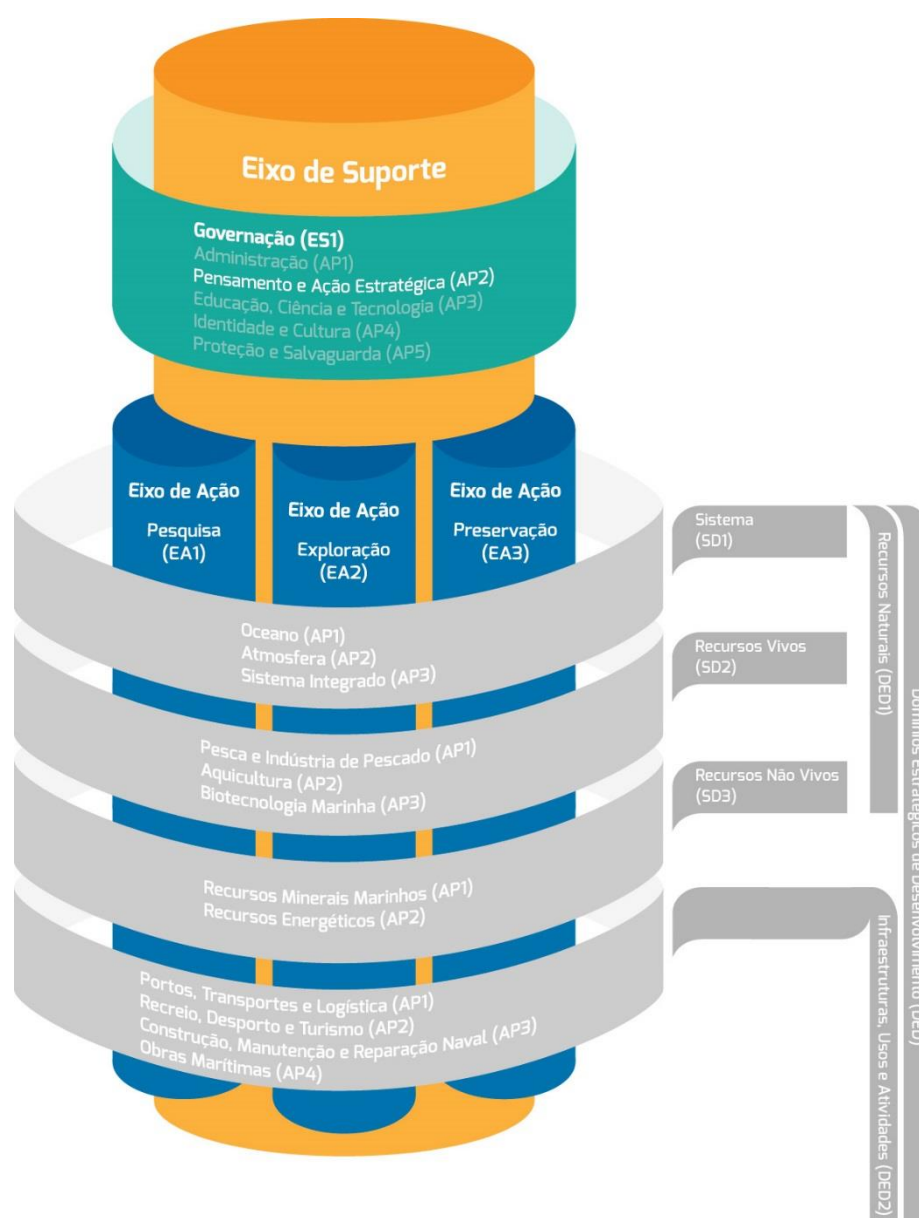
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Estatégia Nacional para o Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Nacional para o Mar

Objetivos

- Garantir a implementação e o funcionamento eficaz e eficiente do modelo de desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), incluindo as ações de monitorização da concretização e dos resultados desta Estratégia.

Desenvolvimento: A ENM, orientada para o crescimento azul, em alinhamento com os objectivos da Estratégia Europa 2020, será implementada segundo um modelo de intervenção que prevê a definição de prioridades de ação numa plena articulação das políticas públicas.

A atuação será realizada a vários níveis geográficos (internacional, nacional, regional ou local), a nível público e privado, numa intervenção que se pretende sustentável e que, portanto, envolverá uma atuação simultânea segundo os eixos da pesquisa, da exploração e da preservação, em cada um dos domínios considerados estratégicos para o desenvolvimento.

A moldura de intervenção deverá ser garantida a dois planos distintos: a) o alinhamento entre os agentes públicos e privados, e assim, entre as políticas públicas e as oportunidades de concretização do potencial do Mar-Portugal; b) a priorização e coordenação na definição das políticas públicas para o Oceano, ao nível da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), e da respetiva concretização pelas tutelas, de uma forma concertada.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) (coordenação do projeto) - com o suporte técnico da Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar:

Primeiro-Ministro

e pelos membros do Governo responsáveis pelas seguintes áreas:

Finanças;
Negócios Estrangeiros;
Defesa Nacional;
Administração Interna;
Justiça;
Cultura;
Juventude e Desporto;
Desenvolvimento Regional;
Economia;
Portos e Transportes Marítimos;
Ambiente e Ordenamento do Território;
Energia;
Mar;
Saúde;
Educação e Ciência;
Emprego;
Solidariedade e Segurança Social.

Outros membros do Governo que venham a ser convocados por indicação do Primeiro-Ministro

Em articulação com as instituições da orgânica das tutelas que intervenham na CIAM, com atuação a nível nacional, regional ou local.

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Representantes dos sectores da economia do mar e outras organizações não governamentais

- Academia, laboratórios ou outras instituições privadas vocacionadas para a ciência e a inovação no Oceano
- Agentes económicos, ou outros, que desenvolvam projectos e outras acções que se enquadrem no Plano Mar Portugal

Tarefas

1. Preparação das reuniões da CIAM e apoio à actividade desta Comissão;
2. Compilação de informação relevante para apoio à reflexão estratégica da CIAM;
3. Promover a participação da sociedade civil no debate dos temas estratégicos;
4. Garantir uma Base de Dados de atores no espaço Mar-Portugal, públicos e privados, representantes sectoriais ou outros, no garante da facilitação do diálogo.

Resultados Esperados

- Regular funcionamento da CIAM;
- Pontos de situação da concretização dos projectos do Plano Mar-Portugal;
- Pontos de situação da monitorização de apoio à Estratégia Nacional para o Mar para suporte à decisão;
- Pontos de situação da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas.

Calendarização

2013 e anos subsequentes

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

Patrocínios

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209035

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

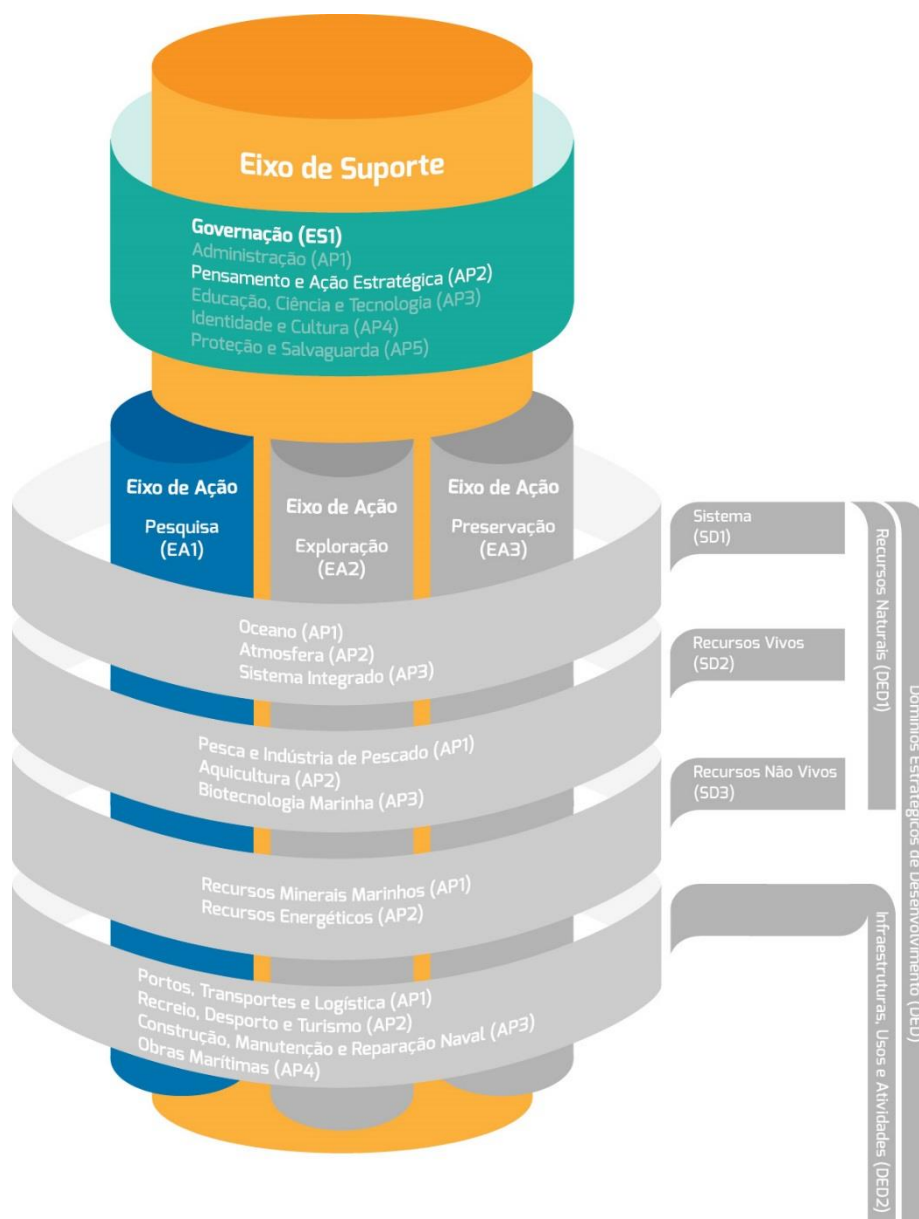
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Extensão da Plataforma Continental (integra o **P1208028** - Nações Unidas – Extensão da Plataforma Continental (ex-Nações Unidas))



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Extensão da Plataforma Continental (**integra o P1208028 - Nações Unidas – Extensão da Plataforma Continental (ex-Nações Unidas)**)

Objetivos

- Consolidar a posição nacional fundamentada nas matérias relacionadas com o processo de extensão da plataforma continental e com os fundos marinhos e seus recursos;
- Acompanhar o desenvolvimento do processo de extensão da plataforma continental nas reuniões sobre os Oceanos nas Nações Unidas;
- Acompanhar e analisar os processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Promover a prospeção de recursos naturais marinhos no âmbito dos projetos a levar a cabo pela EMEPC, nomeadamente nos cruzeiros científicos realizados no quadro do Projeto de Extensão da Plataforma Continental;
- Dar apoio na preparação de propostas de extensão da plataforma continental dos Estados com os quais o Governo Português venha a estabelecer acordos de cooperação neste domínio;
- Manter e atualizar a estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base do sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;
- Promover o desenvolvimento de projetos de I&D orientados para a exploração dos dados e informação obtidos na execução do projeto de extensão da plataforma continental;
- Desenvolver a capacidade tecnológica nacional no âmbito do mar profundo;
- Reforçar o corpo científico nacional promovendo a realização de programas de doutoramento diretamente relacionados com o projecto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Promover a participação de jovens estudantes e investigadores nos projectos promovidos pela EMEPC, nomeadamente através da sua participação nos cruzeiros científicos a realizar para o efeito como contribuição para o esforço nacional de regresso ao oceano.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Marinha Portuguesa

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – Coordenação

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação

Tarefas

1. Realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, quer na cartografia dos fundos marinhos, quer na caracterização dos recursos naturais existentes na plataforma continental;
2. Atualização da informação para a defesa da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
3. Cooperação com outras áreas científicas, nomeadamente Oceanografia e Ecologia, para dar resposta a compromissos internacionais, e robótica e veículos e instrumentos submarinos, para potenciar a capacidade nacional de intervenção no Mar;
4. Participação na reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
5. Acompanhamento e análise dos processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
6. Prestação de apoio na preparação de propostas de extensão da plataforma continental dos Estados com os quais o Governo Português venha a estabelecer acordos de cooperação neste domínio;

7. Acompanhamento e análise da implementação a nível dos outros Estados do disposto no artigo 77º da Convenção, relativo aos direitos sobre os recursos da plataforma continental;
8. Apoio a projetos de investigação diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
9. Divulgação do projeto português, resultados e desenvolvimentos, através da realização de palestras e participação em conferências internacionais;
10. Desenvolvimento de ações de cooperação com outras instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração;
11. Participação nos *fora* internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito da Autoridade Internacional sobre os Fundos Marinhos.

Resultados Esperados

- Melhor caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Treino de estudantes universitários da área da geologia, geofísica, hidrografia, biologia e direito do mar, em particular, através de *workshops* dedicados e, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas;
- Sensibilização nacional para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Afirmação internacional de Portugal, no âmbito do processo de extensão da plataforma continental;
- Melhor caracterização e conhecimento do desenvolvimento do processo de extensão da plataforma continental e do exercício de direitos ao abrigo do previsto no artigo 77º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Calendarização

2013 - 2018:

- Realização de Campanhas Oceanográficas de recolha de dados de geologia, geofísica e hidrografia;
- Processamento dos dados recolhidos;
- Atualização da informação para a defesa da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Análise das propostas já apresentadas e das recomendações emitidas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Avaliação das conclusões da Assembleia dos Estados Partes e dos trabalhos na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, em face dos direitos dos Estados relativamente aos seus recursos e do processo de Extensão da Plataforma Continental em curso.
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental;
- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização nacional para esta oportunidade;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos.

2014 - 2017:

- Apresentação dos resultados deste projeto em conferências nacionais e internacionais.

2018:

- Edição de uma publicação com a atualização da avaliação do desenvolvimento deste projeto.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE 16.814.666,70€ (orçamento EMEPC – constitui, igualmente, base de suporte a outros projetos)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 2.314.666,70€
- 2014: 3.500.000,00€
- 2015: 3.500.000,00€
- 2016: 3.500.000,00€
- 2017: 2.500.000,00€
- 2018: 1.500.000,00€

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209036

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

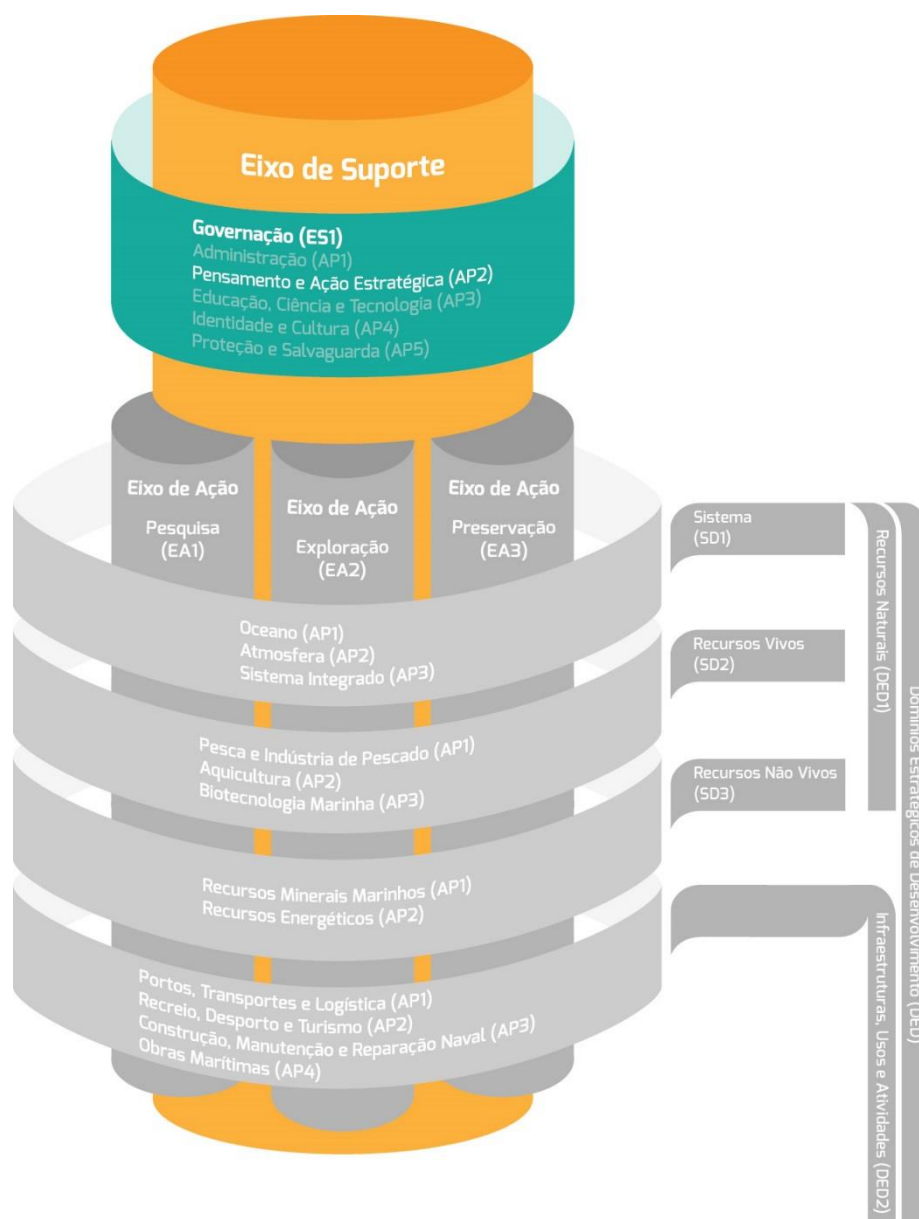
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Linhas de Base de Portugal



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Linhas de Base de Portugal

Objetivos

- Determinar a linha de costa relativa ao plano do Zero Hidrográfico para efeitos de determinação dos pontos de apoio das linhas de base reta;
- Determinar a linha de costa relativa ao nível médio do mar;
- Determinação da linha de costa correspondente ao plano da máxima preia-mar de águas vivas equinociais para definição do limite do leito das águas do mar.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral do Território (DGT)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação

Tarefas

1. Coligir a informação existente a nível nacional relativa à região intertidal;
2. Georreferenciação da informação nos sistemas de referência oficiais de Portugal Continental e Regiões Autónomas;
3. Construção dos modelos numéricos do terreno na região intertidal;
4. Extração da linha de costa;
5. Definição dos pontos de apoio das linhas de base reta oficiais considerando os sistemas de referência oficiais em vigor;
6. Atualização e publicação do sistema de linhas de base reta revisto para Portugal.

Resultados Esperados

- Obtenção de uma linha de costa de referência oficial para Portugal para servir os diversos propósitos da espacialização do uso e gestão do mar;
- Atualização do Decreto-Lei que define o sistema de linhas de base reta de Portugal quer no âmbito dos sistemas de georreferenciação em vigor, quer na exatidão espacial dos seus pontos de apoio.

Calendarização

2013-2014

Tarefas 1 a 6

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

-Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014: 100.000,00€

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209148

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

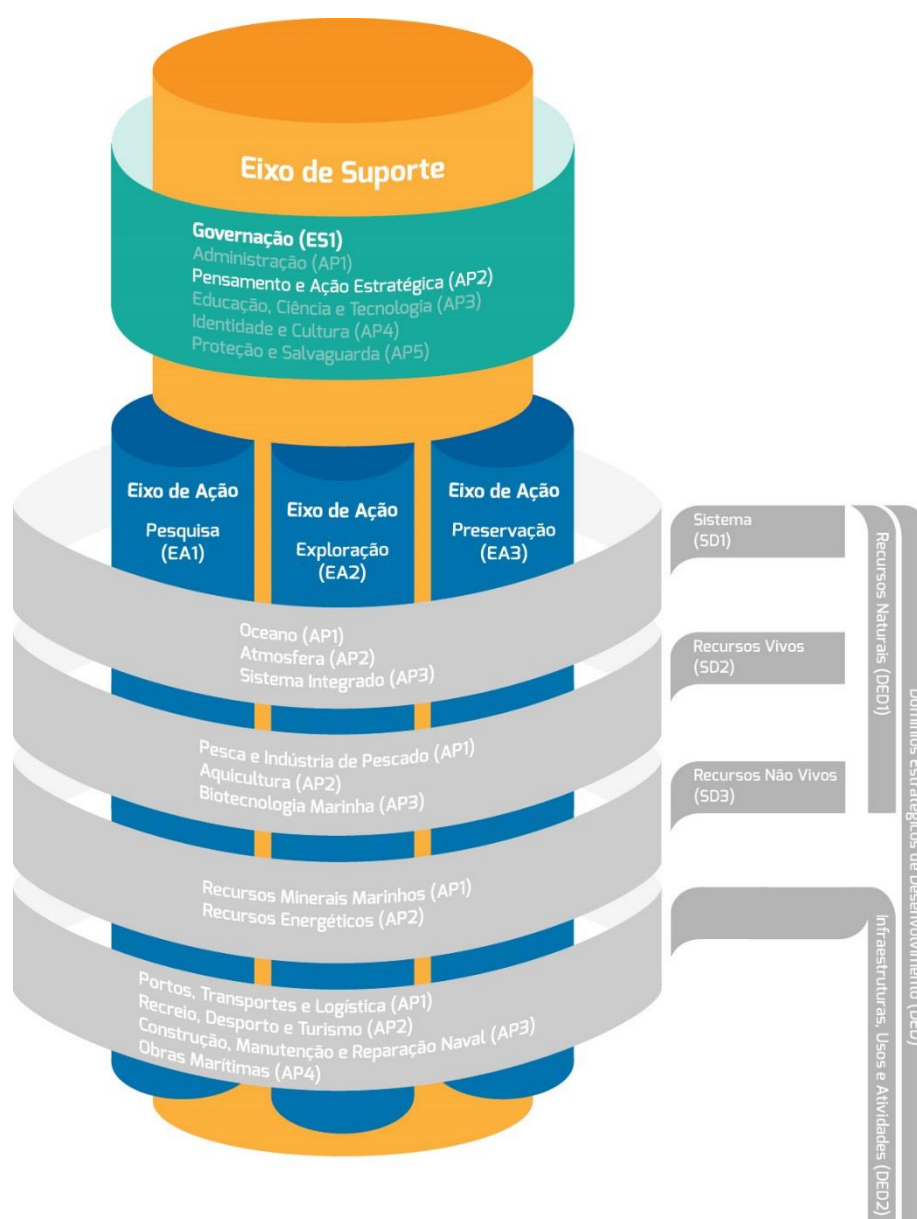
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

(NOVO) Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020 - ENEI



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020 – ENEI (**NOVO**)

Objetivos

O alinhamento dos assuntos do Mar com a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, tanto ao nível das prioridades temáticas, como das políticas (*policy-mix*) e do modelo de governação que compreende a participação cruzada do nível regional com o nível nacional e vice-versa.

Nota:

A Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente visa identificar as grandes apostas em torno das quais o investimento na Investigação e Inovação deverá ser direcionado no período 2014-2020, maximizando os benefícios de uma intervenção coordenada nos diferentes espaços de interligação com que o Sistema Nacional de Investigação e Inovação (SI&I).

A Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente é crucial para o financiamento público da investigação e inovação em Portugal por se constituir como condicionalidade *ex ante* do Acordo de Parceria para as prioridades de investimento em investigação e inovação.

Entidade Coordenadora

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) - MEC

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)
- Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC)

Tarefas

1. Realizar o evento “Investigar, Investir e Inovar no Mar português; workshop de reflexão estratégica”
2. Desenvolvimento dos conteúdos (área temática) Mar na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
3. Desenvolvimento da metodologia de motorização em articulação com o *Projeto SEAMInd de Indicadores de apoio à Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar (ENM) (2013-2020) numa perspetiva de Desenvolvimento Sustentável*

Resultados Esperados

Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente com uma explícita e forte componente Mar

Calendarização

2013 – 4 de Novembro, 2013 - Escola Superior Náutica Infante D. Henrique

2014 – Lançamento estratégia: Novembro de 2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE

Financiamento comunitário:
FEEI

Produtos concretizados

1. “Investigar, Investir e Inovar no Mar português; workshop de reflexão estratégica”
2. Conteúdos Mar na Especialização Inteligente com uma explícita e forte componente Mar

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-1209155

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

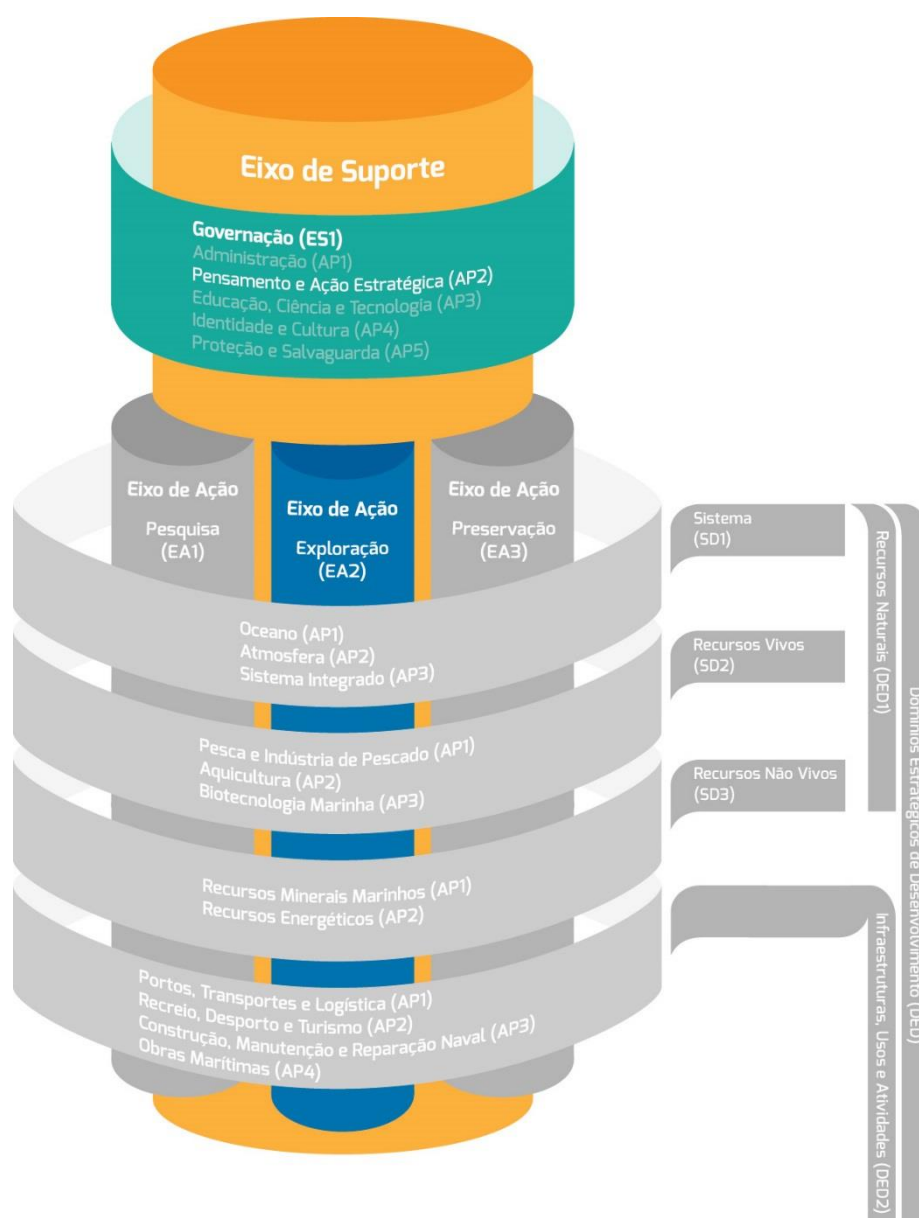
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

Objetivos

- Desenvolvimento da náutica nas vertentes de recreio, educação, desporto e turismo, e o respetivo respaldo económico, integrando uma rede de apoios náuticos em zonas estratégicas do país, com forte intervenção territorial e incluindo plataformas de construção e comercialização e assistência de meios e equipamentos.
- Desenvolvimento do Turismo Marítimo (Cruzeiros) e implementação de um projeto para captação de cruzeiros (Cruise Portugal).
- Desenvolvimento de outros produtos (Sol e Mar, Turismo de Saúde) e projeto (Estágios Desportivos) turísticos

Na revisão do PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo para o período de 2013-2015, consagrada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril, está identificada a estratégia de desenvolvimento para os produtos turísticos e os projetos estratégicos com ligação ao Mar que deverá estar refletida na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.

Os produtos turísticos e os projetos estratégicos são o Sol e Mar, o Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo marítimo (Cruzeiros) e Estágios Desportivos.

Entidade Coordenadora

Secretaria de Estado do Turismo (SET) - ME

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Autoridade Marítima Nacional (AMN)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Saúde (MS)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto.

Tarefas

1. Identificar e concessionar praias com boas condições para a prática de surfing;
2. Promover a adoção de boas práticas de gestão e a implementação de programas de certificação internacional nas marinas e portos de recreio;
3. Estimular o desenvolvimento da fileira de atividades náuticas no respeito pela capacidade de carga e proteção da orla costeira;

4. Estruturar e promover calendário de eventos náuticos com projeção internacional.
5. Identificar e promover os portos com condições favoráveis à captação de cruzeiros;
6. Estimular a melhoria contínua das infraestruturas terrestres e acessibilidades marítimas;
7. Promover a adoção de procedimentos harmonizados e simplificados na ligação porto/ aeroporto (operações de embarque e desembarque de passageiros);
8. Continuar e incrementar a aposta na simplificação e agilização da atuação das diversas autoridades intervenientes (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Autoridade Tributária e Aduaneira, Autoridade Marítima, Sanidade e Autoridade Portuária);
9. Melhorar as condições de acolhimento, informação e mobilidade em terra aos passageiros de cruzeiros (criar percursos mais rápidos para os autocarros de turismo, disciplinar a oferta de serviços de táxis);
10. Crescer no segmento das operações de embarque e desembarque (turnaround), ainda que na modalidade parcial (interporting, i.e., portos de escala e simultaneamente de embarque e desembarque);
11. Lançar, no âmbito da reforma geral do setor portuário prevista no Plano Estratégico dos Transportes, novas concessões para terminais de cruzeiros e melhorar as existentes, num contexto global de reformulação da sua envolvente portuária e seu enquadramento no respetivo espaço urbano;
12. Reduzir os custos da fatura portuária aplicável aos navios de passageiros, assegurando que as respetivas taxas são competitivas;
13. Divulgar a oferta do destino/ portos junto dos agentes do setor e do consumidor final, através do desenvolvimento de conteúdos e sua disponibilização, sobretudo na Internet;
14. Realizar ações de promoção e incentivo à venda do destino/ portos, dirigidas aos agentes do setor (companhias de cruzeiro, agentes que organizam as excursões em terra, agentes de viagens, etc.);
15. Incrementar a qualidade ambiental e a acessibilidade das praias e das áreas envolventes;
16. Desenvolver um programa integrado de revitalização do Algarve para torná-lo num destino de excelência de sol e mar;
17. Melhorar as condições de turismo acessível ao nível de infraestruturas, equipamentos e serviços;
18. Organizar a oferta de talassoterapia com vista a potenciar esses serviços em articulação com o turismo médico;
19. Melhorar a envolvente paisagística dos centros de bem-estar sobretudo em zonas com unidades termais;
20. Melhorar as condições de turismo acessível ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços;
21. Reforçar a adoção de programas de certificação internacional pelos centros de talassoterapia;
22. Qualificar os serviços turísticos complementares (alojamento, atividades e agências de viagens) para melhor responder às necessidades dos clientes do turismo de saúde e seus acompanhantes;
23. Desenvolver um portal de promoção e comercialização da oferta integrada de turismo de saúde (componentes médica, termal, spas e talassoterapia);
24. Desenvolver um plano de promoção do produto turismo de saúde (componentes médica, termal, spas e talassoterapia) para o Destino Portugal;
25. Proceder ao levantamento e caracterização das infraestruturas desportivas, da oferta hoteleira e serviços turísticos complementares;
26. Identificar os mercados potenciais, caracterizar o perfil de procura e os canais de comunicação/distribuição;
27. Apostar na simplificação e agilização da atuação das diversas autoridades intervenientes;
28. Divulgar a oferta do destino junto dos agentes e mercados alvo, através do desenvolvimento de conteúdos e sua disponibilização, sobretudo na Internet;
29. Estimular a criação de uma equipa de captação de estúgios desportivos para dinamizar a prospeção de oportunidades e promoção do destino.

Resultados Esperados

- Desenvolver o turismo náutico através da oferta de atividades náuticas, nomeadamente vela e surfing, e da qualificação dos agentes;
- Desenvolver o turismo marítimo (Cruzeiros) e implementar um projeto de captação de cruzeiros (Cruise Portugal);
- Qualificar o produto, através da melhoria dos recursos e da integração com ofertas complementares, alargando os serviços associados, de modo a enriquecer a proposta de valor;
- Afirmar o turismo médico como um fator diferenciador da oferta do Destino Portugal, complementado com os serviços de termalismo e bem-estar e enriquecido com os restantes serviços turísticos;
- Afirmar de Portugal como destino de acolhimento de atletas de alta competição.

Calendarização

2013-2015 (em fase de planeamento e em execução).

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
Orçamento do Estado

Produtos concretizados:

Os produtos turísticos e os projetos estratégicos em desenvolvimento são o Sol e Mar, o Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo marítimo (Cruzeiros) e Estágios Desportivos

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-1209156

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

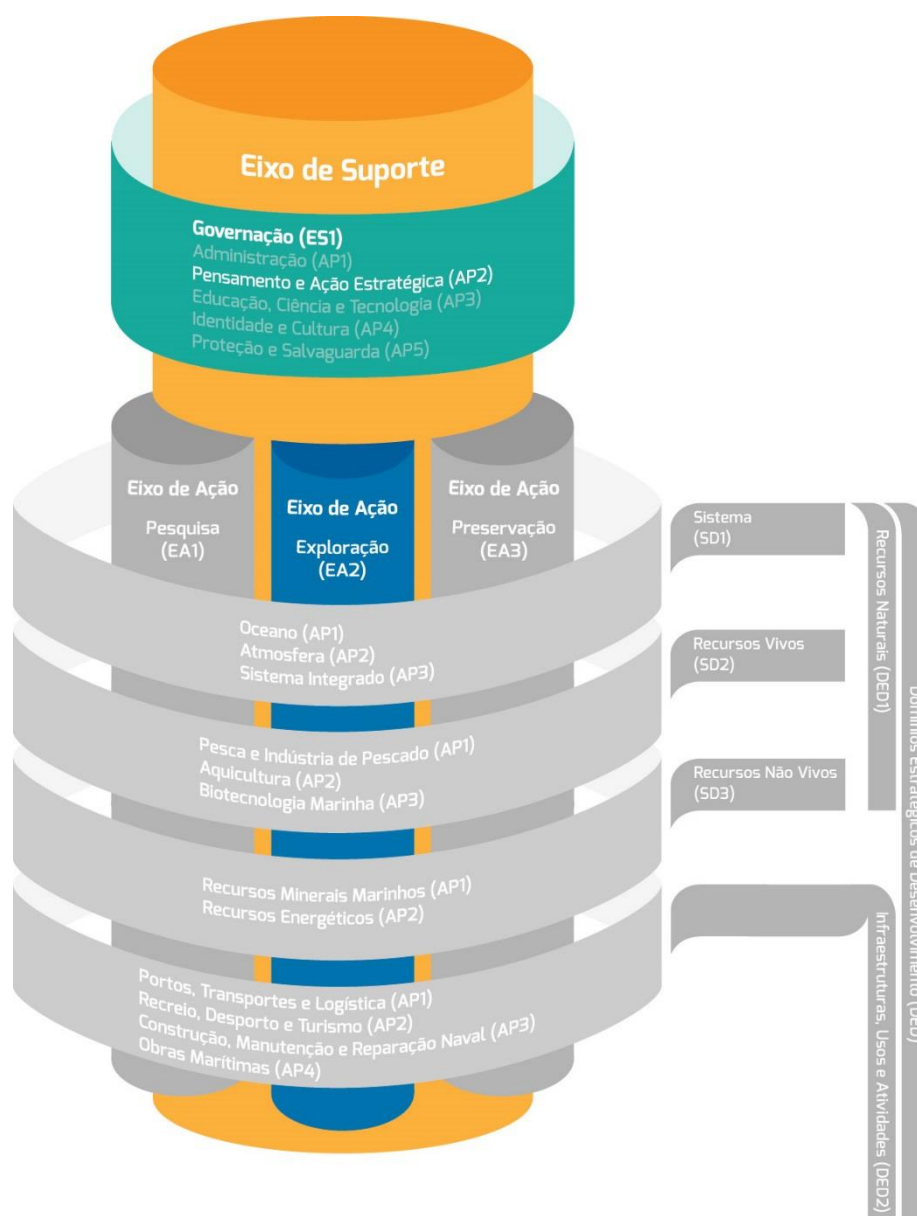
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014 - 2020 (PETI3+)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014 – 2020 (PETI3+)

Objetivos

Documento base de planeamento estratégico para os transportes e infraestruturas, criando um quadro de orientações estratégicas setoriais para o horizonte 2014 – 2020, a ser aplicado no período coincidente do atual programa de financiamento comunitário, assentando na prossecução do ritmo das reformas iniciadas pelo Plano Estratégico de Transportes – Mobilidade Sustentável, com as linhas de orientação prioritárias para o período 2011 – 2015 (PET), aliada a uma recuperação do investimento público, sob critérios rigorosos de sustentabilidade financeira, com vista à criação de valor para as empresas nacionais e para a economia Portuguesa.

O PETI3+, efetivamente, atualiza o PET e projeta uma segunda fase de reformas estruturais a empreender no setor dos transportes, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

Entidade Coordenadora

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (SEITC / ME)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

O PETI3+ resultou dos trabalhos do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA), da respetiva discussão pública e da avaliação final do Governo.

No GTIEVA participaram diversas entidades públicas e privadas do setor dos transportes e logística, nomeadamente o IMT (ME), REFER (ME), Associação dos Portos de Portugal, Estradas de Portugal (ME), LNEC (ME), AICEP, Associação Nacional de Municípios Portugueses, CP (ME), CIP, CPC, TAKARGO, ANTROP, ANTRAM, ANTP, APLOG e APOL.

Tarefas

- Preparação do PETI3+ propriamente dito, da responsabilidade do Gabinete do SEITC, na sequência do trabalho desenvolvido pelo GTIEVA e apoio pontual posterior das entidades envolvidas. O PETI3+ foi aprovado pelo Governo em abril de 2014;
- Desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica do PETI3+, a cargo do LNEC, prevista ser aprovada pelo Governo no corrente mês de março de 2015;
- Implementação dos investimentos e medidas não infraestruturais constantes do PETI3+ pelas diversas entidades públicas e privadas em função das respetivas competências.

Resultados Esperados

N.º de TEU movimentadas nos principais portos Portugueses	+50%
Nº de turistas de cruzeiro que escalem os portos nacionais	+50%

Implementação gradual de grandes objetivos estratégicos da política de transportes, de entre os quais se destaca:

- Uma rede de transportes e infraestruturas totalmente integrada na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) e no Céu Único Europeu, promovendo o mercado único europeu e a livre circulação de pessoas e bens;
- Uma rede de transportes e infraestruturas como uma vantagem competitiva do país e das empresas no seu processo de exportação, com baixos custos de contexto, ao serviço do crescimento económico e da criação de emprego;
- Uma rede de transportes e infraestruturas ao serviço de uma sociedade eficiente, em especial nas deslocações casa-trabalho, casa-escola e lazer;
- Uma rede de transportes e infraestruturas como uma vantagem competitiva do sector do turismo, tanto nas ligações internacionais como nas ligações internas;
- Uma rede de transportes e infraestruturas que abranja todo o território nacional, inclusiva, intermodal e que favoreça a coesão social e territorial;
- Uma quota modal equilibrada e uma rede de transportes e infraestruturas eficiente baseada em baixa dependência de emissões de CO₂ e minimizando a dependência energética externa do país e fatura energética nacional;

- Um sector aberto à iniciativa empresarial, com forte concorrência entre os seus agentes, que promova o desenvolvimento empresarial, a inovação, a criação de emprego qualificado e que potencie a internacionalização das empresas portuguesas do sector;
- Uma rede ferroviária pertencente à RTE-T totalmente eletrificada a 25.000V, com sinalização ERTMS (Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário), com capacidade para circulação de comboios de mercadorias de 750 m e 1.400 ton e em bitola europeia;
- Um Plano Rodoviário Nacional totalmente implementado;
- Uma rede de plataformas logísticas que promova a concentração de cargas, a realização de atividades de valor acrescentado e a potenciação da utilização da rede de portos, ferrovias, rodovias e aeroportos, de forma eficiente e com economia de transporte;
- Uma rede de aeroportos nacional competitiva, com capacidade para movimentação de passageiros e aeronaves que será expectável no horizonte 2050 e ligada à rede rodoviária e ferroviária pesada ou ligeira;
- Uma posição de liderança no transporte aéreo entre a Europa e a América do Sul e África, através da dinamização de um verdadeiro hub aeroportuário Português;
- Um sistema de controlo de tráfego aéreo totalmente integrado no Céu Único Europeu, contribuindo para o aumento da capacidade de espaço aéreo, redução de custos, aumento da segurança e redução dos impactes ambientais do sector;
- Uma rede de portos nacional competitiva, com capacidade para movimentação de carga que será expectável no horizonte 2050 e atração de navios de grandes dimensões ligada à rede rodoviária, ferroviária e plataformas logísticas pertencentes à RTE-T;
- Uma posição de referência no mercado marítimo portuário internacional, tirando partido da posição geoestratégica da costa Portuguesa, na confluência das grandes rotas marítimas internacionais e da existência de condições naturais únicas para a atração de navios de grandes dimensões;
- Uma rede de terminais de cruzeiro e infraestruturas de náutica de recreio competitivas e que promovam a atração de turistas e a competitividade do importante sector económico do turismo nacional;
- Uma oferta de serviços públicos de transporte de passageiros a nível local, regional e nacional que promova a migração do transporte individual para o transporte público, com qualidade, níveis de oferta e de serviço adequadas à satisfação das necessidades das populações;
- Uma política de apoio aos segmentos da população com menores rendimentos na utilização dos serviços públicos de transporte de passageiros favorecendo a coesão social e o desenvolvimento económico harmonioso do país;
- Um sector dos transportes e infraestruturas económica e financeiramente sustentável para o Estado, para as empresas, para os clientes e para todos os contribuintes.

Calendarização

- Preparação e aprovação do PETI3+ (plano): 1º quadrimestre de 2014;
- Avaliação Ambiental Estratégica do PETI3+: Maio/2014 - Março/2015;
- Implementação dos investimentos e medidas não infraestruturais: 2014 – 2020.

Custos e Fontes de Financiamento

Investimento total previsto: 6.067 milhões € (setor marítimo portuário: 1.534 milhões €).

Fontes de Financiamento:

- Participação comunitária prevista: 2.828 milhões € (setor marítimo portuário: 389 milhões €)
- Capitais Públicos: 1.354 milhões € (setor marítimo portuário: 200 milhões €)
- Capitais Privados: 1.880 milhões € (setor marítimo portuário: 945 milhões €)

Produtos concretizados:

- PETI3+, propriamente dito (Abril/2014);
- Submetido o 1º conjunto de candidaturas de projetos à *Call* de 2014 do Mecanismo Interligar a Europa (CEF – *Connecting Europe Facility*) (Março, 2015);
- Avaliação Ambiental Estratégica do PETI3+ em ultimização para aprovação em março de 2015.

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Acção Estratégica

Efeito(s)

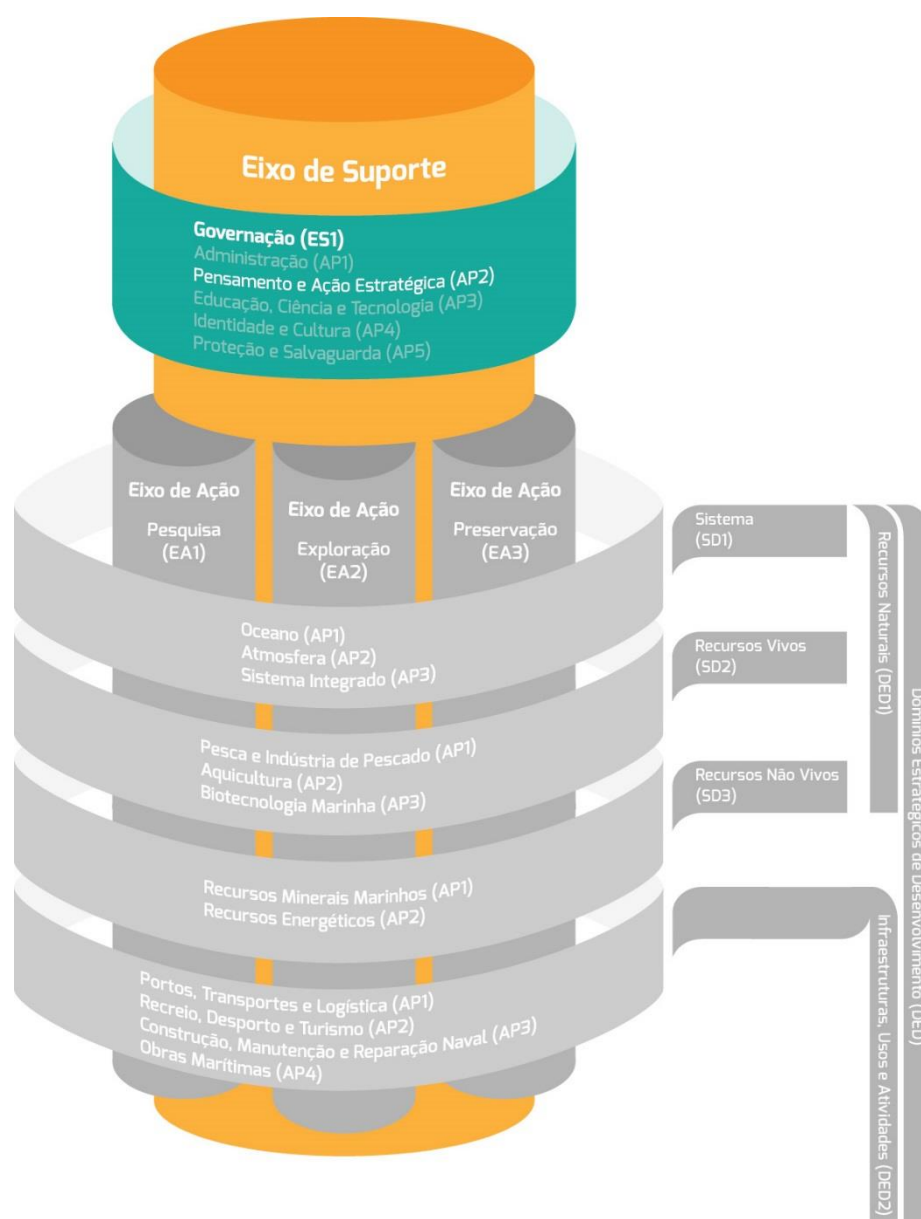
#1 - Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Regional/Local

Iniciativa Polos de Mar (ex-Polos de Mar)



Programa de Ação

Regional / Local

P1210041 – Iniciativa Polos de Mar (**ex-Polos de Mar**)

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a programação operacional multi-nível (integração vertical), formulando os principais objectivos a alcançar e implementando os respectivos planos de ação;
- Estabelecer um modelo de governação orientado para a ação, salientando-se o papel da governação regional e a articulação com o nível local que deve ser contemplada por uma dimensão de governação integrada, promovendo uma maior coerência e solidez estratégica e a estruturação e integridade do território (i.e. política integrada de base territorial).

Entidade Coordenadora

Direção Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar - coordenação
- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direcções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES)
- Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar (SEEAE)

Presidência do Conselho de Ministros

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)
- Comunidades Intermunicipais (CIM)
- Áreas metropolitanas (AM)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Universidades e outros centros de investigação
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Resultados Esperados

- Promover a criação de Polos de Mar assentes nas comunidades estuarinas e litorais, enquanto entidade supramunicipal e numa rede de aglomerados urbanos e as suas frentes ribeirinhas.
- Estabelecer uma rede de iniciativas capazes de integrar, a diferentes escalas, os níveis internacional, nacional, regional e intermunicipal, com o envolvimento das comunidades locais concorrendo para a promoção da coerência, solidez estratégica e a estruturação do território necessária à matriz de ação;
- Contribuir para a qualificação e reestruturação do tecido urbano e para a ligação com o espaço marítimo, facilitando o acesso ao mar e criando condições para a consciência colectiva acerca da importância do Mar, permitindo, desde os primeiros níveis da formação, a aquisição de competências transversais nas diferentes áreas;
- Reconhecer os fatores de força e a identidade do território e ser capaz de mobilizar os seus agentes. O conhecimento e a inovação, a formação, o património e os recursos são os elementos que devem ser considerados e compreendidos como peças desta matriz de modo a evidenciar e fortalecer as realidades locais num contexto supramunicipal, regional e nacional;
- Criação de uma rede de serviços e indústria que contribuem para a economia do Mar sustentada em polos essencialmente de génese urbana que são por natureza locais de troca (distribuição e recepção).

Calendarização

2013-2014

Elaboração do documento “A ENM 2013-2020 e as Abordagens Territoriais Integradas” junho 2014
Apresentações públicas diversas em seminários/workshops/etc

2015 – 2020

Reconhecimento de Polos de Mar das AM e CIM, e monitorização de desempenho, no contexto da ITIMar

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:

FEEI: FEDER, FC, FSE, FEAMP

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210-P1210041

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

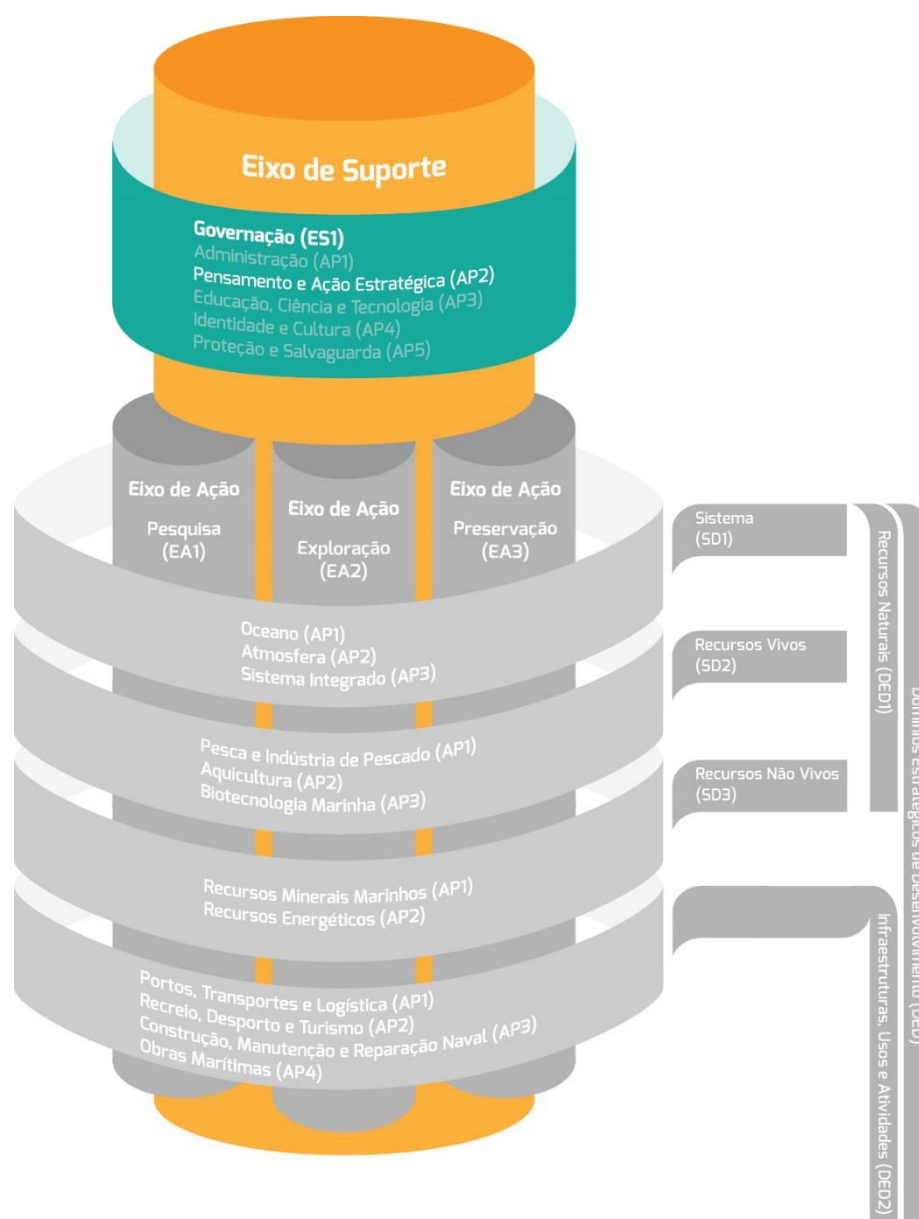
PA – Regional / Local

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Regional / Local

Iniciativa Polos de Mar (ex-Polos de Mar)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Iniciativa Polos de Mar (**ex-Polos de Mar**)

Objetivos

- Promover a criação de uma rede de Polos de Mar sustentada num conjunto de centros nevrálgicos distribuídos ao longo do território nacional, com uma localização privilegiada na zona costeira, orientada para o fortalecimento da ligação entre cidades e frentes urbanas e ribeirinhas e núcleos piscatórios que se operacionalize através de temáticas e incidências territoriais variáveis e produtos turísticos (ex. o Urbanismo Azul);
- Promover de uma forma complementar e integrada as componentes de cada Polo de Mar, refletindo a identidade e as potencialidades de cada unidade e promovendo uma intensa cooperação entre os agentes de ação (integração horizontal).

Desenvolvimento:

Criar ao nível operacional, através dos Polos do Mar e da sua dinamização, um espaço integrado de gestão orientado para a programação e ação, potenciando a complementaridade e a integração de dinâmicas sustentadas na identidade do território, considerando a natureza do tecido social e privilegiando a sua coesão. Estas iniciativas devem atender à promoção do desenvolvimento sustentável num contexto regional e local que permita a criação de um rede de interface Mar/Terra.

Entidade Coordenadora

Direção Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES)
- Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar (SEEAE)

Presidência do Conselho de Ministros

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)
- Comunidades Intermunicipais (CIM)
- Áreas Metropolitanas (AM)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Universidades e outros centros de investigação
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Tarefas

1. Identificação da “comunidade” (território de referência, potencial e identidade);
2. Promover iniciativas de informação e sensibilização, visando gerar no próprio território sinergias de trabalho visando a sua estruturação e promoção conjuntas.
3. Modelo de desenvolvimento para o pensamento estratégico e a acção local;
4. Formulação da estratégia local;
5. Articulação de recursos e meios;
6. Edificação de capacidade de monitorização e avaliação;
7. Elaboração do plano de acção local (programas e projetos).
8. Animar os correspondentes programas de promoção, assentes nos conceitos de marketing e branding territorial.
9. Desenvolver iniciativas de partilha de experiências e boas-práticas.

Resultados Esperados

- Promover o papel da Regiões em torno das comunidades intermunicipais, permitindo que a sua afirmação seja feita em complemento ao papel das frentes urbanas ribeirinhas que são, por inerência da sua localização geográfica, e características demográficas (zonas de maior concentração populacional) os pontos de interface e distribuição entre o espaço marítimo e o interior.
- Promover a criação de Polos de Mar assentes nas comunidades estuarinas e litorais, enquanto entidade supramunicipal e numa rede de aglomerados urbanos e as suas frentes ribeirinhas.
- Maior visibilidade e efeito de atração para um determinado espaço territorial, e para todo o conjunto de atividades aí desenvolvidas em torno do mar ou limites geográficos com características similares.

Calendarização

2013-2014

Elaboração do documento “A ENM 2013-2020 e as Abordagens Territoriais Integradas” junho 2014
Apresentações públicas diversas em seminários/workshops/etc

2015 – 2020

Reconhecimento de Polos de Mar das AM e CIM, e monitorização de desempenho, no contexto do ITIMar

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:
FEEI: FEDER, FC, FSE, FEAMP

Produtos concretizados

Elaboração do documento “A ENM 2013-2020 e as Abordagens Territoriais Integradas” junho 2014
Apresentações públicas diversas em seminários/workshops/etc